**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

IARA DIAS DOS SANTOS

**OS CONTRATOS DOS DÍZIMOS DA BAHIA SETECENTISTA:
ECONOMIA, SOCIEDADE E FISCALIDADE
(c.1724 - c.1770)**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

IARA DIAS DOS SANTOS

OS CONTRATOS DOS DÍZIMOS DA BAHIA SETECENTISTA:

ECONOMIA, SOCIEDADE E FISCALIDADE

(c.1724 - c.1770)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano M. Menz

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237c Santos, Iara Dias
Os contratos dos dízimos da Bahia setecentista:
economia, sociedade e fiscalidade (c.1724 - c.1770)
/ Iara Dias Santos ; orientador Maximiliano M. Menz.
- São Paulo, 2018.
119 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Bahia. 2. Contratos dos dízimos. 3. Economia.
4. Fiscalidade. I. Menz, Maximiliano M., orient. II.
Título.

“Entretanto, se estamos vivos, vale a pena viver e morrer com intensidade, plenos de sonhos e desejos. Isso porque tanto a vida quanto a morte requerem coragem e ousadia...”.

(Sival Soares. *Movimentos do Pensar*, 2017, p. 134).

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas foram fundamentais para que este sonho fosse concretizado. Primeiramente agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela ajuda financeira e ao Programa de História Econômica.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Maximiliano Menz por ter me acolhido como orientanda. Pela sua sabedoria, paciência, compreensão diante das minhas dificuldades, críticas, sugestões e pelas incontáveis ajudas. Sem suas valiosas contribuições, essa dissertação não seria possível. Sou muito grata por tudo! Agradeço a Felipe Souza Melo pelas correções na escrita, sugestões e ajudas com gráficos e tabelas. Essas contribuições foram de suma importância para a construção deste trabalho.

Diego de Cambraia Martins pelas dicas e correções e a André Filippe de Mello e Paiva pelas sugestões. Meu muito Obrigada!

Agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Ricupero e ao Prof. Dr. Bruno Aidar pelas contribuições, críticas e sugestões durante a banca de minha qualificação.

Agradeço ao grupo de pesquisa Economia e Política dos Impérios Ibéricos da Cátedra Jaime Cortesão pelos momentos de estudo e discussões de textos. Ao Prof. Dr. Pablo Oller Mont Serrat, Eduardo Ramos, Mário Simões, Dannylo de Azevedo, Natalia Tammone e Rafael Coelho.

A profa. Dra. Avanete Pereira Sousa por ter acompanhado toda a minha trajetória durante a minha graduação e pela motivação.

Agradeço à minha família pelo incentivo de sempre, e por estarem sempre comigo em todos os momentos, mesmo a milhares de quilômetros de distância. A minha vizinha Maria, minha mãe Regina, meu pai Valdeci e aos meus irmãos, Tamires, Chaene e Tiago pelo amor e apoio.

Agradeço aos meus amigos, Sival Soares pela linda frase que compõe a epígrafe deste trabalho e pela amizade de sempre, a Ícaro Farias por se disponibilizar em ler e corrigir os meus textos. A Oziane Mota, Mariely Felipe, Roberta Lisana Rocha, Bárbara de Melo pelas palavras de incentivo e por fazerem parte da minha caminhada.

Não posso deixar de agradecer aos amigos do CRUSP pela força e pelos momentos de distração, Kizzy Resende, Josilãna Nogueira, Fernanda Bombardi, Adriane Camargo, Tatiana Jimenez, Juan David, Aida Binze, Jeová Ramos e Yanina Uscapi.

RESUMO

SANTOS, Iara Dias dos. **Os contratos dos dízimos da Bahia setecentista:** economia, sociedade e fiscalidade (c.1724 - c.1770). Dissertação de mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabalho tem por fito analisar os contratos dos dízimos no período colonial entre os anos de 1724 a 1770, definindo os contratos como uma forma de negociação entre os comerciantes e a Coroa, na qual ambos se beneficiavam deste sistema. Os impostos, especificamente o dos dízimos constituíram como um dos principais tributos da colônia, e mesmo tradicionalmente religiosos eram administrados pela Coroa Portuguesa na qualidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, como uma renda régia que custeava tanto despesas eclesiásticas, quanto administrativas. A arrecadação dos dízimos, por sua vez, se deu através do sistema de contrato, sendo arrendada por agentes privados em leilão, e depois de celebrada a arrematação e estabelecidas as condições e obrigações, a administração do contrato corria por conta e custo do contratador. Os gêneros de maior arrecadação do dízimo era o açúcar e o tabaco, principais mercadorias de exportação da Bahia. Assim, a cobrança de impostos foi importante para a manutenção do Império Português e para a formação de grupos mercantis através de uma política de acordos entre a Coroa e os homens de negócio.

Palavras-chave: Bahia. Contratos dos dízimos. Economia. Fiscalidade.

ABSTRACT

SANTOS, Iara Dias dos. **The contracts of the tithes from the seventeenth century Bahia: economy, society and taxation (c.1724 - c.1770).** Dissertação de mestrado-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The present work search investigate the tithe's contracts in colonial period between the years 1724 to 1770, defining the contracts as a way of negotiation between businessman and the Crown, in which both benefited of this system. The taxes, specifically tithe's taxes constituted one of the main duties of the colony, and even traditionally religious were administered by the Portuguese Crown in quality of Grand Master of the Order of Christ, as regal income that paid both ecclesiastical expenses and administratives. The collection of the tithes occurred through of the system of contract, being leased by private agents in auction. Then the collection was celebrated and established the conditions and obligations, the administration of the contract was the contractor's responsibility. The genders of greater collection of tithes was the sugar and the tobacco, main commodities of exports of Bahia. Thus, the tax collection was important for the maintenance of the portuguese Empire and for the formation of mercantile groups through of political agreements between the Crown and businessman.

Key-words: Bahia. Contracts of the tithes. Economy. Taxation.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1. A capitania da Bahia e suas anexas	33
Mapa 2. Regiões onde incidiam a cobrança dos dízimos	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação dos contratos régios da capitania da Bahia	21
Tabela 2. Rol de Propinas (1740)	35
Tabela 3. Antônio Marques Gomes como fiador dos contratos régios (1731-1752)	51
Tabela 4. Contratos administrados por André Marques Gomes na capitania da Bahia, anos (1724-1747).....	53
Tabela 5. Contratos arrematados por João Francisco (1740 -1764)	56
Tabela 6. Contratos arrematados por Ignácio Pedro Quintela (1757 - 1781).....	61
Tabela 7. Contrato do dízimo da Bahia arrematado pelo grupo de Frutuoso Vicente Viana (1768 - 1785).....	62
Tabela 8. Valores de arrecadação e estimativas dos ramos do contrato do dízimo de Paulo Luís da Costa, 1723-1724.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Média trienal das exportações de açúcar e tabaco da Bahia, em arrobas, 1720-1770.....	72
Gráfico 2. Média trienal dos preços do açúcar (réis por arroba) branco e mascavado, 1720-1770.....	72
Gráfico 3. Valor dos contratos dos dízimos da Bahia, em réis, 1720-1770	74
Gráfico 4. Valor dos contratos do dízimo da Bahia e estimativa de recolhimento em réis, 1720-1764	77

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A. Exportações e preços do açúcar e tabaco da Bahia, 1720 a 1770.....	99
Apêndice B. Contratadores, sócios e fiadores do contrato do dízimo da Bahia entre os anos de 1720 a 1785	101
Apêndice C. Descrição dos bens confiscados e lista de créditos do Capitão André Marques Gomes, 1747.....	103
Apêndice D. Ficha dos contratadores do dízimo da Bahia	106

LISTA DE ANEXOS

Anexo A. Transcrição das “Condições do contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia e suas anexas arrematado por João Francisco”	112
Anexo B. Transcrição das “Condições do contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia e suas anexas” arrematado por Antônio Marques Gomes	116
Anexo C. Transcrição da “Cópia de edital de arrematação de contratos régios no Conselho Ultramarino”	119

ABREVIATÖES

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Diligência de Habilitação – Tribunal do Santo Ofício (TSO).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	18
Fiscalidade, contratos régios e dízimos na Bahia setecentista.....	18
1.1 O dízimo e o sistema de arrematação	22
1.2 O leilão.....	26
1.3 Condições contratuais	31
1.4 Ramos do contrato dos dízimos da Bahia	43
CAPÍTULO 2	46
Os contratadores do dízimo: negócios e sociedades.....	46
2.1 O perfil dos contratadores do dízimo.....	50
2.2 Contratos e tratos: Contratadores, negreiros e mercadores.....	64
CAPÍTULO 3	70
Contratos reais no período colonial: a arrematação e a conjuntura (Bahia, 1724 c. a 1770).....	70
3.1 As séries dos dízimos.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
FONTES	88
BIBLIOGRAFIA	92
APÊNDICES	99
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objeto de estudo os contratos dos dízimos da Bahia entre os anos de 1724 a 1770, a principal fonte de receita do Estado no norte do Brasil. O propósito foi de analisar a arrematação e os acordos que eram estabelecidos entre a Coroa e os negociantes por meio do arrendamento de contratos régios, principalmente o imposto do dízimo, dando especial atenção às condições e obrigações contratuais e os grupos de negociantes que atuavam na Bahia antes e durante o período pombalino. Neste sentido, minha preocupação foi procurar compreender a relação entre os dízimos e a sociedade, entre o Estado e as elites.

No século XX a maior parte da produção historiográfica, sobre contratos e fiscalidade no Brasil colonial, abordou temas relacionados à História administrativa, como os trabalhos de Dorival Teixeira Vieira, Graça Salgado e Mauro Madeira. Mais recentemente, tem se produzido pesquisas mais preocupadas com a discussão das conjunturas fiscais e econômicas, como as de Angelo Carrara e André Paiva¹.

Entretanto, interessa destacar os autores que discutem a relação entre a fiscalidade e as elites econômicas do Império. É o caso de João Fragoso que, em seus estudos sobre a praça mercantil do Rio de Janeiro em finais do século XVIII, fala de uma mudança temporária nos papéis entre arrematadores e a Coroa. A concessão de monopólio teria possibilitado uma acumulação de capitais na colônia de tal modo, que o negociante ao exercer o papel do Estado, tinha uma maior possibilidade de ampliar seus negócios e se afirmar enquanto uma elite mercantil².

Na mesma perspectiva, Helen Osório, ao pesquisar o Império Português no sul do Brasil, salienta que o arrendamento de contrato serviu como um benefício ao negociante por cobrar os tributos em nome do Rei. Havia uma participação dos principais comerciantes do Rio de Janeiro na arrematação dos contratos do Rio Grande, ou seja, uma integração entre esses homens de negócio com os negociantes locais da região sul. Portanto, a arrematação de

¹ VIEIRA, Dorival Teixeira. *A política financeira*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 1973, SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, CARRARA, Ângelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII*. 2009, CARRARA, Ângelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII*, 2009 e PAIVA, A. O Império da Fiscalidade: Um estudo serial das conjunturas fiscais do Atlântico Português. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2016.

² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça comercial do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. rev. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.329.

contratos serviu como um mecanismo de acumulação e reafirmação da elite na economia colonial e também para a constituição de um mercado interno.³

Já Alberto Gallo afirma que a ineficiência administrativa na colônia foi um mecanismo de racionalidade política, onde as elites pactuavam com a monarquia com a finalidade de ganhar poder e riqueza. Os contratos dos dízimos eram controlados pelas elites mercantis e na sua arrecadação participavam diversas pessoas, pois o contrato era retalhado e vendido. Além disso, nos leilões sempre havia conluíus o que impedia um maior controle por parte da Coroa⁴.

Por sua vez, Wolfgang Lenk, ao estudar a guerra com os holandeses no Brasil (1624-1654), discutiu a relação entre a questão militar e a fiscalidade no período de ocupação estrangeira. Durante este período o açúcar foi a base política, militar e administrativa, e o peso dos impostos recaiu principalmente sobre a economia baiana, desencadeando um donativo que provocou um choque de arrecadação de tributos sobre a população. A cobrança de impostos, contudo, era controlada pelas elites locais que podiam repassar o peso dos impostos aos grupos menos poderosos da capitania. Realça, assim, a participação das elites mercantis na arrecadação de impostos, mas procura demonstrar a importância dos tributos na sustentação do domínio e da exploração colonial⁵.

A hipótese da pesquisa foi derivada desses dois últimos autores, portanto, o contrato dos dízimos foi um mecanismo de “pactuação” entre a Coroa e as elites. Este foi uma das principais vias de integração entre o Estado luso-brasileiro e os homens de negócios que atuavam no mundo dos contratos e do tráfico de escravos. Devido ao custo demandado para assegurar um império tão extenso quanto o português, o qual a Coroa não possuía capacidade financeira para mantê-lo – mesmo com todo o seu aparato burocrático-administrativo nas áreas coloniais – o auxílio e apoio dos mercadores seria, neste caso, vital. Nesse sentido, houve uma necessidade de arrendar o recolhimento dos impostos aos particulares por meio de contrato, que além de ser uma prática comum no Antigo Regime, fortalecia os vínculos econômicos com os homens de grosso trato e estabelecia um ordenamento mais preciso na administração colonial. Mais ainda, havia uma obtenção mais rápida das receitas para o Estado. Os contratos dos dízimos foram fundamentais para estabelecer essa “pactuação” entre os grupos de poder com a Coroa, em que ambas as partes ganhavam com esse sistema.

³ Osório, Helen. *O império português no sul da América: estanceiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.225, p.256.

⁴ GALLO, Alberto. *Racionalidade Fiscal e ordem colonial*. Colóquio Internacional Economia e Colonização na Dimensão do Império Português, historiografia e perspectiva de pesquisas. São Paulo, 2008.

⁵ LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*, 2013, p.325-326.

Para tanto, este trabalho tem quatro focos de análise: a) o auto de arrematação – como era realizado o leilão de arrendamento do contrato do dízimo; b) as condições e obrigações que eram celebradas no contrato; c) as séries dos dízimos e os preços do açúcar e tabaco e d) a identificação dos grupos de negociantes que arrematavam o dízimo entre os anos de 1724 a 1770. Este recorte temporal foi escolhido de modo a cobrir a investigação do grupo de Antônio Marques Gomes, que aparece envolvido no arrendamento do dízimo a partir de 1724; e o de Inácio Pedro Quintela que passou a controlar o contrato por volta de 1757.

A investigação iniciou em torno desses dois grupos de negociantes, que dominaram o arrendamento de contratos na Bahia por diversos anos e que demarcariam a preeminência de certos homens de negócio nos reinados de D. João V e D. José I. Porém, o trabalho de pesquisa acabou por envolver outros mercadores e grupos mercantis, revelando a complexidade do negócio e a multiplicidade dos agentes engajados na atividade. Mesmo com a mudança de governo em 1750, no reinado de D. José I, provocando expressivas mudanças no corpo mercantil da colônia, há permanência de alguns negociantes nos grupos que arrematavam, demonstrando elementos de continuidade, assim como de mudança.

Ao pesquisar os grupos mercantis que participavam da arrematação dos dízimos, fez-se necessário reconhecer as suas formas de atuação e ramificações em outras atividades econômicas. A identificação dos grupos e a análise das diversas circunstâncias que envolviam a cobrança dos dízimos, permitiu uma interpretação mais abalizada da série de valores do tributo e da própria conjuntura econômica. Especialmente para o período em que o contrato foi controlado pelo grupo de Antônio Marques Gomes.

Em linhas gerais, o primeiro capítulo é composto por quatro partes: inicialmente, centra-se na cobrança de impostos, especificamente o dízimo, como uma das principais receitas de manutenção do domínio colonial. Em seguida, uma análise sobre o auto de arrematação, narrando os detalhes do ritual do leilão do contrato do dízimo da Bahia, e na terceira parte, uma abordagem sobre as condições e obrigações que eram estabelecidas entre o contratador e a Coroa. Por fim discute-se a divisão dos principais ramos de cobrança do dízimo.

No segundo capítulo abordo os grupos mercantis que arrematavam o contrato do dízimo na Bahia, fazendo uma cronologia entre 1724 a 1770 dos principais contratadores, discutindo suas origens e as suas relações. Centrou-se a análise em dois grupos importantes – o dos irmãos André Marquês Gomes e Antônio Marquês e o do negociante Inácio Pedro Quintela. Mas também tratei de outros grupos que seguramente tiveram importância durante o

período. Finalmente, procurei discutir outras atividades dos contratadores, principalmente a sua participação no tráfico de escravos.

No último capítulo explorei os dados dos valores dos contratos, comparando os seus valores com as exportações e preços do açúcar. O resultado a que cheguei é que os dízimos não variavam exclusivamente em razão da conjuntura, mas que dependiam também de outros fatores como o clima e as disputas jurisdicionais. Além disso, mostro como a dinâmica entre os grupos mercantis também deve ter influenciado os valores pelos quais foram leiloados os contratos.

Quanto às fontes consultadas, a pesquisa teve como fonte principal os contratos dos dízimos da Bahia, que estão inseridos no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, nas séries de manuscritos avulsos e de códices (principalmente os Mapas dos Contratos). Nesse acervo, é possível se deparar ainda com inúmeros documentos que contém informações sobre a fiscalidade, disputa de jurisdição, organização administrativa, economia, as relações de poder, as divergências e interesses dos homens de negócios, bem como, a relação desses contratadores com os principais agentes da Coroa portuguesa e outros aspectos relevantes sobre a capitania baiana. Assim, além dos contratos, foram analisados documentos como requerimentos, consultas e cartas régias.

Para identificar os contratadores do dízimo da Bahia, consultei ainda o Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino elaborado por André Paiva, com a orientação de Maximiliano Mac Menz. Feito isso, a caracterização dos perfis desses negociantes foi com base nas Diligências de Habilitação Familiar do Tribunal do Santo Ofício que se encontram no acervo digital do Arquivo da Torre do Tombo de Portugal, na qual foi possível fazer um rastreamento sobre a história dos principais contratadores do dízimo.

Além dessas fontes, consultei os documentos notariais do Arquivo Público do Estado da Bahia, tais como: escritura de compra e venda, escritura de sociedade e contrato, escritura de venda e quitação, etc. Analisei ainda as Cartas da Bahia (1768-1769) do Marquês de Lavradio publicadas pelo Arquivo Nacional. Por fim, investiguei os documentos de registro do ouro, conhecido como livro de Manifesto de 1%, no qual foi possível identificar alguns contratadores do dízimo (Frutuoso Vicente Viana e Clemente José da Costa) remetendo remessas de ouro para importantes homens de negócio de Lisboa. Assim, a análise recaiu sobre o livro de 1754 da Bahia, que se encontra nos Arquivos da Casa da Moeda em Lisboa.

A documentação de uma forma em geral permitiu conhecer como funcionava o sistema de arrematação do dízimo na colônia luso-brasileira, especificamente na Bahia. Além

disso, pude compreender as condições e obrigações que eram declaradas no contrato, o acordado entre o contratador e a Coroa através da provedoria ou do Conselho Ultramarino, bem como identificar os contratadores, sócios e fiadores do contrato do dízimo, além da atuação destes negociantes em outras atividades econômicas.

CAPÍTULO 1

Fiscalidade, contratos régios e dízimos na Bahia setecentista

“[...] agora estou no trabalho de fazer arrematação dos Dízimos Reais, que é uma das rendas mais importantes desta Capitania, que tem sido sempre a mais dificultosa de se fazer, e que dela tem nascido à ruína da mesma Fazenda, e também de muitas casas de negócio desta Capital [...]”.

Carta do 2º Marquês do Lavradio ao Conde de Vila Maior, 1 de maio de 1769.

A cobrança de impostos foi fundamental para proporcionar receitas para a Coroa e benefícios aos homens de negócios. A arrecadação dos dízimos se deu através do sistema de contratação, assim como outros tributos. Neste primeiro capítulo o objetivo foi analisar o processo de arrematação dos contratos dos dízimos e os acordos estabelecidos entre a Coroa e os contratadores. Para tanto, analisei o funcionamento desse sistema, relatando sobre os autos de arrematação, descrevendo os pormenores ritualísticos do leilão, as condições e obrigações contratuais, e por fim, a divisão dos principais ramos da Bahia a partir do requerimento do contratador Paulo Luís da Costa.

Isso posto, o fisco era um dos principais mecanismos de sustentação do Império Português em terras de além-mar. Cobravam-se taxas e impostos de toda a produção e circulação de mercadorias que entravam e saíam da colônia para o Reino e de uma capitania a outra.⁶ Existiam impostos duradouros e habituais, que se cobravam como uma fonte de recursos para a manutenção da estrutura administrativa, que foram adequados às especificidades da colônia — como os dízimos, depois os direitos de alfândegas (entradas e saídas de mercadorias), terças partes, o quinto do ouro, direitos sobre determinados ofícios públicos, emolumentos sobre provisões e patentes, entre outros.⁷

Donativos e subsídios eram cobrados pela Coroa para arcar com despesas extraordinárias quando aconteciam conflitos, desastres ou festejos. Um grande exemplo foi a guerra hispano-neerlandesa de 1624 a 1654, que atingiu os centros produtivos do açúcar na Bahia e em Pernambuco. O seu fim resultou na arrecadação de um donativo para finalizar o conflito, indenizar os holandeses e garantir a paz entre Portugal e a Holanda. Essa

⁶ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *História Tributária do Brasil*. Brasília: ESAF, 1989, p.14.

⁷ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

contribuição era distribuída a todas as capitanias que pagavam um montante do valor total.⁸ Isso foi visto também com o terremoto em Lisboa em 1755 para a reconstrução da cidade, e no pagamento do dote para o casamento de Catarina de Bragança. “Os pagamentos eram coletados por meio de impostos regionais lançados sobre os principais produtos coloniais, como o açúcar, escravos, gado, etc.”⁹ No ano de 1773 foi criado outro subsídio, conhecido como literário para as despesas relativas às instruções públicas e este imposto era cobrado sobre determinados produtos da colônia, como a aguardente e o gado.¹⁰ Assim, sempre que fosse necessário era criado um novo imposto ou aumentava-se a taxa fiscal de determinados produtos para cobrir novas despesas ou captar mais receitas para a Coroa.

Deste modo, a cobrança dos tributos na colônia era competência de estruturas jurídicas e administrativas, que foram instaladas na América como uma extensão das instituições da metrópole portuguesa, se adequando a realidade das terras além-mar, para administrar e explorar os recursos que essas áreas ofereciam. O peso fiscal recaía mais sobre as capitanias que possuíam maior valor econômico como Bahia, Pernambuco e mais tarde a do Rio de Janeiro.¹¹ Os órgãos administrativos, responsáveis pelo sistema tributário na colônia eram as câmaras municipais e as provedorias. Cabia a Câmara o papel de controlar e organizar as demandas locais, inclusive no caráter normativo e na elaboração de posturas e editais.¹² As suas rendas eram provenientes de multas e licenças sobre o exercício de ocupações, comércio e sobre bens como terras, casas, etc. Além disso, fazia o arrendamento da cobrança de taxas a agentes privados.¹³ A provedoria exercia o papel de arrecadação tributária sobre as atividades econômicas e circulação de mercadorias – tinha como competência providenciar o arrendamento das rendas e direitos reais na colônia, bem como a cobrança e a administração do dízimo, o direito de alfandega, entre outros.¹⁴

Existia também na colônia a instituição central da fazenda, a provedoria-mor, que se localizava na cidade de Salvador. Era dever do “Provedor-mor da Fazenda Real, juntamente

⁸ LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013, p.322.

⁹ BOXER, Charles Ralph. *A idade do ouro do Brasil: dores e crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.275.

¹⁰ MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993, p.111

¹¹ SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012, p.122.

¹² SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.71.

¹³ SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012, p.131.

¹⁴ SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 83.

com o seu escrivão, o porteiro, os almoxarifes, manter em funcionamento a Casa dos Contos de cada Capitania, zelar pela guarda dos livros do Fisco e pelos interesses da Fazenda Real.”¹⁵ Desse modo “a Provedoria-mor era o órgão central de controle da fiscalidade colonial que recebia os tributos e fazia o pagamento das despesas em todo o Estado do Brasil”.¹⁶ Depois, no período pombalino, nomeadamente com a criação do Erário Régio se tornando a instituição fazendária central da metrópole, as provedorias gradativamente vão se transformando em Juntas da Fazenda.

A maioria dos tributos eram arrecadados via contratação, ou seja, acordos temporários entre a Coroa e os particulares. Os contratadores ou rendeiros arrematavam o direito de cobrar os impostos em nome da Coroa, mediante condições e obrigações que eram declaradas em um contrato depois do habitual leilão. Este sistema de cobrança de tributos, supostamente, garantia rendimentos mais rápidos, maior previsibilidade orçamentária, com menor custo, e ao mesmo tempo, ajustava os interesses da metrópole aos interesses dos negociantes de grosso trato, que ao participar da cobrança de impostos viam aumentar seus lucros e influências na administração do Império Português. Havia, assim, um engajamento das elites locais no processo de negociação dos acordos fiscais. Mesmo a Coroa possuindo um aparato burocrático de funcionários que deveriam fazer o serviço de recolha dos impostos, era comum conceder os direitos de cobrança dos tributos do Estado aos negociantes privados, pois “os arrendamentos constituíam frequente solução para as aperturas financeiras. Mediante contrato estabelecia-se a concessão de monopólio.”¹⁷

Mauro de Albuquerque Madeira ressalta que existiam dois tipos de arrendamento, o da cobrança de impostos e os contratos de caráter monopolista (estanco), como o do pau-brasil, o trato de escravos, do tabaco etc. O sistema de contratos abarcava estes dois tipos de arrendamentos que tinham em comum a participação de um agente privado e o pagamento ao Estado da renda tributada.¹⁸ No contrato de cobrança dos impostos a maior parcela era utilizada para pagar despesas como os salários de funcionários (militares e civis) e também para a manutenção de instituições eclesiásticas e seculares. O dízimo, por exemplo, era

¹⁵ MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993, p. 103.

¹⁶ CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII*. Juiz de Fora, 2009, p.24.

¹⁷ ELLIS, Myriam. *Comerciantes e contratadores no passado colonial: uma hipótese de trabalho*. Revista IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), n. 24, 1982. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69710/72368>>. Acesso em: 10 de maio de 2016, p.98.

¹⁸ MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993.

utilizado para pagar os filhos da folha, como o clero, ministros e oficiais da Coroa e o restante para custear outras despesas.¹⁹ O excedente fiscal geralmente era transferido para Lisboa.²⁰

Jorge Pedreira, tratando dos homens de negócio da Praça de Lisboa, afirma que o sistema de contratação era um “instrumento de acumulação e fonte de influência” – funcionando “como fator de discriminação no interior do corpo do comércio”, propiciando a “formação de uma elite”²¹ que controlava o comércio dos principais produtos e que centralizava os grandes contratos.²² Além disso, diversos contratos eram arrematados em uma mesma praça ou por um mesmo grupo de negociantes, o que ampliava o seu poder no Império Português pelo controle da circulação de mercadorias e a cobrança de tributos.

Os contratos dos dízimos, como já mencionado, eram a principal fonte de receita do Estado Português na colônia até 1700 como aponta Angelo Carrara.²³ Mas além do arrendamento deste imposto outros também eram postos em leilão, conforme é demonstrado na seguinte tabela.

Tabela 1. Relação dos contratos régios da capitania da Bahia

Águas ardentes e vinhos de mel
Dízimos Reais
Donativo que pagam as caixas de açúcar e rolos de tabaco
Dízima do tabaco, águas ardentes e mais gêneros.
Subsídio dos vinhos, águas ardentes e azeites doces.
Dízima que paga o tabaco e demais gêneros
Pesca das baleias
Direitos que pagam os vinhos, água ardente e azeites doces.
Dízima da Chancelaria

¹⁹ LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*, 2013, p.329.

²⁰ CHARLES, Boxer. Idade do Ouro, p.171-172 e VIEIRA, Dorival Teixeira. *A política financeira*. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 1973, p.341-342.

²¹ Pedreira, Jorge. *Tratos e contratos: atividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)*, 1996, p. 361.

²² Idem, p.361.

²³ CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII*. Juiz de Fora, 2009, p. 39.

Subsídio dos molhados
Dízimos Reais (miunças)
Direitos dos escravos que vão da Bahia para as Minas
Dízima da alfândega
Direitos de 3\$500 réis por escravos que entram na alfândega da Bahia
Direitos de escravos que sai da Bahia para a Costa da Mina
Direitos de escravos que sai da Bahia para os portos da Costa do Sul
Direitos de 1000 réis por escravos na entrada da Bahia para a Fortaleza de Ajudá

Fonte: extraído pela autora com base no *Mapa dos Contratos Reais do Conselho Ultramarino*, Códices 1269 do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); *Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino*. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). Fapesp, 2012 e também com base na tese de doutorado de Luís Antônio Silva Araújo, *Em nome do rei e dos negócios: Direitos e tributos régios Minas setecentistas (1730-1789)*, p.105, 2008.

Luís Antônio de Araújo, ao fazer o levantamento de todos os contratos de cobrança de tributos e direitos régios de algumas capitanias da colônia, afirma que na Bahia existiam 15 tipos de contratos diferentes, sem contar os donativos e subsídios.²⁴ A forma de tributação era diferenciada, com exceção do dízimo que era cobrado em todas as capitanias.²⁵ Existiam algumas particularidades nas condições e obrigações contratuais, mas no geral, as cláusulas eram bem semelhantes, assim como sua forma de administração e cobrança.

1.1 O dízimo e o sistema de arrematação

Os dízimos eram impostos de origem religiosa, que deveriam corresponder a mais ou menos 10% dos produtos da terra e que eram recolhidos em nome do Rei pelos seus representantes – agentes régios e particulares. Logo, foi se caracterizando como um dos principais tributos para a manutenção do Império Português. A doação dos dízimos para administração real se deu no período das conquistas ultramarinas, através de uma bula papal pela qual se concedeu a Ordem de Cristo a administração do pasto espiritual das populações

²⁴ ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: Direitos e Tributos Régios Minas Setecentistas (1730-1789)*. Tese (Doutorado em História, área de concentração: História Social). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008, p.103.

²⁵ CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII*. Juiz de Fora, 2009, p.31.

ultramarinas. Como o Rei ocupava o posto de Grão-mestre da Ordem de Cristo, o imposto foi incorporado ao patrimônio real. Em contrapartida, as despesas religiosas no ultramar passaram a ser de responsabilidade do Rei.²⁶

O dízimo começou, de fato, a ser cobrado a partir da produção do açúcar.²⁷ “Ao estabelecer as donatarias, a Coroa reservou-se o direito de receber a décima parte da produção açucareira”.²⁸ Depois passou-se a utilizar essa forma de cobrança em outros gêneros, como o tabaco, o gado, etc.²⁹ Até o início da exploração do ouro a maior arrecadação de impostos provinha dos dízimos de gêneros agrícolas.³⁰ Carrara salienta que, a princípio, o arrendamento dos dízimos se concentrava entre Bahia e Pernambuco que tinham a maior soma de arrecadação, algo em torno de 80% da produção para exportação.³¹ Na Bahia, por exemplo, a maior arrecadação era sobre o açúcar e o tabaco, mesmo quando ocorriam problemas relacionados à produção, questões naturais ou crises de conjunturas interna ou internacional.³²

Os dízimos eram classificados em reais, mistos ou pessoais. Os reais correspondiam à décima parte dos produtos, como o açúcar, tabaco, farinha de mandioca, arroz, algodão e outros gêneros da terra.³³ Os mistos eram cobrados sobre o gado e seus derivados, aves e outros. Já os pessoais recaíam sobre cargos e ofícios.³⁴ Também se cobrava dízimo de produtos e ferramentas que eram utilizadas, por exemplo, no engenho.³⁵ Carrara aponta que além dos gêneros principais de exportação, fazia-se o recolhimento dos dízimos de outros gêneros da economia interna, conhecidos como miuncias ou miúdos. Dom Oscar de Oliveira fornece uma relação detalhada dos gêneros miúdos em que os dízimos incidiam:

“patos, adéns [ave palmípede semelhante ao pato], perus, galinhas, frangões, e outras aves criadas à mão”. Paguem-se ainda dízimos “de todos os animais, gados, aves, peixes, enxames, mel, cera, lã, queijos, leite e manteiga”. Idem de “ganhos dos engenhos de açúcar, moinhos, azenhas, fornos de pão, telha,

²⁶ BOXER, Charles Ralph. *A idade do ouro do Brasil: dores e crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.44.

²⁷ VIEIRA, Dorival Teixeira. A política financeira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, p.344.

²⁸ Idem, p.344

²⁹ Idem, p.344.

³⁰ Idem, p.344.

³¹ CARRARA, Ângelo Alves; SANTIRÓ, Ernest Sánchez. *Historiografia Econômica do Dízimo Agrário no Ibero-América: os casos do Brasil e Nova Espanha, século XVIII*, 2013, p.171.

³² CARRARA, Ângelo Alves; SANTIRÓ, Ernest Sánchez. *Historiografia Econômica do Dízimo Agrário no Ibero-América: os casos do Brasil e Nova Espanha, século XVIII*, p.170.

³³ CARRARA, Ângelo Alves; SANTIRÓ, Ernest Sánchez. *Historiografia Econômica do Dízimo Agrário no Ibero-América: os casos do Brasil e Nova Espanha, século XVIII*, p. 172.

³⁴ BOXER, Charles Ralph. *A idade do ouro do Brasil: dores e crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.44.

³⁵ Idem.

³⁶ Lyra, Maria de Lourdes Viana. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750)*, 1970, p.16

tijolo, cal: e dos pombais, pesqueiras, aguas ardentes e cousas semelhantes; como das demais novidades”.³⁶

As primeiras arrematações ocorreram por volta de 1607.³⁷ Primeiramente, o arrendamento do dízimo do Brasil de todas as capitanias, era leiloado em conjunto na Bahia. Depois, em 1628, por meio de um alvará passou a acontecer separadamente nas provedorias locais de cada capitania,³⁸ e de 1730 a 1760 a arrematação dos contratos foram centralizados no Conselho Ultramarino. No entanto, mesmo com as centralizações, alguns leilões voltavam a ocorrer nas provedorias locais, quando em Lisboa não apareciam interessados na arrematação de determinados contratos.³⁹ Independentemente do local de leilão, negociantes e demais interessados poderiam enviar procuradores para em seu nome fazer a arrematação.⁴⁰ Além disso, às vezes, o procurador era sócio do contratador ou apenas um representante. Em 7 de junho de 1736, o rei D. João V escrevendo ao Vice-rei, o Conde das Galveias, André de Melo e Castro, ordenou que todos os contratos do Estado do Brasil fossem arrematados no Conselho Ultramarino, afirmando que seria mais oportuno que os contratos da América fossem leiloados na corte. Essa imposição favorecia um maior controle do Conselho sobre os autos de arrematação. Dizia vossa majestade:

[...] sendo-me presentes as razões porque se reconhece ser mais útil para a minha Real Fazenda que os contratos do Brasil se rematem neste Reino o que também a mesma experiência tem mostrado. Fui servido determinar por resolução deste presente mês e ano em consulta do meu Conselho Ultramarino que todos os contratos deste Estado venham rematar-se neste Reino para o que ordeno ao Provedor-mor da fazenda desse Estado mande por editais em tempo conveniente e tome os lanços nos contratos remetendo certidão do último lanço e de como fica notificado o lançador para mandar fazer rematação a este Reino [...].⁴¹

³⁶ OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos no Brasil, nos períodos da colônia e no império*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1964, p.66.

³⁷ LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*, 2013, p.325-326.

³⁸ Lyra, Maria de Lourdes Viana. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750)*, 1970, p. 44. E também ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: Direitos e Tributos Régios Minas Setecentistas (130-1789)*. Tese (Doutorado em História, área de concentração: História Social). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008, p.95.

³⁹ ARAUJO, Luiz Antônio. *ARAJO, Luiz Antônio. Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração: História Social) Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002, p.70.

⁴⁰ Idem

⁴¹ AHU/ Série Avulsos Bahia/Carta do [Vice-rei e capitão general do Estado do Brasil] André de Melo e Castro, [Conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a arrematação dos contratos do estado do Brasil. Bahia, 17 de junho de 1736 [cx.56, doc.4795]. Carta do rei D. João V anexada a missiva do Vice-rei o Conde Galveias.

Solicitava ainda que fossem revistas todas as condições antigas e as novas, e que se fizesse a arrematação das rendas do Estado da América no Tribunal do Conselho Ultramarino com a utilidade da Fazenda Real. Apontava como justificativa o não pagamento das propinas pelos contratadores no seu devido tempo, causando prejuízo aos oficiais e ministros do Conselho Ultramarino, bem como o crime de conluio que era praticado pelos contratadores, sócios e até por parte das autoridades reais. Além disso, havia também uma disputa pelas propinas tanto por parte do Conselho Ultramarino, quanto pela provedoria local.⁴² Em resposta a missiva do Rei, em 21 de agosto de 1736 o Provedor-mor da Fazenda Real dizia que

Em execução da ordem de V. Majestade [...] mandei logo tresladas por duas vias todas as condições antigas e modernas, com que as rendas que V. Majestade tem nesta capitania foram arrematadas tanto no Conselho da Fazenda nesta cidade, como nesse Tribunal do Conselho Ultramarino, as quais nesta vão inclusas e a revista da Resolução que V. Majestade tem tomado de se fazer arrematações de todas as rendas desta América nesta Corte sempre se me faz preciso representar-lhe o grande prejuízo que sempre segue de senão mandarem dar as minhas propinas na forma que sempre praticavam antes das mesmas rendas [...].⁴³

Luís Antônio de Araújo afirma que a centralização dos contratos no Conselho Ultramarino, possibilitou um maior envolvimento dos negociantes lisboetas no controle de arrematação dos principais contratos. Além disso, menciona duas cartas régias que determinavam a centralização dos contratos no Conselho Ultramarino, uma de 1731 e outra do ano de 1760, já com a criação do Erário Régio. Esta instituição promoveu uma série de mudanças, como a reorganização da Fazenda Real⁴⁴, um controle mais efetivo da máquina fiscal na circulação de mercadorias, além de reforçar o exclusivo metropolitano.

O arrendamento dos dízimos envolvia os setores mercantis (na figura dos negociantes) e produtivos (como os senhores de engenho). Os interessados nesse ramo de investimentos poderiam atuar como contratadores, sócios, procuradores ou fiadores. Portanto, participavam diversas pessoas na arrematação do contrato, desde a divulgação até o processo do leilão

⁴² AIDAR, Bruno. *A Vereda dos Tratos: Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. 517f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo, USP, 2012, p.146.

⁴³ AHU/ Série Avulsos Bahia/Carta do [Vice-rei e capitão general do Estado do Brasil] André de Melo e Castro, [Conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a arrematação dos contratos do estado do Brasil. Bahia, 17 de junho de 1736 [cx.56, doc.4795]. Carta do rei D. João V anexada a missiva do Vice-rei o Conde Galveias.

⁴⁴ ARAUJO, Luiz Antônio. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração: História Social) Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002.

propriamente dito. O próximo segmento procura iluminar um pouco melhor a etapa dos leilões.

1.2 O leilão

No Império Português os ritos e cerimônias estavam presentes tanto em eventos públicos quanto religiosos. A coroação de um monarca, a posse de um governador, as procissões (*Corpus Christi*), o leilão de arrematação de tributos, etc., todos tinham um sentido simbólico. Neles se selavam acordos, laços de fidelidade entre o divino e os fiéis, rei e vassalos, agente privado e Coroa. Na sociedade colonial o monarca era designado como a cabeça que ligava todas as partes e mantinha o equilíbrio do todo, mas não funcionava sem o apoio dos membros que também eram responsáveis pelo sustento do centro.⁴⁵ Os rituais se assemelhavam a mecanismos de legitimação e confirmação do poder supremo e divino. Assim, o auto de arrematação deveria representar o acordo entre o contratador e a Coroa que era confirmado mediante condições e obrigações, um jogo de interesses comuns e às vezes divergentes.

Assim, o pregão acontecia tanto no Conselho Ultramarino, quanto nas provedorias locais. E para que todos tomassem conhecimento, editais eram divulgados nos principais espaços públicos, pelo menos um mês antes pelo escrivão da Fazenda Real no qual se anunciava o dia do leilão para que os mais bem abonados participassem e dessem o maior lance. No dia marcado reuniam-se todos os interessados na arrematação e os membros da provedoria real para a realização do evento. O auto de arrematação poderia demorar dias ou semanas em busca do maior lance.

Como relatava o juiz dos Feitos de Fazenda no auto da arrematação dos dízimos da Bahia de 1723, o porteiro anunciava em voz alta: “quem quiser fazer seus lances, venha-se a mim e receberei sua oferta” e “andando em pregão todos os dias com o dito contrato.”⁴⁶ Apareceu então o negociante Antônio Ferraz Viana e ofereceu o valor de 64.000.000 réis. O porteiro ao “afrontá-lo” deu ainda mais 8.000.000 réis em dinheiro para a Infantaria de

⁴⁵ HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime, v. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

⁴⁶ AHU/ Série Avulsos Bahia/Carta do [Juiz dos feitos da Coroa] Tomás Marciano de Albernaz ao rei [d. João V] dando conta do processo de arrematação do contrato dos dízimos da capitania da Bahia. 15 de julho de 1723 [cx.18, doc. 1553].

guerra.⁴⁷ Com mais uma tentativa, dizia o pregoeiro: “Dou-lhe uma. Dou-lhe outra. E outra mais pequenina em cima. Há quem mais lance? Por que logo se hão de arrematar. Afronta faço, por que mais não acho. Há quem mais lance? Receber-lhe-ei o lanço. Arremato.”⁴⁸ E sem mais nenhuma oferta o dito pregoeiro dava um ramo verde ao lançador como confirmação do arremate, dizendo as palavras “faça-lhe bom proveito” e finalizava o leilão.⁴⁹ Esse rito no pregão era uma prática comum que acontecia semelhantemente em outras capitanias.⁵⁰ Concomitante, podemos observar novamente o cerimonial do leilão em uma carta dirigida ao rei D. José do provedor-mor da Fazenda Real da Bahia, Manuel de Matos Pegado Serpa sobre o processo de arrematação dos dízimos.

[...] chamados todos os lançadores ao Conselho e declararam em presença dos Ministros dele, não queriam lançar mais coisa alguma e se podia rematar no lanço em que estava: mandarão os Ministros do dito Conselho se arrematasse, visto se não oferecer dúvida ao Desembargador Procurador da Coroa e Fazenda Real se repetindo o dito pregoeiro Ignácio Ribeiro da Costa Furtado o lanço de cento e trinta e oito mil cruzados e duzentos e trinta e cinco mil réis forros para a Fazenda Real por muitas vezes na forma que se pratica em atos semelhantes a rematações e por não haver quem melhorasse o lanço meteu o dito pregoeiro um ramo verde na mão do dito Caetano de Freitas Carvalho dizendo faça-lhe Deus bom proveito [...].⁵¹

Depois de celebrada, a arrematação era registrada no Conselho Ultramarino e lançava-se um “alvará de aprovação e confirmação do arremate dos dízimos”.⁵² Em seguida, faziam-se os acordos contratuais com o arrematante e demais sócios mediante condições e obrigações. O

⁴⁷ AHU/ Série Avulsos Bahia/Carta do [Juiz dos feitos da Coroa] Tomás Marciano de Albernaz ao rei [d. João V] dando conta do processo de arrematação do contrato dos dízimos da capitania da Bahia. 15 de julho de 1723 [cx.18, doc. 1553].

⁴⁸ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 1875-1941. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p.127. No livro o autor apresenta uma narrativa de como funcionava os tradicionais leilões durante o período colonial. O relato é de um pregão de bens, mas o rito era muito similar à arrematação de contrato – o porteiro pronunciava as mesmas palavras e entregava na mão do lançador um ramo verde como confirmação do arremate.

⁴⁹ AHU/ Série Avulsos Bahia/Carta do [Juiz dos feitos da Coroa] Tomás Marciano de Albernaz ao rei [d. João V] dando conta do processo de arrematação do contrato dos dízimos da capitania da Bahia. 15 de julho de 1723 [cx.18, doc. 1553].

⁵⁰ LYRA, Maria de Lourdes Viana. Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750), 1970. Ver também BARBOSA, Livia Brenda da Silva. Das Ribeiras o Tesouro, da Receita o Sustento: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723), 2017.

⁵¹ AHU/ Série Avulsos Bahia/Carta do provedor-mor da Fazenda Real Manuel de Matos Pegado Serpa ao rei [D. João V] sobre o processo de arrematação dos contratos dos dízimos reais. Bahia 2 de setembro de 1757 [cx.132, doc.10314].

⁵² Lyra, Maria de Lourdes Viana. Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750), 1970, p.

contrato também poderia ser retalhado, ou seja, dividido em ramos e vendido pelo próprio contratador. Essa forma facilitava uma melhor administração da arrecadação dos dízimos.⁵³

Apesar das mudanças na reorganização de algumas instituições fiscais no período pombalino, com as Juntas da Fazenda tomando o lugar das provedorias, o ritual do leilão ainda permanecia como de costume, mesmo com a intermediação do governador no arrendamento. Um exemplo pode ilustrar melhor essa ideia. Em 1769, no governo do Marquês do Lavradio, aconteceu um auto de arrematação conforme a cerimônia tradicional. O contrato foi posto em praça e o pregoeiro José Neto “afrontava” a todos os participantes do leilão, como Clemente José da Costa e seus sócios Antônio Cardoso dos Santos e Frutuoso Vicente Viana dizendo em voz alta a seguinte fala “quem quiser lançar no contrato dos dízimos reais desta capitania e suas anexas venha dar o seu lance”.⁵⁴ Assim, depois de várias ofertas os ditos negociantes, que eram considerados os principais e os mais bem abonados da praça comercial baiana, deram o lance de 53.200.000 réis, incluindo propinas e demais encargos. O contrato também incluía o ramo do Distrito da freguesia das Minas Novas do Araçuaí e caso este ramo já estivesse pertencendo as Minas Gerais seria descontado do contrato o valor de 2.100.000 réis. E, assim ao ofertar o maior lance, o pregoeiro deu na mão do dito arrematador Clemente José da Costa um ramo verde como confirmação do remate e pronunciando a frase “Deos bom proveito”. Com consentimento do governador Marquês do Lavradio e dos Ministros finalizou o leilão.⁵⁵

No entanto, houve momentos em que a arrematação do dízimo era agenciada em um jantar de negócios como ocorreu em 1768, no governo do 2º Marquês do Lavradio. Assim, no seguinte trecho da correspondência do marquês é evidente a intermediação do governador com os homens de grosso trato com a intenção de fortalecer os laços econômicos e aumentar as receitas da capitania baiana. Além dos negociantes, convidou também os Ministros que administravam e fiscalizavam as fazendas reais.

[...] a origem destas maiores desordens foram os Desembargadores que aqui vieram chamados os Conselheiros, que [...] fizeram tais violências perdendo, e arruinando tantas gentes do comércio, que fogem de lançar nas rendas d’El-Rei, finalmente o ponto a que isto chegou, só o pode crer, quem aqui o vem ver, eu como sigo outro sistema [...] convidei-os um dia a jantar todos, assim como, os Ministros que administram e fiscalizam as fazendas reais,

⁵³ GALLO, Alberto. *Racionalidade fiscal e ordem colonial*. Colóquio internacional Economia e colonização na dimensão do Império português, historiografia e perspectiva de pesquisas. São Paulo, 2008.

⁵⁴ AHU/ BA Castro Almeida/ Auto da referida arrematação, adjudicada a Clemente José da Costa e a seus sócios Antônio Cardoso dos Santos e Frutuoso Vicente Viana. Bahia 13 de maio de 1769. [cx. 43, doc. 8006-8007].

⁵⁵ AHU/ BA Castro Almeida/ Auto da referida arrematação, adjudicada a Clemente José da Costa e a seus sócios Antônio Cardoso dos Santos e Frutuoso Vicente Viana. Bahia 13 de maio de 1769. [cx. 43, doc. 8006-8007].

neste jantar lhes estive insinuando que as minhas vistas se encaminhariam tôdas em beneficiá-los, e não arruinar nenhum, que eu não fazia mais que pôr em prática as intenções do piedoso ânimo de Sua Majestade, que eu esperava êles se interessassem tanto no aumento da Fazenda Real, que eu pudesse dar conta a Sua Majestade do zêlo com que se distinguiam nos interesses do seu real serviço os comerciantes da Bahia, isto os obrigou tanto, e por tal forma que me arremataram logo os dízimos do tabaco por preço, que ainda cá não houve semelhante, e estou esperando que nenhuma das outras rendas fiquem por arrendar.⁵⁶

Em outro ofício de 1769 do Marquês do Lavradio para o Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, aparecem informações sobre algumas mudanças que ocorreram na arrematação dos contratos com a criação do Erário Régio, que tinha como umas de suas finalidades um maior controle da fiscalidade na colônia. O Marquês menciona no ofício sobre uma ordem que recebeu do Erário Régio com relação ao período de arrematação do contrato dos dízimos e sobre os homens de negócio.

Pelo Real Erário recebi ordem de mandar arrematar o Contrato dos Dízimos desta Capitania ordenando se em que está arrematação fosse daqui em diante feita no mês de Janeiro; como esta Ordem que recebi passada no mês de Novembro do ano passado [...] logo que recebi sem demora mandei pôr os Editais e fazer aviso a Mesa de Inspeção para que participasse os homens de negócio, porem até o presente ainda não houve outros lançadores mais que os atuais Rendeiros, quais lançarão o mesmo preço de cento e vinte e seis mil cruzados, por que eles o ano passado arrematarão. Como estes são os mais abonados desta praça todos os outros lhe tem respeito [...].⁵⁷

Em conformidade com as ordens do Erário Régio, os dízimos deveriam ser arrematados no mês de janeiro, mas o contrato iniciaria como de costume no período da colheita que era a partir de julho. A exigência era que fossem lançados prontamente os editais do leilão, divulgados e comunicados aos homens de negócio da Mesa de Inspeção para que participassem do processo e oferecessem bons lanços. Contudo, as arrematações no governo do Marquês ainda não estavam a seu contento. Em 1769 escreveu ao grande negociante de Lisboa, Joaquim Inácio da Cruz, que havia atuado durante muitos anos na Bahia. Na carta mencionava a “vasta experiência” de Cruz no ramo dos contratos, e que não se satisfazia mais em arrendar a cobrança dos dízimos a lançadores que ofereciam grandes ofertas, mas que não cumpriam com o pagamento porque tinham pouco crédito. Para ele seria mais vantajoso que

⁵⁶ Carta ao Conde de Prado do Marquês do Lavradio em 21 de julho de 1768. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Série Publicação nº68). 1972, p. 29.

⁵⁷ AHU/ BA Castro Almeida/ Ofício do governador Marques do Lavradio para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que se refere à arrematação do contrato dos dízimos, informando que os únicos concorrentes tinham sido os antigos arrematantes pelo preço de 126.000 cruzados. Bahia 1 de maio de 1769 [cx. 43, doc. 7994].

arrematassem àqueles que de fato cumpririam com as obrigações do arrendamento. O governador também mantinha uma relação de amizade com o grande contratador, que também era acionista da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O trecho abaixo ilustra a situação:

[...] os Dízimos Reais desta Capitania [...] houve alguns lançadores, porém a mim me não satisfaziam assim pelo preço, como pelo pouco crédito que me devem, porque como eu enquanto estiver neste emprego, não determino vender, nem arrendar aos que só tiverem a circunstância de prometerem muito, mas sim aqueles que forem capazes de pagarem o porquê se ajustarem, e eu destes não confiava muito fossem desta natureza, estava receando que eles se atrevessem a darem aqueles lances tão subidos [...].⁵⁸

Em outro trecho da carta, o Marquês menciona ainda sobre a importância de fazer uma boa arrecadação do dízimo, pois deste tributo dependia a “subsistência das tropas e tribunais, e mais pessoas que vencem ordenado”, além de outras despesas. Ademais, sem a cobrança do dízimo tudo na capitania da Bahia padeceria. Nas palavras de Lavradio:

[...] em havendo nisto descuido fica tudo padecendo; cresce a dívida de Sua Majestade, e vem a fazer-se a grande desordem em que eu vim achar a Casa da Fazenda, nascida dos quatro anos em que este contrato andou por administração, ou vinha experimentar a mesma falta atendendo-se só aos que vinham oferecer grandes lances, e deixando de examinar todas as mais circunstâncias, que quanto a mim devem ser as primeiras, e são as mais essenciais; isto ninguém o conhece melhor que V. S^a pela larga experiência de muitos anos de assistência nesta Capitania; V. S^a deve desculpar esta longa, e prolixa narrativa, e espero queria dizer-me o seu parecer sobre estes mesmos pontos [...].⁵⁹

Havia assim uma relação de proximidade entre governador e negociantes. Mais especificamente, ocorria uma interferência do Marquês na escolha dos “bons contratadores”, aqueles que atuavam nos grandes contratos, que não só ofereciam valores superlativos, mas que eram de fato, homens bem abonados e com uma larga experiência. Ainda, percebe-se certa preocupação do governador com os pagamentos do contrato. Escrevendo ao Conde Azambuja mostrou novamente a mesma inquietação. De tal modo que o “excesso da arrematação não é o que faz mais a minha estimação neste negócio, mas sim a segurança dos arrematadores e a certeza de que nos tempos competentes sem mais diligências nem demoras

⁵⁸ Carta a Joaquim Inácio da Cruz do Marques do Lavradio em 29 de maio de 1769. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Série Publicação nº68). 1972, p. 207.

⁵⁹ Carta a Joaquim Inácio da Cruz do Marques do Lavradio em 29 de maio de 1769. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Série Publicação nº68). 1972, p. 208.

virão fazer seus pagamentos [...]”. Geralmente permaneciam os mesmos grupos de negociantes no arremate dos dízimos reais, os principais homens de negócio que se articulavam com os pequenos negociantes e mantinham o controle do arrendamento por vários anos.

Quando o leilão acontecia no Conselho Ultramarino os editais eram lançados com bastante antecedência nos principais lugares públicos da colônia. No edital eram descritos todos os tipos de contratos que iam ser leiloados na Corte, a data da hasta pública e um anúncio de motivação para que todos os negociantes, os de maiores cabedais, participassem da arrematação em Lisboa e dessem a maior oferta. Com base em um modelo de edital encontrado na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, é possível afirmar que os principais contratos das rendas eram leiloados todos em um mesmo evento, pelo menos nos arremates que ocorriam no Conselho Ultramarino (ver anexo C). Assim, todos os interessados participavam ou enviavam procuradores para representá-los.

De modo geral, os rituais simbolizavam a confirmação dos acordos entre o rei e o súdito, presentes em todas as instâncias de poder do Antigo Regime. O leilão representava a transferência (temporária) do papel do Estado ao contratador, que simbolizava a figura do rei ao cobrar o imposto em seu nome. Assim, o sistema de arrendamento se caracterizou como uma importante receita de sustento para a manutenção das estruturas administrativas do Império Português no espaço ultramarino, além de estabelecer acordos para garantir a arrecadação e a segurança da Fazenda Real e benefícios aos homens de negócio. Esse pacto fiscal é notado através das condições contratuais e dos privilégios que estes agentes privados ocupavam ao assumir posições diferenciadas nos seus espaços de atuação. O arrendamento das rendas reais possibilitou um caminho de construção de alianças entre negociantes de lugares distintos que se uniam em torno de interesses econômicos, formando um circuito mercantil que centralizava os principais contratos reais.

1.3 Condições contratuais

Nos contratos eram descritos um conjunto de condições e cláusulas que o contratador deveria cumprir, mas isso não interferia na autonomia que os contratadores tinham para administrarem as suas respectivas rendas e fazerem uma boa arrecadação dos dízimos. A vigência do contrato geralmente era de três anos, iniciava em primeiro de agosto e terminava no último dia do mês de julho do terceiro ano de contrato. Mas ocorria também arrematações de um ano, como foi o caso do contrato dos dízimos da capitania da Bahia arrematado pelo

negociante Frutuoso Vicente Viana e seus sócios em 1768-1769.⁶⁰ A quantidade de condições declaradas no contrato variava conforme as particularidades de determinada capitania. Contudo, tratando especificamente dos dízimos, aparecem contratos constando cinco, doze e até vinte e cinco condições dependendo do período arrematado.

De um modo geral, o contrato do dízimo era padronizado, mas existiam algumas especificidades.⁶¹ Assim, refiro como exemplos dois contratos, um arrematado por Paulo Luís da Costa no ano de 1723 no Conselho Ultramarino pelo valor de 74.000.000 (66.000.000 mais 8.000.000 para as farinhas da Infantaria) réis e que compreendia 25 cláusulas. E outro arrematado por Antônio de Oliveira Guimarães e Estevão Martins Torres em 1750 também no Conselho Ultramarino. Esse último contrato tinha doze cláusulas, valeria por um período de três anos e foi arrematado por 50.000.000 réis, com 30.000.000 réis livres para Fazenda Real.⁶²

Cabe mencionar primeiramente as condições do contrato de Antônio de Oliveira Guimarães por conter as condições padrões que deveriam ser cumpridas pelo contratador e sócios. Em seguida serão descritas as do contrato de Paulo Luís da Costa, atentando somente para as suas especificidades. Antes de citar a primeira condição, na abertura do contrato era descrito o nome do arrendatário, local de arrematação, o valor do contrato e o nome do fiador da décima, além do período de vigência do contrato. Portanto, a primeira condição estabelecia a delimitação territorial, os limites que eram permitidos para fazer a cobrança dos dízimos, de modo que “ficam pertencendo a ele Contratador dos Dízimos da Capitania da Bahia, nas terras, sítios, e Minas descobertas, e por descobrir na dita Capitania [...]”.⁶³ No contrato também eram inclusas as regiões de Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe Del Rey.⁶⁴ O Mapa 1 mostra com mais detalhes o território baiano no período colonial e contribui para uma melhor visualização do espaço onde se fazia a cobrança do dízimo.

⁶⁰ AHU/ BA Castro Almeida/ Ofício do governador Marquês do Lavradio para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que se refere à arrematação do contrato dos dízimos, informando que os únicos concorrentes tinham sido os antigos arrematantes pelo preço de 126.000 cruzados. Bahia 1 de maio de 1769.

⁶¹ AHU/Série Avulsos Bahia/ Contrato arrematado por João Francisco no Conselho Ultramarino no de 1743. Anexo do Requerimento de Manuel Barbosa Torres ao rei [D. José] solicitando provisão para que possa cobrar executivamente as dívidas procedidas dos contratos dos dízimos da Bahia nos triênios de 1744, 1747 e 1750. Bahia 18 de setembro de 1771. [cx. 166, doc. 12626]. Em anexo encontra-se a cópia do contrato arrematado por Antônio de Oliveira Guimarães no Conselho Ultramarino.

⁶² AHU/Série Avulsos Bahia/ Requerimento dos contratadores dos dízimos reais da cidade da Bahia Antônio Oliveira Guimarães e Estevão Martins Torres ao rei D. João V solicitando serem ouvidos e haja assistência do procurador da Fazenda Real da cidade da Bahia em qualquer requerimento referente ao dito contrato. Bahia 22 de dezembro de 1749. [cx. 100, doc. 7948].

⁶³ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Parecer do Conselho Ultramarino sobre as declarações acerca das condições do arrendamento do contrato dos dízimos da Bahia e do lance que foi feito. 18 de julho de 1746. [cx. 86, doc. 7056].

⁶⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, p.154.

Mapa 1. A capitania da Bahia e suas anexas

Fonte: SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, C. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. Vol. II. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. Ed. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

A segunda condição tratava sobre as dívidas do contrato que poderiam ser cobradas executivamente pela Fazenda Real. Decretava-se a prisão e o confisco de todos os bens do arrendatário que não quitasse as dívidas do contrato. Nessa cláusula também dava direito ao contratador de fazer o mesmo com os seus credores. Conforme a Resolução Real de 23 de dezembro de 1738 “poderá ele contratador cobrar todas as dívidas procedidas dos ditos dízimos executivamente como Fazenda Real, não só dentro do tempo deste contrato, mas também no de três anos depois de acabado ele.”⁶⁵ O arrendatário também poderia dividir o contrato em ramos para obter uma melhor efetivação da arrecadação do tributo. Tanto o contratador quanto o “ramista” tinham os mesmos privilégios na hora da cobrança conforme era descrito na terceira cláusula que “[...] os Rendeiros, que tomarem parte dele terão para sua cobrança o mesmo privilégio, que ele Contratador, e para o mais terão os privilégios que lhes

⁶⁵ AHU/Série Avulsos Bahia/ Contrato arrematado por João Francisco no Conselho Ultramarino no de 1743. Anexo do Requerimento de Manuel Barbosa Torres ao rei [D. José] solicitando provisão para que possa cobrar executivamente as dívidas procedidas dos contratos dos dízimos da Bahia nos triênios de 1744, 1747 e 1750. Bahia 18 de setembro de 1771. [cx. 166, doc. 12626]. Em anexo encontra-se a cópia do contrato arrematado por Antônio de Oliveira Guimarães no Conselho Ultramarino.

competirem, na forma que tem os mais Contratadores da Fazenda Real [...].”⁶⁶ Já a cláusula seguinte garante ao contratador o direito de nomear para Juiz Conservador um Desembargador da Relação da Bahia, pagando por conta própria um ordenado de 70.000 (setenta mil réis). O Juiz Conservador tinha a função de julgar as causas e disputas relacionadas à administração do contrato durante o período de vigência, e caso necessário poderia recorrer ao Juiz dos feitos da Fazenda para resolver algum problema relativo à cobrança dos impostos.⁶⁷ Assim, “os provedores da fazenda serão seus juizes privativos e lhe sentenciarão todas as suas causas e dependências pertencentes a este contrato e poderá perante eles recorrer qualquer condição ou declaração para melhor arrecadação do contrato”.⁶⁸ Além disso, o contratador tinha também autonomia para escolher os seus administradores, podendo ser ele mesmo o caixa e administrador do contrato. Quando o contrato era arrematado em sociedade, um dos sócios geralmente exercia o cargo de caixa e administrador, como foi o caso do capitão André Marques Gomes que administrou diversos contratos na Bahia, de alguns contratadores, como João Francisco e Antônio Marques Gomes que arremataram em sociedade no triênio de 1737 a 1740. O contratador também podia nomear pessoas para cargos, caso fosse necessário, como oficiais de justiça que tinham permissão para portarem armas de fogo, meirinhos e escrivães para a efetivação de uma boa administração do contrato.

Na sexta cláusula garantia-se ao contratador 10% dos navios que navegavam em frota ou em vasos soltos para Lisboa para o transporte dos dízimos, conforme foi determinado em carta régia no ano de 1714 “que as naus de licença do Contrato Geral do Tabaco, serão isentas, como privilegiados que são da obrigação de se carregar nelas a décima parte da praça dos frutos dos ditos dízimos, a qual obrigação se entenderá a respeito de todos os mais navios [...]”.⁶⁹ Na próxima condição menciona que em caso de falecimento do contratador ou

⁶⁶ AHU/ Série Avulsos Bahia/Requerimento do contratador dos Dízimos Reais desta capitania, Antônio de Oliveira Guimarães ao rei [D. José I] solicitando provisão para que Francisco Marcelino possa servir de juiz conservador do contrato dos Dízimos Reais da capitania da Bahia. Bahia, 28 de fevereiro de 1753 [cx.113, doc. 8833].

⁶⁷ AHU/ Série Avulsos Bahia/Requerimento de Manuel Barbosa Torres ao rei D. José solicitando provisão para que possa cobrar executivamente as dívidas procedidas dos contratos dos dízimos da Bahia dos triênios de 1744, 1747 e 1750. Bahia, 18 de setembro de 1771 [cx.166, doc. 12626]. Em anexo encontra-se a cópia do contrato arrematado por Antônio de Oliveira Guimarães no Conselho Ultramarino.

⁶⁸ AHU/ Série Avulsos Bahia/Requerimento de Manuel de Almeida Ferreira ao rei D. João V solicitando provisão para poder administrar um dos ramos do contrato dos dízimos da capitania da Bahia. Em anexo encontra-se o contrato do dízimo arrematado por Antônio Marques Gomes no Conselho Ultramarino. Bahia, 14 de maio de 1729 [cx.33, doc. 3027].

⁶⁹ Já no contrato arrematado por Antônio de Oliveira Guimarães os 10% da frota passa a ser descontado no valor do seu contrato. De tal modo que “o contratador representou a sua Majestade que rematara este contrato sem saber da dita isenção, determinou o mesmo Senhor por sua real resolução de leis de junho do presente ano de 1750 [...]”. AHU/ Série Avulsos Bahia/Requerimento de Manuel Barbosa Torres ao rei [D. José] solicitando provisão para que possa cobrar executivamente as dívidas procedidas dos contratos dos dízimos da Bahia dos triênios de 1744, 1747, 1750. Bahia, 18 de setembro de 1771 [cx.166, doc. 12626]. Neste Requerimento contém

administrador, os ministros e oficiais da Fazenda dos defuntos e ausentes não poderiam interferir nas obrigações, sendo de responsabilidade de quem fosse assumir o contrato.

É importante ressaltar que o valor do contrato deveria ser pago em “dinheiro” para a Fazenda Real e destinado à folha eclesiástica e secular, e também para custeamento de outras despesas como fardas e mantimentos (farinha) dos “oficiais” e outros custos da capitania da Bahia, conforme é exposto na nona condição do contrato. Assim, o pagamento dos dízimos geralmente era feito em dinheiro e fazendas, ou seja, até 1711 uma parte do valor do contrato era pago em tecidos para infantaria da praça baiana.⁷⁰ O pagamento deveria ser realizado a cada três meses na Provedoria Real até quitar o valor total do contrato arrematado.⁷¹

Outra condição contratual interessante diz respeito às propinas, que eram as taxas cobradas dos contratadores, como o 1% para as obras pias, munições de guerra e outros encargos. As propinas eram gratificações para ministros, oficiais e instituições que eram pagas em dinheiro e gêneros, como tecidos, produtos agrícolas, etc.⁷² As propinas eram pagas anualmente e quanto mais contratos se arrematavam, obviamente, maior o número de encargos. Podemos observar, por exemplo, em uma carta do provedor-mor da Fazenda Real, João Luís Cardoso Pinheiro ao rei D. João V, a lista de propinas do contrato dos dízimos arrematado pelo negociante André Marques Gomes. A tabela 2 discrimina as propinas e seus valores.

Tabela 2. Rol de Propinas (1740)⁷³

Vice-rei do Estado	800\$000
Desembargador Provedor-mor	100\$000
Desembargador Procurador da Fazenda	100\$000
Escrivão da Fazenda	80\$000
Escrivão do Tesouro	20\$000

em anexo a cópia do contrato dos dízimos arrematado por Antônio de Oliveira Guimarães, bem como o contrato de João Francisco e o de Luiz de Abreu Barbosa.

⁷⁰CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil século XVII*. Juiz de Fora, 2009, p. 40.

⁷¹CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil século XVII*. Juiz de Fora, 2009, p. 40.

⁷²SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. Composto pelo padre d. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Sila. Lisboa: Officina de S. T. Ferreira, 1789, p. 254.

⁷³Terceiro ano do contrato do dízimo de 1737 a 1740. As propinas eram pagas anualmente.

Secretário do Estado	100\$000
Total	1:200\$000

Fonte: extraído da carta do provedor-mor da Fazenda Real, João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João] sobre o sequestro dos bens do capitão André Marques Gomes. AHU/ Série avulsos Bahia/Bahia, 1 de julho de 1748 [cx.95, doc.7566].

Essas propinas pagas aos funcionários régios faziam parte das condições contratuais, pelos custos e serviços oferecidos durante o processo de arrematação. Como salienta Lyra “[...] a taxa das propinas, cujo rendimento aplicava-se às despesas relativas à arrematação, isto é, ao pagamento dos funcionários do governo presentes [era uma] remuneração extraordinária pelos serviços prestados nas arrematações”.⁷⁴

Na última condição contratual é selado o compromisso do contratador em relação ao pagamento do contrato juntamente com o fiador da décima. E caso o pagamento não fosse feito seriam confiscados os bens de raiz e móveis do contratador e sócios que eram dados como garantia. No entanto, recorrentemente alguns contratadores acumularam dívidas e não conseguiram liquidar os empenhos no prazo estabelecido pelas normas contratuais, causando prejuízos à Fazenda Real. Esse foi o caso do “contratador João Rodrigues de Macedo que jamais conseguiu liquidar suas dívidas para com a Fazenda Real e uma boa parte dos seus bens foram apreendidos.”⁷⁵

Podemos observar com mais detalhes, por meio de um trecho do contrato do negociante Antônio de Oliveira Guimarães, as obrigações contratuais e a questão do confisco dos bens. Caso o contratador não cumprisse com as condições do contrato,

[...] pagaria, e satisfaria toda a perda, que a Fazenda de Sua Majestade receber por todos os seus bens, assim moveis, como de raiz, havidos e por haver, os quais isto o obrigava, e por firmeza de tudo mandarão fazer este contrato no livro deles, em que todos assinaram com o dito Antônio de Oliveira Guimarães [...].⁷⁶

⁷⁴ Lyra, Maria de Lourdes Viana. Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750), 1970, p. 47. Inserção minha.

⁷⁵ CARRARA, Ângelo Alves. *A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807*. América Latina em la história econômica, n. 35, enero-junio de 2011, p.49.

⁷⁶ AHU/ Série Avulsos Bahia/Requerimento do contratador dos Dízimos Reais desta capitania, Antônio de Oliveira Guimarães ao rei [D. José I] solicitando provisão para que Francisco Marcelino possa servir de juiz conservador do contrato dos Dízimos Reais da capitania da Bahia. Bahia, 28 de fevereiro de 1753[cx.113, doc.8833].

Mesmo terminado o período de vigência, o negociante tinha ainda o prazo de três anos para quitar suas dívidas com a Fazenda Real, isso no caso dos contratos de três anos.⁷⁷ Entretanto, as dívidas muitas vezes se arrastavam por anos e nem chegavam a ser pagas, levando a ruína negociantes que tiveram seus bens confiscados pela Fazenda Real e leiloados em praça pública. Para quitar as suas dívidas muitos dos contratadores dependiam das condições de produção e do recebimento das dívidas dos seus “devedores”.⁷⁸

O caso de Paulo Luís da Costa lembra em alguma medida o exemplo anterior, mas apresenta mais subsídios e detalhes das condições contratuais. Veja-se, primeiramente, que ele arrematou o contrato do dízimo da Bahia por um ano, de 1723 a 1724, no valor de 66.000.000 e mais 8.000.000 réis para as farinhas da Infantaria daquela praça, tudo somando 74.000.000 réis. No ano anterior o mesmo contrato tinha sido arrematado por Antônio Fernandes Viana pelo valor de 64.000.000 réis e 8.000.000 para alimentar a Infantaria, ocorrendo assim um aumento de 2.000.000 réis entre uma e outra arrematação. Neste período, além do valor de arrematação, contribuía-se com a importância de 8.000.000 réis para os oficiais. O contrato de Paulo Luís tinha como condição inicial o pagamento de propinas aos servidores régios da Fazenda Real. A quantia de 200.000 réis era destinada ao Provedor-mor da Fazenda Real, Ministros e oficiais e 100.000 réis aos demais integrantes.⁷⁹ Além dessas propinas, o contratador tinha que pagar 1% para as obras pias, ou seja, “[...] como sempre se fez que a cada cem mil réis, mil réis na forma de provisão de sua Majestade sobre o dito um por cento”.⁸⁰ Pagava-se outros encargos, como 2 arrobas e 13 livres de cera lavrada para o dia de Nossa Senhora das Candeias, 2 arrobas e 5 livres para os oficiais da Fazenda, 28.000 réis de papel fino, livros para o registro de matrículas dos agentes de guerra e para o secretário, um pano fino para a mesa da dita Casa da Fazenda e Tribunal e 24.000 réis para cobrir demais despesas.⁸¹ O contratador era responsável por todos os custos do contrato, incluindo material e propinas para os funcionários régios. Além disso, poderia nomear sócios para ajudar na

⁷⁷ AHU/ Série Avulsos Bahia/Requerimento do contratador dos Dízimos Reais desta capitania, Antônio de Oliveira Guimarães ao rei [D. José I] solicitando provisão para que Francisco Marcelino possa servir de juiz conservador do contrato dos Dízimos Reais da capitania da Bahia. Bahia, 28 de fevereiro de 1753[cx.113, doc.8833].

⁷⁸ Idem

⁷⁹ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. Bahia 18 de junho de 1725[AHU, cx. 22, doc. 2006].

⁸⁰ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. Bahia 18 de junho de 1725 [AHU, cx. 22, doc. 2006].

⁸¹ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. Bahia 18 de junho de 1725[AHU, cx. 22, doc. 2006].

cobrança dos dízimos e todos eram responsáveis em cumprir os mesmos acordos celebrados no regimento do contrato. A arrematação em parceria promovia assim uma divisão de custos e de prejuízos caso acontecesse safras ruins e conflitos. De modo que,

Querendo ele contratador nomear parceiro ou parceiros neste contrato o poderá fazer e a se ele, como seus parceiros, feitores, procuradores adjuntos e caixeiros gozaram de todos os privilégios de que gozam os contratadores e rendeiros das rendas Reais pelo Regimento e ordenações e dos mesmos gozaram as mais pessoas que arrendaram nesta cobrança e benefício deste contrato.⁸²

Em seguida é exposta a delimitação territorial, ou seja, os limites de cobrança do contratador. Pertencia ao arrendatário os dízimos da Bahia, bem como da região de Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe de Del Rey e, além disso, o contratador poderia o dividir em ramos, como já foi mencionado. Os ramos dos anexos do contrato de Paulo Luís da Costa foram arrendados por Cipriano da Costa Bahia pelo valor de 52.000.000 réis. Nesse sentido, “[...] os rendeiros gozarão das mesmas liberdades que ele Contratador pode gozar”. Já a seguinte condição versava sobre as dívidas do contrato que seriam cobradas de forma executiva conforme o parecer do Governador-geral e do Provedor-mor da Fazenda Real. Também seriam notificados aos senhores de engenho para que pagassem os dízimos no seu tempo de modo que não houvesse prejuízos tanto para o contratador quanto para os cofres reais.

Ficava sobre obrigação do contratador o pagamento de ordenados ao Reverendo da Santa Sé da cidade da Bahia, vigários das freguesias desta capitania e demais Ministros e Eclesiásticos. Além disso, mil cruzados eram destinados como dote aos padres do Colégio da Companhia e esse pagamento era cobrado em açúcar nos engenhos como foi especificado na nona condição do contrato.

“[...] pagar nos engenhos que Seu Procurador tem nomeado em açúcares verdes [...]; pesa dos na balança a oitocentos réis arroba de branco e quinhentos e vinte réis do mascavado que há conforme a Provisão de sua Majestade e se paga de alguns anos a esta parte e não se lhe abaterem por isto Contratador nem pedira a fazenda Real outro abatimento algum porque com esta condição, aceitar este contrato assim como já o fizeram os contratadores passados depois que assim se ordenou e se lançaram na folha Eclesiástica do assentamento desta Bahia.”⁸³

⁸² AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. Bahia 18 de junho de 1725 [AHU, cx. 22, doc. 2006].

⁸³ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. Bahia 18 de junho de 1725 [AHU, cx. 22, doc. 2006].

A décima condição autorizava o contratador e os oficiais da Fazenda Real a fazerem a cobrança dos dízimos aos cavaleiros das três ordens militares e religiosas (Cristo, Avis e Santiago), por meio de um requerimento que deveria ser feito desde o início da safra pelo contratador e oficiais da Fazenda. Tema que foi retomado na décima quarta cláusula, na qual menciona-se os cavaleiros das três ordens militares, questionando se poderiam ou não ser isentos do pagamento do dízimo. Segundo a cláusula do contrato:

[...] alguns cavaleiros das três ordens militares duvidavam pagar o décimo de seus frutos e criações, os obrigaram a pagar como sua Majestade tem ordenado pela posse que tem, e quando venham com embargos, pelos quais se julgue que sejam isentos, havidos se seguirá com eles, de mandar tomar, alçada do Supremo Senado ou ordens de sua Majestade, em tal caso, se abaterá a ele contratador nesta renda, a quantia que deixarem de pagar os três cavaleiros por não ser justo que a ele contratador pague o que não cobrou.⁸⁴

Stuart Schwartz evidencia que tanto as corporações religiosas, como as militares afirmavam serem isentas do pagamento dos dízimos.⁸⁵ A isenção dos dízimos era muito questionada por determinadas autoridades e pelos contratadores que tinham que arcar com todos os custos e que poderia resultar em prejuízos para a Fazenda Real. Contudo, de acordo com Lyra, nem mesmo as corporações religiosas e militares eram dispensadas de pagar os dízimos. Por exemplo, em 1711, a Coroa portuguesa ordenou a Fazenda Real que cobrasse os dízimos dos religiosos e caso não efetuassem o pagamento suas terras seriam sequestradas.⁸⁶ Mas as corporações não aceitavam a imposição da Coroa e recusavam a pagar o dízimo. Em virtude disso, foram elaborados alguns alvarás determinando que os Cavaleiros das três ordens cumprissem com a obrigação do pagamento dos dízimos desde o reinado de D. João III.⁸⁷ Só estavam isentas as ordens enquanto instituições e não pela titulação, ou seja, os religiosos na colônia eram sujeitos a pagarem o dízimo assim como os leigos, e não estavam isentos por pertencerem a uma instituição eclesiástica, como acontecia em Portugal de

⁸⁴ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. Bahia 18 de junho de 1725 [AHU, cx. 22, D. 2006].

⁸⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução Laura Teixeira Mota – São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.154.

⁸⁶ Lyra, Maria de Lourdes Viana. Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750), 1970, p.22.

⁸⁷ Idem, p.23.

clérigos serem privilegiados de determinados impostos só pelo fato de serem religiosos.⁸⁸ Todos na América Portuguesa estavam sujeitos ao pagamento do dízimo.⁸⁹

Caso não cumprisse essa obrigação uma das punições seria a excomunhão por parte do Poder Eclesiástico, por ser um tributo tradicionalmente religioso, de tal modo que o seu pagamento era considerado como um dever cristão e Real. A cobrança era feita através da execução dos bens e, além disso, o contratador poderia ser preso caso não pagasse as dívidas conforme as condições contratuais. Logo, todos deveriam pagar os dízimos, inclusive os sesmeiros, religiosos e corporações.⁹⁰

Como já foi dito, o arrendatário tinha espaço garantido nos navios da frota para o carregamento do açúcar. Isso possibilitava o transporte do gênero e sua consequente comercialização no Reino. Com o resultado das vendas em dinheiro ele pagava o valor da arrematação. Muito embora isso existisse, alguns casos variavam conforme a conjuntura. Por exemplo, no contrato de Paulo Luís da Costa foi lhe dado o direito de transportar o dobro de caixas de açúcares, e “se carregarem duzentas caixas, as vinte que se lhe davam, serão agora quarenta, e assim que crescerem ou diminuir para vender as caixas carregadas pelos preços que no tal tempo valerem os açúcares e poder com o dinheiro delas pagar as obrigações de seu contrato.” Ademais, havia uma escassez de metal sonante no Reino por conta de conflitos e guerras no Rio da Prata com os espanhóis, conforme mencionam duas condições deste contrato. Mas mesmo com este problema o contrato era pago em dinheiro, de forma que:

[...]nesta praça não há dinheiro de presente por estar cerrado o comércio do Rio da Prata com o Reino por causa das guerras que andam nesta Costa, o Senhor Governador e Provedor-mor da fazenda pedirão e rogarão aos [mestres] e Mercadores que lá vieram com vinhos, fazendas e escravos queriam dar dinheiro que neles fizerem a ele contratador, ficando obrigado a lhe pagar em açúcar, pelos preços que valem o dinheiro descontado nesta praça e para se conseguir lhe dará o Senhor Governador e Provedor-mor da fazenda todo o favor e ajuda que lhe for necessário, para que isso acuda as suas obrigações e necessidades precisas de dinheiro como sempre se fez aos contratadores passados em semelhantes razões, exceto o dinheiro que pertencer ao contrato de Angola, Loango e Benguela [...].⁹¹

⁸⁸ DUARTE, Júnior Leovigildo. Pequeno glossário histórico para conviver no São Paulo do Brasil Colonial e melhor entender os documentos da época e os escritos posteriores sobre seus fatos e leitos. Sumaré: SCP, 2003, p. 155-156.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Lyra, Maria de Lourdes Viana. Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750), 1970, p. 20.

⁹¹ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. [AHU, cx. 22, doc. 2006].

Para tanto, o contratador recebia dos lavradores e senhores de engenhos o dízimo em mercadorias (açúcar, tabaco, gado, etc.) e depois negociava os gêneros para pagar a Fazenda Real em dinheiro. Como este valor deveria ser pago em moeda provincial, corrente no Brasil, era uma operação extremamente morosa, pois os valores adquiridos com a venda de gêneros coloniais precisavam ser transformados em fazendas em Portugal. Uma vez remetidas ao Brasil, eram trocadas por moeda provincial e a Fazenda Real era paga. Ao menos é isto que se depreende da queixa do contratador Antônio Marques Gomes redigida em 1730. As condições contratuais obrigavam o contratador a pagar a cada ano os soldos aos filhos da folha eclesiástica e secular, aos quartéis as farinhas e fardas para a Infantaria de guerra. O valor do contrato deveria ser pago em dinheiro e com a sua escassez na colônia o contratador tinha que comercializar os dízimos recebidos em mercadoria para conseguir o dinheiro e pagar ao tesoureiro geral. O pagamento de uma parcela do valor do contrato era efetuado em cada frota. Neste requerimento Antônio Marques menciona a falta de dinheiro na colônia e sobre as despesas do contrato. De tal modo que

[...] de sorte consentindo todo o rendimento deste contrato em espécie, consiste todo seu pagamento em dinheiro e com tão grande violência que se principia a vencer os seus quartéis e mais obrigações logo no mesmo dia em que o contrato começa, sem esperar tempo algum, e por esta razão se vê o suplicante em suma consternação que não poder cumprir a tanto desembolso a tão violenta despesa qual a que com ele se lhe faz precisar tanto porque não recebe dele dinheiro quanto pela miséria e atenuação em que ao presente comércio na Bahia se acha [...], obrigado a fazer remessas nas frotas para este Reino e consequentemente a remeter o seu liquido em fazendas para a mesma Bahia, como se não reduzem logo em dinheiro, o suplicante não pode valer dos líquidos deles [...] a metade do resto de cada um ano tudo em dinheiro assim podendo ter valido dos gêneros do açúcar e tabaco em que consiste o maior rendimento do mesmo contrato, como senão poder valer no país, por que este só tem o seu verdadeiro consumo neste Reino e fica preciso navega-los nas frotas para esta corte ao que atendendo V. Majestade fez expedir aquela provisão de 1714 declara na sexta condição do contrato [...]. Ordene que aquela metade do restante o suplicante dever do preço do contrato em cada um ano, o qual era obrigado a pagar na primeira frota que partisse da Bahia a dinheiro passado esse ano e mais dois meses pague o suplicante na mesma Bahia entregaram ao tesoureiro geral, e, aliás, não seja obrigado pagá-la na Bahia, mas sim nesta corte seis meses depois, chegada esta mesma frota, em que o suplicante devia satisfazer isso, passe ao tesoureiro geral da mesma Bahia sua letra segura da importância desta dívida sobre o suplicante, em que não resulta prejuízo algum a Fazenda Real com este pagamento.⁹²

⁹² AHU/ Série Avulsos Bahia/ Requerimento do contratador do contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia, Antônio Marques Gomes ao rei D. João V solicitando que satisfaça a metade do resto de cada um ano que até agora pagava na Bahia em dinheiro na carga das frotas. Bahia 9 de março de 1730 [AHU, cx. 36, doc. 3248].

Além das grandes despesas desembolsadas pelo contratador e sócios na administração e arrecadação dos dízimos, uma das soluções do suplicante, para diminuir gastos com as frotas, era fazer o pagamento do valor do contrato na Corte, em vez de pagar na Bahia. Antônio Marques sugere ainda quitar uma parte do valor do contrato em letra de risco, afirmando ser a melhor saída para a falta de dinheiro na colônia e que não era prejuízo para a Fazenda Real, mas uma garantia do pagamento das dívidas. O contratador pagaria o restante do contrato em letra de risco assinada na Bahia pelo seu irmão André Marques, administrador e sócio, e entregaria na Corte. O pagamento em letra acontecia tanto com as propinas, quanto com uma parte do valor de arrematação. Antônio Marques e seu irmão André Marques, por exemplo, efetuaram o pagamento de 800.000 réis em propinas (munições), 10.000 réis em dinheiro e 2.000 réis em letra de risco ao tesoureiro do Conselho Ultramarino referente ao valor do contrato do dízimo.⁹³ Isso também acontecia em outras capitanias, como a de Pernambuco.

O contrato de Paulo Luís da Costa refere ainda o controle dos tipos e qualidades de açúcar, que deveriam ser registrados em um caderno pelo senhor de engenho desde o início da safra até a saída de toda a mercadoria, além de ser encaixotada e rubricada pelo Provedor-mor da fazenda. Menciona que as caixas de açúcar precisariam ser encaminhadas para os trapiches com as ditas rubricas, enumeradas e despachadas apenas dos armazéns para suas embarcações. Ou seja, não era permitida a saída de caixas de açúcar que não fossem despachadas pelos trapiches do porto da Bahia. O contratador ou alguém nomeado por ele ficava responsável pelo transporte das caixas até os navios de carregamento, bem como as despesas do frete. Pagava-se o valor de três tostões por cada caixa a Câmara. Nos trapiches eram registrados em um livro todas as marcas e os números das caixas que entravam e saíam. Além disso, não se permitia embarcações de caixas de açúcar no porto sem as marcas identificando o peso e a qualidade. O branco, qualidade superior, era o mais cotado no mercado europeu comparado ao açúcar mais escuro, conhecido como mascavado, considerado de menor qualidade. Os administradores deveriam comunicar ao contratador e aos funcionários régios toda a quantidade de açúcar dos engenhos e das casas de mel que chegavam aos trapiches e caso isso não fosse cumprido, pagavam uma multa de 200.000 réis e corriam o risco de serem presos. Existia assim um controle na entrada e saída de mercadorias

⁹³ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do Provedor-mor da Fazenda Real da cidade da Bahia, Luís Lopes Pegado Serpe ao rei D. João V sobre a letra do contratador dos dízimos reais. Bahia 30 de agosto de 1736 [AHU, cx. 56, doc. 4849].

dos trapiches, conferindo a qualidade e quantidade de caixas de açúcar que seriam embarcadas no porto.

Do contrato de Paulo Luís da Costa foram mencionadas apenas as condições especiais, isto é, aquelas que não eram de costume constar em todos os contratos. Mas no geral as condições eram muito semelhantes. Assim, aludir condições e obrigações de dois contratos dos dízimos em anos diferenciados é interessante para notar os acordos contratuais entre o contratador e a Coroa, mediados por órgãos representativos, como a Fazenda Real e que essas condições poderiam mudar de período para período, e também de uma capitania a outra. Contratadores e sócios, mesmo tendo autonomia para administrar e dividir o contrato em ramos eram subordinados a várias obrigações, cujo não cumprimento arruinaria os seus negócios e a sua reputação com a perda de seus bens.

1.4 Ramos do contrato dos dízimos da Bahia

Para facilitar a cobrança do dízimo os principais contratadores retalhavam e vendiam os ramos do contrato a outros negociantes, conhecidos como ramistas. A venda dos ramos era feita a cada novo arrendamento conforme as negociações. Porém, acontecia também de o contratador fazer a cobrança por conta própria, caso não houvesse interessados nos ramos. Isso dependia muito da estimativa da produção. O contrato de Paulo Luís da Costa, por exemplo, foi retalhado em três ramos: Sergipe Del Rey, Campo Grande de Cachoeira e o Sertão (região próxima de Minas Gerais e do rio São Francisco). Provavelmente estavam inclusas as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, mas no requerimento são citados apenas os três primeiros ramos, por serem regiões de maior estimativa de arrecadação do seu contrato. Cada ramo era formado por diversas freguesias. O Recôncavo Baiano, onde se localizava o ramo de Cachoeira, era composto por paróquias como São Gonçalo, Passé, Catu, Socorro, Rio Fundo, Purificação, Saubara, entre outras, e que possuíam um número considerável de lavradores de tabaco.⁹⁴ Com base no requerimento do contratador Paulo Luís da Costa é possível mapear os principais ramos (Sergipe Del Rey, Campo Grande de Cachoeira, Ilhéus, Porto Seguro e Sertão que aparece também com o nome de Campo) da capitania da Bahia. O Mapa 2 evidencia essas regiões.

⁹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, p.365. Se observarmos a capitania do Rio de Janeiro como exemplo, o contrato do dízimo era dividido em nove ramos: Serra Firme que era composto por treze freguesias; Macacu quatro, Magé quatro, Estrela três e São Gonçalo também três freguesias. Estes quatro últimos ramos eram vendidos juntos. O de Cabo frio aparece apenas com uma freguesia; os ramos do Peixe, Distrito de Outra Banda e Campo Grande que não aparece à quantidade de freguesias na documentação pesquisada.

Mapa 2. Regiões onde incidiam a cobrança dos dízimos

Fonte: elaborado pela autora com base no Requerimento de Paulo Luís da Costa ao rei D. João V solicitando provisão de moratória a fim de não pagar os direitos dos dízimos da Fazenda Real. Bahia 17 de janeiro de 1726 [AHU, cx. 25, doc. 2256]. Editado por Jéssika Bezerra.

Por conta de poucas informações na documentação não é possível identificar todas as freguesias e a produção de cada divisão dos ramos da Bahia, isso é possível apenas para os núcleos principais de cobrança dos dízimos e os gêneros de maior rendimento. O contrato era subdividido, conforme a produção e importância fiscal da área. Nos ramos, por exemplo, de Sergipe Del Rey, Ilhéus e em algumas freguesias do Recôncavo a maior arrecadação do dízimo era sobre o açúcar. No ramo de Cachoeira recaía principalmente sobre a produção de tabaco. Já na parte do sertão, entre Minas e Bahia, próximo ao rio São Francisco a maior cobrança se dava sobre o gado vacum e cavalar. Porém, como mencionado anteriormente, além dos principais artigos de exportação, fazia-se também a cobrança do dízimo de toda a produção das mercadorias de abastecimento do mercado interno.

Em suma, a cobrança de impostos era uma das principais fontes de manutenção da Coroa. Cobrava-se o fisco de tudo que se produzia nos espaços ultramarinos, desde os gêneros

da produção destinada à exportação ou aqueles restritos ao mercado interno, bem como sobre a circulação de mercadorias, como já mencionado. Além disso, periodicamente eram cobradas taxas para enfrentar despesas extraordinárias. A maioria dessas receitas estava destinada ao pagamento de funcionários régios, eclesiásticos, oficiais militares, etc., com o propósito de garantir a colônia o seu próprio sustento e também para fornecer rendas à metrópole. Destes impostos, o dízimo era uma das fontes mais importantes da América Portuguesa, e sua cobrança, bem como de outros tributos, era arrendado por agentes privados que arrematavam em leilões realizados tanto na provedoria local quanto no Conselho Ultramarino.

Assim, no pregão, uma cerimônia tradicional, o arrematador recebia simbolicamente um ramo verde como confirmação do arremate e “ganhava” o direito de cobrar o dízimo em nome do rei. Além disso, tornava-se sócio temporário da Coroa, possuindo certos privilégios ao representar o Monarca, servindo como uma espécie de braço direito do Estado na cobrança de impostos. Porém, os contratadores eram submetidos ao controle real por meio de condições e obrigações contratuais. Após o rito do leilão era feito o contrato que continha diversas condições que deveriam ser cumpridas pelo contratador e parceiros. Discuti minuciosamente no decorrer do capítulo as cláusulas de dois contratos, um arrematado por Paulo Luís da Costa e o outro pelo negociante Antônio de Oliveira Guimarães em parceria com Estevão Martins Torres. No primeiro foram expostas as condições de “estilo”, ou seja, as que se costumavam cobrar em todos os contratos dos dízimos da Bahia e no segundo discuti as cláusulas específicas deste contrato. Com base nas condições contratuais é possível entender como era feito os acordos entre a Coroa e o arrendatário, bem como a administração da cobrança das rendas coloniais.

O sistema de contrato dava ao negociante e sócios o controle sobre o recolhimento de impostos dos principais artigos de exportação da colônia, como açúcar e tabaco, gêneros de maior peso da economia da Bahia, além dos ganhos que proporcionava ao negociante. Todavia, nem sempre os valores dos dízimos eram favoráveis, havia anos em que as ofertas eram vantajosas, em outros nem tanto. Para que os contratos fossem rentáveis dependia-se de diversos fatores, como interesse do contratador e sócios em ofertar grandes lances, preços favoráveis no mercado europeu, principalmente do açúcar branco, boas safras, etc. Estas questões serão discutidas no seguinte capítulo.

CAPÍTULO 2

Os contratadores do dízimo: negócios e sociedades

“Também me acho com o gosto de ter feito a nova arrematação dos Dízimos Reais desta Capitania pelo tempo de três anos, na forma que me foi determinada pelas últimas ordens que recebi da Côrte [...] ficaram os mesmos rendeiros que tinham arrematado o ano passado, que são os homens mais abonados, e de maior crédito desta Praça [...]”.

Carta do 2º Marquês do Lavradio ao seu Tio Principal Almeida, 29 de maio de 1769.

Os contratos régios, em especial o do dízimo, foram uns dos principais mecanismos para a consolidação de grupos mercantis que estabeleciam conexões em diversos espaços do Império Português. Os homens de negócio e intermediários construía parcerias em torno de objetivos comuns, como lucros e posições privilegiadas nos seus espaços de atuações. Neste segundo capítulo a análise recaiu sobre o perfil dos contratadores dos dízimos, elencando os principais negociantes que arremataram o dízimo na Bahia e suas ramificações. Primeiramente abordei a trajetória dos negociantes e os grupos do qual fizeram parte, destacando os períodos que arrendaram os contratos reais, principalmente o do dízimo, e em seguida a diversificação de suas atividades econômicas. Assim, fez-se necessário investigar também a ocupação destes mercadores na administração régia e em outras atividades ligadas ao comércio colonial.

Homem de negócio, comerciante, comissário, seja do pequeno ao grande mercante, todos estavam ligados direta ou indiretamente ao que a historiografia tem chamado de redes mercantis, o que pressupõe uma miríade de pessoas envolvidas em diversas relações sociais, e não somente econômicas.⁹⁵ O negociante de grosso trato era como se chamavam os mercadores que atuavam em múltiplos negócios, mobilizando circuitos em que atuavam mercadores e intermediários em parceria.⁹⁶ Pedreira afirma que, durante o século XVIII, todos os negociantes que exerciam atividades econômicas eram conhecidos como mercadores. Essa

⁹⁵ ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e a análise de redes em história. *História. Revista da FLUP Porto*, IV Série, vol. 2. 2012.

⁹⁶ PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia (Especialidade de Sociologia e Economia Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 62.

palavra era atribuída tanto para os pequenos quanto para os grandes comerciantes que atuavam no tráfico de escravos, no arremate de contratos régios e nas casas de negócios.⁹⁷

O contrato do dízimo, por sua vez, além de estabelecer uma parceria entre a Coroa e os homens de negócio foi um dos importantes mecanismos para a consolidação de um corpo de negociantes no Reino de Portugal e na colônia luso-brasileira. Além disso, havia espaços de representação destinados aos homens de negócio como a Mesa da Junta do Comércio.⁹⁸ Mesmo os pequenos e médios negociantes poderiam alcançar posições de destaques ao assumir na colônia cargos da administração régia e por estabelecer vínculos econômicos com esses grandes homens de negócio. Ademais,

Participavam das redes luso-brasileiras de agentes e correspondentes mercantis, para as quais contribuíram também os laços de casamento e de parentesco, que constituíam uma base para a organização de relações e associações comerciais. Eram, portanto, parte constitutiva da trama social que se formava o sistema mercantil luso-brasileiro.⁹⁹

A atividade comercial desses mercadores, grandes ou pequenos, poderia estar dividida em duas categorias importantes. Ele poderia empregar ou selar acordos com comissários, viajantes ou residentes, ou poderia celebrar sociedade com um parceiro no ultramar.

As sociedades eram acordos que tendiam a favorecer todos os parceiros envolvidos. O grande mercador era responsável pelo capital e se mobilizava para que seus investimentos valessem a pena, para isso tinha ramificações além dos seus espaços de atuação com outros negociantes e intermediários. Já o sócio na colônia fazia as articulações necessárias, negociando a mando desses grandes mercadores, numa relação de dependência e reciprocidade.¹⁰⁰

⁹⁷ PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia (Especialidade de Sociologia e Economia Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995, p.64.

⁹⁸ PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Brasil colonial* (ca. 1720 – ca. 1821). Volume 3, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.440.

⁹⁹ PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Brasil colonial* (ca. 1720 – ca. 1821). Volume 3, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.456.

¹⁰⁰ Para as relações de dependência, ver MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração: História Econômica). Universidade de São Paulo, USP, 2017, p. 247-248. Para as relações de reciprocidade, ver SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Texas [tese de doutorado] 1975 e PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos*. Rio de Janeiro: UFF, tese de doutorado, 2009.

Relações comerciais e laços de parentesco ou de amizade estavam na base das sociedades mercantis que arrematavam os contratos. Os contratos poderiam proporcionar elevados ganhos, mas os riscos e a necessidade de levantar grossos capitais faziam com que esses negociantes formassem associações mercantis para administrar esses negócios.¹⁰¹ Para se integrar ao grupo dos mercadores mais influentes no Império o passaporte de entrada seriam as boas relações, cabedal e credibilidade. Pedreira em seus estudos sobre os principais negociantes da Praça de Lisboa salienta que a composição inicial de um grupo mercantil dependia do reconhecimento mútuo dos seus membros, além de estar matriculado na Junta de Comércio.¹⁰²

Braudel aponta que a forma de fazer negócios em sociedade existia desde o surgimento das trocas comerciais. A sociedade marítima, por exemplo, a princípio seria uma parceria temporária em que um sócio ficaria no local enquanto o outro embarcava em uma viagem comercial. Uma sociedade durava o tempo das viagens.¹⁰³ Já na arrematação de contratos régios existiam as parcerias temporárias e as com mais durabilidade que poderiam se estender por vários anos, essas relações se expandiam também a outras atividades econômicas.

Sociedades entre comerciantes faziam parte das redes mercantis e essa trama entre os participantes das trocas era pautada por uma dinâmica de integração socioeconômica, na qual o mercador dispõe de recursos (humanos, materiais e de informação) necessários para alcançar os seus objetivos e construir uma carreira mercantil. Para tanto, se aliava a outros negociantes com quem tinha interesses comuns.¹⁰⁴ Esses grupos, portanto, eram constituídos por meio de uma relação de interdependência.

Cátia Antunes ao analisar o conceito de redes numa perspectiva histórica apresentou inicialmente a proposta conceptual de Mark Casson, que definiu redes como uma relação de cooperação de longo prazo. As redes mercantis eram construídas através de compromissos e vínculos que instituíam relações mais duradouras. Ademais, três pressupostos são elencados por Casson para entender a concepção de uma rede: a durabilidade, o relacionamento e a

¹⁰¹ ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: Direitos e Tributos Régios Minas Setecentistas (130-1789)*. Tese (Doutorado em História, área de concentração: História Social). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008, p. 187.

¹⁰² PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia (Especialidade de Sociologia e Economia Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995, p.

¹⁰³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins fontes, 2009, p.383.

¹⁰⁴ ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e análise de redes em história. *História: Revista da FLUP Porto*, IV Série, Vol. 2, 2012, p.11.

funcionalidade.¹⁰⁵ As redes são compostas por uma multiplicidade de interações que são construídas por identidades coletiva e individual, as quais dizem respeito não só a questões econômicas, mas também a aspectos sociais e políticos.¹⁰⁶

A confiança é um dos principais mecanismos na funcionalidade e na duração de uma rede mercantil, o que favorece o emprego de parentes e amigos nas atividades comerciais. “Confiança, é portanto, uma característica individual que é construída com o tempo e radica no comportamento sistemático e rotineiro, de respeito pelos princípios e leis que regem a sociabilidade do grupo”.¹⁰⁷ A confiança favorece e fundamenta a cooperação dos membros do grupo no cumprimento das regras, das relações estabelecidas e dos interesses que normatizam a parceria.

Ademais, as redes são marcadas pela política do favoritismo, conhecidas como redes clientelares, que são construídas por meio da troca de favores em que há um aproveitamento das relações socioeconômicas e influências que se mantêm dentro de determinados espaços de poder.¹⁰⁸ Logo, essa política é disseminada tanto nos cargos administrativos quanto nas concessões de títulos/ mercês e arrendamento de contratos, como bem explorou Júnia Ferreira Furtado.

No circuito mercantil a integração entre os negociantes é construída principalmente por interesses socioeconômicos, e a ideia de se associar com mercadores de diversas partes do Império visava o controle dos negócios mais rentáveis que os espaços no ultramar podiam oferecer. Neste sentido, a relação dos integrantes de uma rede mercantil também é constituída de forma hierárquica, a partir de centro/s que articulam as sociedades que compõem esse circuito.

Assim, na rede dos negociantes que arrematavam os contratos régios no Império Português sua composição era formada por grandes mercadores e intermediários que atuavam em parceria. Na capitania da Bahia os contratadores dos dízimos eram, em sua maioria, naturais de Portugal. Alguns migraram para o Brasil e se ligaram às famílias dos senhores de engenho e de importantes negociantes da metrópole e da colônia. Estas relações com as elites econômicas da terra tendiam a favorecer a administração dos negócios do dízimo.

¹⁰⁵ Idem, p.16.

¹⁰⁶ ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e análise de redes em história. História: Revista da FLUP Porto, IV Série, Vol. 2, 2012, p.16.

¹⁰⁷ ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e análise de redes em história. História: Revista da FLUP Porto, IV Série, Vol. 2, 2012, p.18.

¹⁰⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. 1999, p.49.

2.1 O perfil dos contratadores do dízimo

A década de 1720 foi um período importante do ponto de vista administrativo e para o negócio dos contratos. Como já foi dito, a Coroa estabeleceu a arrematação dos contratos no Conselho Ultramarino em Lisboa; doravante, apenas quem possuísse uma rede mercantil que abrangesse não apenas a Bahia, mas também a capital do Império seria capaz de arrematar os mais importantes contratos. No caso dos dízimos, é justamente nesse período em que esse negócio esteve nas mãos de um grupo de negociantes aparentemente polarizado por dois irmãos, Antônio Marques e André Marques Gomes.

Antônio Marques era um importante mercador de Lisboa. Natural de Massarelos, freguesia do Porto e filho legítimo de Manuel Marques e Domingas Gomes. O seu pai já havia viajado para o Brasil e chegou a ser conhecido como homem do mar, mas trabalhava como lavrador. Antônio seguiu a carreira marítima do pai, chegando a ir ao Brasil antes de se fixar em Lisboa, onde mais tarde passou a viver com luxo e ficou conhecido como “homem de contrato”, graças as diversas especulações que tinha na Bahia com o seu irmão.¹⁰⁹ André Marques migrou para a Bahia, residindo em Salvador, e por lá se casou com uma filha de um ourives que seguramente fazia comércio e que deveria ter algum cabedal.¹¹⁰ Ocupou-se também de alguns cargos administrativos e honoríficos, como escrivão de receita e despesa da Casa da Moeda, capitão de infantaria da ordenança dos moedeiros da Bahia.¹¹¹ Foi ainda duas vezes provedor da Santa Casa da Misericórdia na Bahia em 1739 e 1749, atingindo o posto de irmão de condição maior da Santa Casa.¹¹²

O primeiro contrato do dízimo que foi arrematado iniciou no ano de 1724. Antônio Marques aparece como titular e André Marques como seu procurador, caixa e administrador. Depois arremataram o triênio seguinte de 1727 a 1729 com o valor de 72.000.000 réis e 50.000.000 réis e teve como fiador da décima Manoel Soares da Cruz que era morador da rua

¹⁰⁹ Diligência de habilitação para familiar do Santo Ofício. Antônio Marques Gomes, maço72, número 1423, 26 de julho de 1728. Tribunal do Santo Ofício (TSO). Ver também ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: Direitos e Tributos Régios Minas Setecentistas (1730-1789)*. Tese (Doutorado em História, área de concentração: História Social). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008, p. 230.

¹¹⁰ ROUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos and philanthropists: the Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. 1968, p. 92; FLORY, Rae. *Bahiansociety in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: University of Texas [Tese de doutorado], 1978.

¹¹¹ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta Patente do rei [D. João V] confirmando a nomeação de André Marques para o posto de capitão de infantaria da ordenança dos moedeiros da Bahia. Bahia, 9 de Agosto, 1720 [cx. 14, doc. 1177].

¹¹² ROUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos and philanthropists: the Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. 1968, p.92.

dos Cônegos em Lisboa. Os mesmos interessados mantiverem o contrato no triênio seguinte.¹¹³

Na posição de fiador Antônio Marques aparece envolvido em aproximadamente 15 contratos diferentes. No dízimo fez parceria com João Francisco, apodado de “testa de ferro” pelo autor dos mapas cronológicos do Conselho Ultramarino, na arrematação de 1740 a 1743. Ainda foi fiador de Luís Abreu Barbosa no triênio de 1747 a 1750 que arrematou no valor de 150.090.000 réis, enquanto André Marques aparece na posição de administrador desses contratos. Luís de Abreu aparece como comissário de Estevão Martins Torres neste contrato arrematado em 1747, como já aludido. Podemos apontar duas suposições. A primeira é que os irmãos Marques estavam associados ao grupo dos Torres, atuando principalmente na Bahia e na Costa da Mina, enquanto que o grupo de Estevão Martins controlava o contrato de Angola¹¹⁴ e participavam de arrematações de contratos reais em parceria com alguns comissários e testas de ferro na Bahia. A segunda hipótese é que Luís de Abreu estava vinculado a mais de um grupo de negociantes. Isso talvez explique a relação tanto com os irmãos Marques como com os Torres.

Antônio Marques também se ligou a outros negociantes de outras capitanias como São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Nessas arrematações Antônio fazia parceria com Domingos Rodrigues Bandeira, Theodosio Alves Lima, José da Costa Guimarães, Estevão da Silva Castelo Branco, José Rodrigues de Azevedo, João Gonçalves Rabello, Manuel Nunes e outros (ver tabela 3).

Tabela 3. Antônio Marques Gomes como fiador dos contratos régios (1731-1752)

Período	Tipo de contrato	Contratador	Valor do contrato (em réis)
3 anos (1731-1734)	Contrato da dízima da alfândega da Bahia	João Gonçalves Rabello	223.200.000
3 anos (1732-1735)	Contrato de saída dos escravos que do Rio de Janeiro vão para as minas por	Domingos Rodrigues Bandeira	43.200.000

¹¹³ AHU / Série Avulsos Bahia/ Requerimento de Manuel de Almeida Ferreira ao rei [D. João V] solicitando provisão para poder administrar um dos ramos do contrato dos dízimos da capitania da Bahia. Bahia, 14 de Maio de 1729 [cx. 33, doc. 3027]. Nesse documento contém a cópia do contrato arrematado por Antônio Marques Gomes.

¹¹⁴ O contrato de Angola era uma instituição que organizava e comercializava o tráfico africano. Os mercadores eram autorizados pela Coroa, via contratação, cobrar um imposto sobre a exportação de escravos.

	mar e por terra.		
6 anos (1732-1738)	Contrato do subsídio dos vinhos e águas ardentes de Pernambuco.	Theodosio Alves Lima	9.600.000
3 anos (1740-1743)	Contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia e seus anexos.	João Francisco	157.260.000
3 anos	Contrato das entradas da cidade do Rio de Janeiro.	Francisco Xavier [...]	98.709.000
3 anos (1742-1745)	Contrato das passagens das minas dos Goiasés.	José da Costa Guimarães	6.750.000
3 anos (1741-1744)	Contrato das passagens antigas do Estado de Santos e São Paulo.	José da Costa Guimarães	4.230.000
3 anos	Contrato da água ardente que se gasta no Rio de Janeiro e da que se embarca para fora dele.	Manoel Nunes	14.520.000
6 anos (1747-1753)	Contrato da pescaria das baleias da cidade da Bahia.	Estevão da Silva Castelo Branco	77.760.000
3 anos (1748-1751)	Contrato do rendimento das passagens do Rio de São Francisco, Paracatu, Orucuiá, Jacataí, Rio das Velhas desde a casa de Alexandre de Sousa até a Barra do Rio São Francisco e do Rio Paraopeba.	João Francisco	6.000.000
3 anos (1747-1750)	Contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia.	Luís Abreu Barbosa	150.090.000
3 anos (1748-1751)	Contrato da dízima que paga na Bahia o tabaco e outros gêneros	João Francisco	14.865.000
3 anos (1748-1751)	Contrato do subsídio grande dos vinhos do Rio de Janeiro.	José Rodrigues de Azevedo	25.335.000

3 anos (1748-1751)	Contrato dos direitos que pagam os escravos que das capitanias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.	João Francisco	111.000.000
3 anos (1749-1752)	Contrato dos direitos que pagam as águas ardentes da terra e vinhos de mel na Bahia.	João Francisco	10.800.000

Fonte: Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). FAPESP, 2012.

O outro irmão, André Marques, atuava principalmente como caixa e administrador dos contratos na Bahia. No arrendamento do dízimo, como já mencionado, foi parceiro do seu irmão em sucessivas arrematações. Também foi sócio de Antônio José Faria no triênio de 1739 a 1742, de João Francisco em outros contratos régios como a Dízima da Chancelaria, aguardente e vinhos de mel, donativo das caixas de açúcar e rolos de tabaco, etc., assim como de Jeronimo da Silva Pereira na dízima do tabaco, açúcar, aguardente da terra e mais gêneros.

Tabela 4. Contratos administrados por André Marques Gomes na capitania da Bahia, anos (1724-1747)

Contratador	Tipo de contrato	Período
Jeronimo da Silva Pereira	Dízima do tabaco, açúcar e aguardente da terra e mais gêneros.	1726/1729
Antônio Marques Gomes	Dízimos reais	1724/1727 1727/1729 1730/1733
Antônio José de Faria	Dízimos reais	1739/1742
João Francisco	Dízima da Chancelaria. Contrato da aguardente e vinhos de mel. Donativo das caixas de açúcar e rolos de tabaco. Contrato da pescaria das baleias Contrato do dízimo do tabaco e aguardente e mais gêneros da terra	1739/1741 1739/1742 1741/1747 1742/1745

José dos Santos	Dízima do tabaco, açúcar e aguardente da terra e mais gêneros. Dízima da Chancelaria.	1739/1742 1742/ 1744
-----------------	--	-------------------------

Fonte: extraída a partir das informações da carta do provedor-mor da Fazenda Real, João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João] sobre o sequestro dos bens do capitão André Marques Gomes. AHU/ Série avulsos Bahia/Bahia, 1 de julho de 1748 [cx.95, doc.7566] e com base em informações da carta do Provedor-mor da Fazenda Real Manuel Antônio da Cunha do Souto Maior ao rei D. João V dando conta do descaminho que encontrou na revista dos contratos do dízimo e no contrato das baleias. Bahia 12 de junho de 1747 [cx. 89, doc. 7291].

O capitão André Marques tinha grande crédito na praça comercial baiana, possuía boas relações e mantinha uma rede de empréstimos. A credibilidade era uma das características marcantes de um influente negociante, talvez uma das principais para se ascender no mundo dos contratos. Entretanto, assim como tantos outros contratadores, acumulou dívidas com a Fazenda Real, deixando de pagar o terceiro triênio do contrato dos dízimos que havia sido arrematado de 1730 a 1733. Essas dívidas resultaram no confisco dos seus bens em 1747 que foram postos a pregão em hasta pública. (Ver apêndice C).

O confisco de suas propriedades deve ter causado prejuízos aos seus negócios e ao seu crédito. A venda dos bens em praça de um importante homem de negócio não era ritual incomum, mesmo assim deve ter impactado a sociedade baiana. Contudo, as incertezas do comércio e da política afetariam ainda mais a vida dos irmãos Marques e Antônio terminaria preso no Reino por volta de 1755, neste caso por estar associado à oposição à criação da Companhia do Maranhão pelo futuro Marquês de Pombal.¹¹⁵ Ironicamente, a última notícia que temos de André Marques é como acionista original da referida Companhia.¹¹⁶ Teria este ficado responsável pelos bens de seu irmão e investido na companhia para limpar seu nome frente às autoridades? Não sabemos, mas o certo é que o seu filho Bernardino Marques seguiu o mesmo caminho das especulações, envolvendo-se também em arrematações de contratos reais.

João Francisco é outro nome recorrentemente associado aos irmãos Marques. Figurou como um dos maiores arrematadores de contratos régios na colônia luso-brasileira. Tudo indica que era um testa de ferro, pois “não passava de um lançador que não tinha capital

¹¹⁵ FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1993, p.376. Carta do provedor-mor da Fazenda Real, João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João] sobre o sequestro dos bens do capitão André Marques Gomes. AHU/ Série avulsos Bahia/Bahia, 1 de julho de 1748 [cx.95, doc.7566]

¹¹⁶ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento Ultramarino e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. P, 387.

próprio,”¹¹⁷ como anotou o autor anônimo do Mapa dos Contratos Reais. Entretanto, “foi o maior arrematador de contratos de tributos e direitos régios entre as décadas de 1740 e 1760.”¹¹⁸ Na Bahia, por exemplo, de 1740 a 1761 arrematou aproximadamente dezesseis contratos, de tal modo que controlou o contrato dos dízimos por três triênios: de 1740 a 1743, depois nos anos de 1743 a 1747 e por fim 1761 a 1764. Nos dois primeiros triênios esteve ligado aos irmãos Marques, mas no último estava certamente associado a outros grupos, sinal que talvez não fosse só um intermediário. Arrematou também outros contratos, como o da dízima do tabaco, aguardente e mais gêneros da terra de 1740 a 1747,¹¹⁹ todos estes com os Marques. Além destes, arrematou uma variedade de contratos régios como o donativo que pagam as caixas de açúcar e rolos de tabaco, dízima que paga o tabaco e outros gêneros, contrato dos direitos que pagam por subsídio os vinhos, águas ardentes e azeites doces, contrato da pesca da baleia, da chancelaria e outros.¹²⁰ João Francisco arrematou contratos também em outras capitanias, como os dízimos no povoado de Santos-São Paulo, no Rio de Janeiro o contrato do subsídio da aguardente do reino e ilhas, no Grão-Pará o contrato dos dízimos, entre outros.¹²¹ Arrendou aproximadamente 46 contratos em parceria com negociantes que atuavam em várias capitanias, como Antônio Marques Gomes, Caetano do Couto Pereira, José Bezerra Seixas, Antônio José de Faria, Manuel Peixoto da Silva, Pedro de Costa Guimarães, José Gomes da Silva, Ignácio Pedro Quintela, José Ferreira da Veiga, Pedro Rodrigues Godinho, entre outros. Na tabela 6 podemos observar mais informações sobre os tipos de contratos arrematados por João Francisco, bem como, os valores e fiadores da décima. Entre os seus associados, estão alguns nomes de expressão da praça de Lisboa, como Quintela e Ferreira da Veiga. Testa de ferro ou não, João Francisco era certamente muito bem relacionado.

¹¹⁷ Códices 1269. *Mapa dos Contratos Reais do Conselho Ultramarino* do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

¹¹⁸ ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: Direitos e Tributos Régios Minas Setecentistas (130-1789)*. Tese (Doutorado em História, área de concentração: História Social). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008, p.152.

¹¹⁹ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, Luís Lopes Pegado Serpe ao rei [D. João V] do incidente que causou João Francisco para se fazer a arrematação do contrato dos dízimos do tabaco, aguardente e mais gêneros desta cidade. Bahia, 17 de setembro de 1739. [cx.66, doc. 5564] e *Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino*. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). FAPESP, 2012.

¹²⁰ *Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino*. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). FAPESP, 2012.

¹²¹ Códices 1269. *Mapa dos Contratos Reais do Conselho Ultramarino* do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Tabela 5. Contratos arrematados por João Francisco (1740 -1764)

Período	Tipo de contrato	Fiador da Décima	Valor do Contrato
3 anos (1740-1743)	Contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia e seus anexos.	Antônio Marques Gomes	157.260.000
3 anos (1748-1751)	Contrato do rendimento das passagens do Rio de São Francisco, Paracatu, Orucuiá, Jacataí, Rio das Velhas desde a casa de Alexandre de Sousa até a Barra do Rio São Francisco e do Rio Paraopeba.	Antônio Marques Gomes	6.000.000
3 anos (1748-1751)	Contrato da dízima que paga na Bahia o tabaco e outros gêneros	Antônio Marques Gomes	14.865.000
3 anos (1748-1751)	Contrato dos direitos que pagam os escravos que das capitanias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.	Antônio Marques Gomes	111.000.000
3 anos (1749-1752)	Contrato dos direitos que pagam as águas ardentes da terra e vinhos de mel na Bahia.	Antônio Marques Gomes	10.800.000
3 anos (1740-1743)	Contrato da dízima do tabaco, águas ardentes e mais gêneros da terra da cidade da Bahia que se embarcam de mar em fora.		14.430.000
3 anos	Contrato da dízima do tabaco, água ardentes e mais gêneros que da cidade da Bahia embarcam para fora.	José [...]	14.550.000
3 anos (1741-1744)	Contrato dos dízimos do povoado de Santos e São Paulo e Rio Grande de São Pedro.	Antônio Ribeiro da Silva	6.180.000
3 anos (1742-1745)	Contrato das dízimas da Chancelaria da relação da Bahia.	Antônio Caldas Reis	6.060.000
3 anos	Contrato do subsídio das águas ardentes do Reino e ilhas que se paga no Rio de Janeiro.	Francisco Leite de Moraes	18.000.000
3 anos	Contrato do direito dos escravos que do Rio de Janeiro saem para as Minas e mais partes do Brasil.		54.000.000
3 anos (1743-1746)	Contrato dos dízimos da capitania do Grão-Pará	Manuel Peixoto da Silva	68.010.000
3 anos (1743-1746)	Contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia e seus anexos	José de Abreu Esteves	157.395.000

3 anos (1744-147)	Contrato da dízima da alfândega da Bahia	Manuel Peixoto da Silva	380.700.000
3 anos (1745-1748)	Contrato dos dízimos do Rio de Janeiro	Pedro da Costa Guimarães	67.200.000
3 anos (1745-1748)	Contrato do rendimento das passagens do Rio de São Francisco, Paracatu, Orucuiá e Guequetahi e Rio das Velhas desde a casa de Alexandre Sousa até a barra do rio de São Francisco e do rio Paraopeba.	Antônio José de Faria	3.150.000
1 ano (1745)	Contrato da dízima que pagam na alfândega de Pernambuco e Paraíba os navios soltos que entrarem e despacharem nas ditas alfândegas.	Caetano do Couto Pereira	9.210.000
3 anos	Contrato do subsídio dos molhados e novo imposto da praça de Santos.	Manoel de Jesus	5.550.000
3 frotas	Contrato do donativo que pagam as caixas de açúcar e rolos de tabaco que se embarcam na Bahia	Calixto Rodrigues Torres	16.245.000
3 anos (1745-1748)	Contrato da dízima que paga o tabaco e outros gêneros que se embarcam para fora da cidade da Bahia	Caetano do Couto Pereira	14.700.000
3 frotas	Contrato dos direitos que pagam por subsídio os vinhos, aguardente e azeites doces da cidade da Bahia.	Caetano do Couto Pereira	30.810.000
3 anos (1745-1748)	Contrato da dízima da alfândega da relação da Bahia	José Bezerra Seixas	6.090.000
3 anos (1745-1748)	Contrato dos subsídios do Maranhão	José Gomes da Silva	4.094.000
3 anos (1745-1748)	Contrato dos dízimos do Maranhão da repartição de fora	José Gomes da Silva	6.110.000
3 anos (1745-1748)	Contrato dos dízimos do Maranhão, chamados da terra e do Cumma e suas anexas.	José Gomes da Silva	9.210.000
3 anos (1746-1749)	Contrato dos direitos que pagam as águas ardentes e vinhos de mel na cidade Bahia	Balthasar Simões Vianna	8.466.000
3 anos (1746-1749)	Contrato do subsídio das carnes da Paraíba	Pedro Rodrigues Godinho	3.800.000
3 anos	Contrato das passagens antigas de São Paulo	Calixto Rodrigues Torres	6.195.000
3 anos	Contratos dos dízimos do		

(1748-1751)	Maranhão chamados da terra, dízimos da repartição de fora e subsídios do mesmo Maranhão.	José da Silva das Candeas	19.505.000
3 anos (1748-1751)	Contrato da dízima da Chancelaria da cidade da Bahia	Pedro Gomes Moreira	6.720.000
3 anos (1748-1751)	Contrato dos subsídios das caixas de açúcar e rolos de tabaco que se embarcam na Bahia	Francisco José dos Santos	16.320.000
3 anos	Contrato da dízima da Chancelaria da cidade da Bahia	Francisco José da Fonseca	4.860.000
3 anos	Contrato do rendimento dos 10 tostões que paga cada escravo na alfândega da Bahia para a fortaleza de Ajuda	Manoel de Barros Vianna	9.975.000
3 anos	Contrato do subsídio que paga a água ardente do Reino e Ilhas no Rio de Janeiro	Manoel Gomes de Campos	15.000.000
1 ano (1751)	Contrato da dízima da alfândega da Bahia de todos os navios que entrarem no porto daquela cidade fora do corpo de frota	Pedro Gomes Moreira	26.000.000
3 anos (1751-1754)	Contrato da dízima que paga na Bahia o tabaco e outros gêneros	Pedro Rodrigues Godinho	15.000.000
3 anos	Contrato do subsídio que pagam as caixas de açúcar e rolos de tabaco que desembarcam na Bahia	Antônio Martins da Costa	16.380.000
3 anos (1752-1755)	Contrato dos direitos que pagam as águas ardentes e vinhos de mel na cidade da Bahia	Pedro Rodrigues Godinho	10.815.000
3 anos (1753-1759)	Contrato da pesca das baleias da Bahia	Caetano do Couto Pereira	77.880.000
2 anos (1752)	Contrato do rendimento da dízima da alfândega da Bahia dos navios soltos		40.020.000
3 anos	Contrato do rendimento dos 10 tostões que paga cada escravo por entrada na alfândega da Bahia para a fortaleza de Ajuda	Manoel Peixoto da Silva	9.675.000
6 anos	Contrato da dízima da Chancelaria da relação e da Bahia	José Rodrigues Esteves	6.000.000
3 anos (1758-1761)	Contrato dos dízimos da capitania de Itamaracá	Bento José Alvares	9.600.000
3 anos (1760-1763)	Contrato dos dois cruzados que paga cada barril de azeites doce do reino no Rio de Janeiro	Ignácio Pedro Quintela	8.670.000
3 anos (1760-1763)	Contrato da dízima da Chancelaria da relação e da Bahia	Doutor José Rodrigues Esteves	3.150.000

3 anos (1760-1763)	Contrato do rendimento dos dez tostões que paga cada escravo por entrada na alfândega da Bahia para a fortaleza de Ajuda	José Ferreira da Veiga	10.560.000
3 anos (1761-1764)	Contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia	José Ferreira da Veiga	150.930.000

Fonte: Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). FAPESP, 2012.

Em alguns anos, contudo, o contrato não esteve nas mãos do grupo que se reunia em torno dos irmãos Marques e do já referido João Francisco. Entre 1733 e 1736 a cobrança do dízimo foi arrematada por Domingos Ferreira Pacheco, homem de negócio de grande trato, em sociedade com o seu sogro João Ferreira de Souza que era o caixa dos negócios e também com o seu cunhado Caetano Lopes Vilas Boas e Domingos Soares da Franca. Contudo, o negociante não teve bons rendimentos, segundo ele por causa de uma grande seca. Domingos, juntamente com o seu sogro e demais sócios, tiveram seus bens confiscados por conta de dívidas. O valor do débito era de 61.078.643 réis. Voltarei a falar disto no próximo capítulo.¹²²

Sendo assim, entre 1724 e 1750 um grupo mercantil, aparentemente liderado pelos irmãos Marques, comandou o contrato dos dízimos. Somente em um triênio não é possível encontrar vestígios dos Marques no negócio (1733-1736). A saída de cena dos dois irmãos ocorreu por causa de suas dificuldades em pagar as contas e por caírem em desgraça com o valido de D. José I. Já João Francisco foi além deste período arrematando o contrato do dízimo, por exemplo, até o início da década de 1760.

Na década de 1750, contudo, aparecem novos nomes. É o caso do negociante Antônio de Oliveira Guimarães mercador que morava na cidade de Lisboa em frente à Igreja da Madalena. Entretanto, Oliveira Guimarães era mais um desses tantos prepostos que emprestavam o nome para que a casa de Estevão Martins Torres controlasse uma boa parte dos contratos do Império. Torres estava associado na Bahia com outro importante negociante local, Frutuoso Vicente Viana. É possível que o contratador seguinte, José Machado Pinto,

¹²² AHU/Série Avulsos Bahia/Requerimento do antigo contratador dos Dízimos Reais da Capitania da Bahia Domingos Ferreira Pacheco ao rei [D. João V] solicitando substatório por um ano para que nesse tempo não proceder contra ele pela quantia que pede em seu libelo. Bahia 3 de março de 1746. [cx. 85, doc. 6945].

também estivesse associado aos Torres que provavelmente dominaram os dízimos da Bahia na primeira metade da década de 1750.¹²³

Já no reinado de D. José I ocorreram algumas mudanças nos grupos dos negociantes do contrato do dízimo na Bahia. Os problemas pelos quais passava a casa dos Torres levou a uma renovação no grupo que controlava o imposto. Renovação sempre parcial, pois o já conhecido João Francisco aparece de novo na década de 60 atuando juntamente com o grande negociante Inácio Pedro Quintela. Assim, desde 1757 o contrato do dízimo passou a ser controlado por negociantes que estavam associados à rede mercantil de Quintela.¹²⁴ No início da década de 1760 este homem de negócio de Lisboa era um dos maiores interessados nos contratos da praça baiana.¹²⁵ Além dos dízimos, arrematou os contratos dos subsídios dos vinhos, azeites doces, aguardente do reino, por tempo de seis anos teve como caixa e administrador, Joaquim Caetano do Couto¹²⁶.

Ignácio Pedro Quintela era natural da freguesia de Julião e morador na freguesia da Encarnação da cidade de Lisboa, filho legítimo de João Gomes Rebelo mercador da Rua Nova dos Ferros e de Thereza de Jesus Quintela.¹²⁷ Tinha grande influência no arrendamento de contratos régios e participava de uma grande rede de negócios com importantes mercadores em várias capitanias da colônia luso-brasileira. Maxwell afirma que o grupo de Quintela monopolizou o contrato do sal para o Brasil durante 30 anos. Quintela foi também um dos principais contratadores do monopólio do tabaco, diretor das companhias de Pernambuco-Paraíba e do Grão-Pará e Maranhão¹²⁸ e, além disso, era muito próximo do Marques de

¹²³ AHU/ Avulsos Bahia/ Certidão de Justificação passada por Antônio Pereira da Silva da petição feita ao vice-rei do Brasil por Estevão Martins Torres, em que pede admitir como procurador do contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia a Manuel Dantas Barbosa. 12 de junho de 1750 [cx. 103, doc. 8109]. MENZ, Maximiliano Mac. *Domingos Dias da Silva, o último contratador de Angola: a trajetória de um grande traficante de Lisboa*. 2017, p. 391

¹²⁴ Kenneth Maxwell no livro *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo* menciona que Inácio Pedro Quintela administrou os contratos dos dízimos da Bahia de 1757 a 1763 e na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, série Avulsos Bahia, também encontrei de 1758 a 1764.

¹²⁵ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Decreto do rei D. José facultando ao administrador do contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia, Inácio Pedro Quintela/ 26 de março de 1768. [cx. 161, doc. 12247].

¹²⁶ Inácio Pedro Quintela arrematou contratos em outras capitanias, como no Rio de Janeiro o contrato do azeite, por um período de três anos, arrematou o contrato do Estanco do Sal do Brasil por tempo de seis anos, de 1760 a 1765, no valor de 136.000 cruzados cada ano, também obteve o monopólio da pesca da baleia do Brasil por um período de doze anos. AHU/ Série Avulsos Bahia/ 12 de setembro de 1768. [cx. 43, doc. 7934].

¹²⁷ Diligência de habilitação familiar Ignácio Pedro Quintela. Tribunal do Santo Ofício (TSO), maço 5, número 78, abril de 1740.

¹²⁸ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 149.

Pombal e considerado como um dos negociantes mais importantes de Portugal que possuía cabedais em diversas praças comerciais da Europa, América, Ásia e África.¹²⁹

Quintela também estava associado com Domingos Dias da Silva, Francisco Peres de Sousa e Joseph Alvares Bandeira, entre outros. Entre as décadas de 1770 e 1780 esse grupo comandou alguns dos mais importantes contratos ultramarinos, como se vê na tabela 7.¹³⁰

Tabela 6. Contratos arrematados por Ignácio Pedro Quintela (1757 - 1781)

Período	Tipo de Contrato	Sócios	Fiador	Valor
3 anos - 1757-1760	Contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia	Domingos Dias da Silva e Joseph Álvares Bandeira	José Bezerra Seixas	150.900.000
6 anos - 1765-1771	Contrato do rendimento do subsídio dos molhados da Bahia	Domingos Dias da Silva e Joseph Álvares Bandeira	João Luís de Oliveira	18.390.000
6 anos - 1765-1771	Contrato da dízima do tabaco e mais gêneros da Bahia		João Luís de Oliveira	40.200.000
3 anos - 1768-1771	Contrato dos direitos que pagam os azeites doces no Rio de Janeiro	João Matheus da Matta (procurador)		8.700.000
6 anos - 1770-1775	Contrato do estanco do sal do Brasil	João Matheus da Matta (procurador)		254.400.000
6 anos - 1774-1780	Contrato da dízima do tabaco e mais gêneros que se embarcam da capitania da Bahia	João Tibúrcio Quintela, Francisco Pereira de Sousa, José Alvares Bandeira e Domingos Dias das Silva.		40.200.000

¹²⁹ ELLIS, Myriam. *Comerciantes e contratadores no passado colonial: uma hipótese de trabalho*. Revista IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), n. 24, 1982. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69710/72368>>. Acesso em: 10 de maio de 2016, p.101.

¹³⁰ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. 1995 p.163.

6 anos - 1772-1778	Contrato do subsídio dos molhados da capitania da Bahia			27.390.000
6 anos - 1776-1781	Contrato do Estanco do sal do Brasil			254.400.000
3 anos - 1774-1779	Contrato da Dízima do tabaco e mais gêneros da Bahia			6.700.000

Fonte: Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). FAPESP, 2012.

Entretanto, o fim da guerra dos Sete Anos e a queda no preço do açúcar levaram o grupo que estava de posse do contrato dos dízimos da Bahia a se desinteressar pelo negócio. Sem haver quem se dispusesse a se aventurar no negócio, o imposto foi administrado pela provedoria da Bahia. Foi apenas em 1768 que Antônio Cardoso dos Santos, mercador com origem em Viana, no norte de Portugal, e residente na Bahia, arrendou o contrato com Frutuoso Vicente Viana e Clemente José da Costa pelo período de um ano. É provável, portanto, que esse grupo tenha mantido em seu poder os dízimos da Bahia até a década de 1780, pois sabemos que no triênio de 1769 a 1772 também ganharam o leilão e que entre 1782 a 1785 Frutuoso voltou a arrematar os dízimos, agora em parceria com Inocêncio José da Costa (irmão de Clemente José da Costa) e Antônio Gonçalves Viana (ver tabela 7). Tudo indica que entre 1773 e 1781 os dízimos foram leiloados anualmente, sendo mais difícil identificar os contratadores nos documentos, mas o controle desse grupo antes e depois desse hiato nas fontes indica uma permanência dos mesmos capitalistas entre 1768 e 1785.¹³¹

Tabela 7. Contrato do dízimo da Bahia arrematado pelo grupo de Frutuoso Vicente Viana (1768 - 1785)

Período	Sociedade	Valor do Contrato
1 ano (1768-1769)	Clemente José da Costa, Antônio Cardoso dos Santos e Frutuoso Vicente Viana	50.400.000

¹³¹ AHU/ Avulsos Bahia e *Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino*. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). Fapesp, 2012.

3 anos (1769-1772)	Clemente José da Costa e Antônio Cardoso dos Santos	159.600.000
3 anos (1782-1785)	Inocência José da Costa, Frutuoso Vicente Viana e Antônio Gonçalves Viana.	228.060.000

Fonte: Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). FAPESP, 2012.

Vale dizer que Frutuoso Vicente Viana, um dos negociantes mais influentes da praça comercial baiana, era natural da Vila de Viana, Arcebispado de Braga, filho legítimo do marinheiro e pescador João Vicente Viana e de Antônia Gonçalves da Guia. Sua família vivia de pescaria e fazia “algumas viagens” como marinheiros. Os avós tanto maternos quanto paternos desfrutavam do mesmo ofício. Ainda jovem Frutuoso Vicente migrou para a cidade da Bahia e passou a residir na freguesia da Conceição da Praia e casou-se com Tereza de Jesus que era natural da cidade de Lisboa. Um dos interrogados no processo de diligência de habilitação para familiar do Santo Ofício classificava Frutuoso como um grande mercante que “vivía de negócio de mercador” e possuía “negócio grosso”.¹³² Tinha um filho que se chamava também Frutuoso Vicente Viana que era natural da cidade da Bahia e morava em Coimbra por motivos de estudos e depois constituiu matrimônio com a filha de Pedro Rodrigues Bandeira que era considerado um dos negociantes mais ricos da colônia luso-brasileira até 1835.¹³³

Já Clemente José da Costa e o seu irmão Inocência José da Costa eram naturais da freguesia do Julião da cidade de Lisboa e moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pilar da Praia da capitania da Bahia. Eram classificados como homens de negócio e assistentes na cidade da Bahia pelo processo de diligência de habilitação para familiar do Santo Ofício. Inocência e Clemente eram filhos legítimos de João Gomes da Costa, mercador na Rua Nova da cidade de Lisboa, e de Margarida Maria da Caridade.¹³⁴ Os dois irmãos viviam abastadamente, sabiam “ler e escrever muito bem” e faziam sociedade na

¹³² Diligência de habilitação familiar Frutuoso Vicente Viana, maço 2, número 19, 28 de outubro de 1753. Tribunal do Santo Ofício (TSO).

¹³³ KENNENDY, Jonh Norman. Bahian elites, 1750-1822. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 53, nº 3, 1973, p.423.

¹³⁴ Diligência de habilitação familiar Clemente José da Costa, maço 2, número 15, 27 de abril de 1761. Tribunal do Santo Ofício (TSO) e Diligência de habilitação familiar Inocência José da Costa, maço 1, número 8, 13 de outubro de 1767. Tribunal do Santo Ofício (TSO).

arrematação do contrato do dízimo na capitania da Bahia com os já mencionados Antônio Cardoso dos Santos e Frutuoso Vicente Viana.

2.2 Contratos e tratos: Contratadores, negreiros e mercadores

As parcerias entre os negociantes não se limitavam apenas ao mundo dos contratos. Curiosamente, os quatro principais grupos que controlaram os dízimos da Bahia mantiveram grandes investimentos no tráfico de escravos, sinal que poderiam utilizar o comércio de pessoas para alavancar a produção açucareira e os seus rendimentos como contratadores, a começar pelos irmãos Marques que faziam comércio com a Costa da Mina.¹³⁵ Como se sabe, a Costa da Mina onde se comerciava fumo de terceira categoria, era a principal fornecedora de escravos para a Bahia.¹³⁶ Os arrematadores do dízimo poderiam ser favorecidos no comércio de escravos caso optassem administrá-lo.

No ano de 1742 Antônio Marques Gomes enviou uma carta ao rei D. João V propondo uma companhia para monopolizar o comércio da Bahia e Pernambuco com a Costa da Mina. A companhia teria início em 1 de janeiro de 1743 e manteria seus privilégios por 20 anos. Teria fundo de um milhão de cruzados e cada ação valeria cinquenta mil réis. A empresa ficaria responsável de fazer o resgate de escravos em todos os portos da Costa da Mina. De modo que “[...] Só ela pode comerciar cinco mil escravos, cujo resgate farão por meio de gêneros que não sejam proibidos levarem-se a dita Costa”¹³⁷. Além disso,

[...] dividindo-se os melhores em lotes que excedam de ter escravos cada lote e preparará a compra dos melhores os Mineiros, e com todos os mais Lavradores, Senhores de Engenho, e Roceiros, e em último lugar outras quaisquer pessoas e por nenhum princípio poderão os caixas, os diretores por si nem por interposta pessoa lançar nem fazer comprar [...]. As vendas dos escravos se farão a dinheiro [...].¹³⁸

¹³⁵ AHU / Série Avulsos Bahia/ Carta do Vice-rei e capitão general do Brasil, Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] referente ao despacho da Galera ao contratador dos dízimos Antônio Marques Gomes. Bahia, 16 de Julho de 1730 [cx. 37, doc. 3348].

¹³⁶ VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Tradução Tasso Gadazanis. São Paulo: Corrupio, 1987, p.21

¹³⁷ AHU / Série Avulsos Bahia/ Carta de Antônio Marques Gomes ao rei [D. João V] estabelecendo as condições para se formar uma companhia de comércio da Bahia e Pernambuco para a Costa da Mina, com o privilégio privativo de comercializar e resgatar escravos da referida Costa para os portos do Brasil. Bahia, 29 de janeiro de 1742 [cx. 72, doc. 6040].

¹³⁸ AHU / Série Avulsos Bahia/ Carta de Antônio Marques Gomes ao rei [D. João V] estabelecendo as condições para se formar uma companhia de comércio da Bahia e Pernambuco para a Costa da Mina, com o privilégio privativo de comercializar e resgatar escravos da referida Costa para os portos do Brasil. Bahia, 29 de Julho de 1742 [cx. 72, doc. 6040].

Essas eram algumas das condições propostas pelo negociante Antônio Marques Gomes para a criação da Companhia. Segundo Pierre Verger, seu irmão, André Marques, intercedeu junto ao Vice-rei na Bahia a respeito do funcionamento da Companhia na Costa da Mina.¹³⁹

Como já foi dito, quando os irmãos Marques saíram de cena, o dízimo esteve nas mãos de duas grandes coalizões de negociantes centradas em Lisboa no período entre mais ou menos 1750 e 1764. Entretanto, nem Estevão Martins Torres nem Ignácio Pedro Quintela estavam muito enraizados na Bahia e provavelmente não atuavam no tráfico da Costa da Mina. Mesmo assim, os dois estavam ligados ao tráfico de Angola, o primeiro controlou o contrato de Angola por 18 anos e o segundo estava associado a Domingos Dias da Silva que foi o último contratador de Angola. Estevão Martins Torres foi um dos primeiros a monopolizar o imposto sobre a exportação de escravos e possibilitou o acesso a este negócio a outros traficantes privados. Com a abertura do contrato, Domingos Dias da Silva, um capitão de navio, conseguiu entrar no ramo e, mais tarde, se tornou um dos mais importantes contratadores de Angola.¹⁴⁰

Estes dois negociantes estavam envolvidos em diversos contratos no Império Português. A casa de negócio dos Torres, como já enfatizado, atuava nos contratos reais da Bahia, inclusive no do dízimo. Estevão Martins era ligado a negociantes e comissários da Bahia, como Luís de Abreu Barbosa na década de 1740 e Antônio de Oliveira Guimarães em na década de 1750. Além disso, é bem provável que neste período os irmãos Marques Gomes estabelecessem algum tipo de relação com os Torres e/ou os seus sócios eram associados aos dois grupos, como era o caso do testa de ferro João Francisco que estava vinculado a vários negociantes, inclusive com Manuel Barbosa Torres, o filho de Estevão Martins. Já Domingos Dias da Silva aparece na década de 1760 arrematando contratos na Bahia com Inácio Pedro Quintela.

Na segunda metade da década de 1760 os dízimos, geralmente postos em leilão em Lisboa, voltaram a ser arrematados em Salvador. Assim, é possível observar entre os associados de Frutuoso Vicente Viana o mesmo tipo de ligação com o comércio da Mina que verificamos com os irmãos Marques. Foi o caso de Antônio Cardoso dos Santos que também ocupou cargo de Deputado da Mesa de Inspeção da Bahia e tesoureiro geral da capitania

¹³⁹ VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Tradução Tasso Gadazanis. São Paulo: Corrupio, 1987, p.24.

¹⁴⁰ MENZ, Maximiliano M. Domingos Dias da Silva, o último contratador de Angola: a trajetória de grande traficante de Lisboa. *Revista Tempo*. Vol. 23. N. 2, p. 384-407, artigo 10, Mai/ Ago. 2017.

baiana no período pombalino.¹⁴¹ Atuava em diversas atividades econômicas, possuía uma casa de comércio em sociedade com Theodosio Gonçalves Silva e sociedades em embarcações com Inocêncio José da Costa e Maria Luciana Trindade para a Baía de Benin.¹⁴² Foi também procurador dos “Contratadores gerais do tabaco” e dos “Direitos dos escravos, e marfim do Reino de Angola” juntamente com outros homens de negócio, como Joaquim Ignácio da Cruz”.¹⁴³

Em parceria com os irmãos Joseph Francisco da Cruz e Joaquim Ignácio da Cruz criou uma sociedade para comerciar com a Costa da Mina em 1746.¹⁴⁴ A companhia tinha capital inicial de 12 contos de réis. Joaquim Ignácio da Cruz e seu irmão Joseph Francisco da Cruz, principais acionistas da organização, investiram nove contos de réis distribuídos em algumas parcelas e bens como naus de navegação: uma galera com todos seus “pertences” avaliados em 500.000.000 mil réis, um oitavo na galera Bom Jesus no valor de 750.000.000 mil réis e na galera Bom Jesus da Confiança no valor de 460.000.000 mil réis, além disso, entravam com um terço em uma lancha que navegava para a Costa da Mina chamada São Miguel e Almas avaliada em 50.000.000 mil réis. Como o fumo era essencial para o trato com a Costa da Mina, a companhia possuía dois Armazéns de enrolamento de tabaco e neles tinham materiais como, tonéis, pipas e caldeirões.¹⁴⁵

Antônio Cardoso dos Santos, interessado na sociedade, entrou com alguns contos de réis parcelados em quatro escravos avaliados em 480.000.000 mil réis, com 2.520.000.000 réis em dinheiro e uma importância de 3 contos de réis e suas fazendas. O primeiro caixa da Companhia era Joaquim Ignácio da Cruz e o segundo era o Antônio Cardoso dos Santos. Caso ocorresse ausência dos caixas titulares, assumiria primeiramente Manuel Pereira Viana e depois Carlos Joseph. Todos eram moradores da Bahia. Os caixas em Lisboa seriam Joseph Francisco da Cruz e João Francisco da Cruz. As carregações aconteceriam pela costa africana, cidade do Porto e a costa americana e a sua comercialização seria por conta e risco da sociedade e nenhum sócio poderia tirar comissão em benefício próprio.¹⁴⁶

¹⁴¹ AHU/ Série Avulsos Bahia – Castro Almeida/ Carta Régia sobre o tesoureiro geral da capitania da Bahia, Antônio Cardoso dos Santos, 29 de Dezembro de 1769 [cx.44, doc. 8826].

¹⁴² TSTD apud XIMENES, Cristina Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos 1750-1808*. 267f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2012, p.161.

¹⁴³ TSTD apud XIMENES, Cristina Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos 1750-1808*. 267f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2012, p.163.

¹⁴⁴ APEB, Escritura de Sociedade de Contrato e Companhia que fazem Joseph Francisco da Cruz, Joaquim Ignácio da Cruz e Antônio Cardoso dos Santos. Cartório notarial da Bahia.

¹⁴⁵ APEB, Escritura de Sociedade de Contrato e Companhia que fazem Joseph Francisco da Cruz, Joaquim Ignácio da Cruz e Antônio Cardoso dos Santos. Cartório notarial da Bahia.

¹⁴⁶ APEB, Escritura de Sociedade de Contrato e Companhia que fazem Joseph Francisco da Cruz, Joaquim Ignácio da Cruz e Antônio Cardoso dos Santos. Cartório notarial da Bahia.

Frutuoso Vicente ocupava-se também de cargos importantes como membro da Mesa de Inspeção da Bahia juntamente com Clemente José da Costa e tinha grande influência na esfera local e nos negócios de grande rentabilidade.¹⁴⁷ No ano de 1757 foi nomeado para o ofício de escrivão da ouvidoria geral do crime da Relação da Bahia por um período de três anos.¹⁴⁸ Frutuoso, ao lado de outros negociantes da Mesa do Bem Comum como Joaquim Ignácio da Cruz, Luiz Coelho Ferreira, Francisco Xavier de Almeida e Manoel Alvarez de Carvalho, fizeram no ano de 1757 uma proposta de criação de uma companhia e encaminharam o projeto para a Secretaria do Estado da Marinha e Ultramar. Frutuoso Vicente Viana e os outros negociantes mencionados eram administradores da Companhia dos Vinhos do Alto Douro.¹⁴⁹ A nova companhia seria conhecida como “Companhia Geral de Guiné” e tinha como modelo o regimento das Companhias dos Vinhos do Alto Douro e a do Grão-Pará e Maranhão como menciona Pierre Verger.¹⁵⁰

Vale dizer, que apesar do enraizamento deste grupo na Bahia e em atividades tradicionalmente vinculadas à elite mercantil local, como o tráfico na Costa da Mina, estes mercadores também estavam associados aos seus congêneres da capital do Império. Prova disso são as grandes remessas de ouro de Frutuoso Vicente Viana para residentes de Lisboa como Manuel Alvares da Mata, Antônio Moreira Lisboa, Manuel Rodrigues Collaço, João Gomes de Araújo e José Moreira Leal. Também Clemente José da Costa enviou ouro a dois negociantes, José Rodrigues da Cruz e Rafael de Oliveira Braga.¹⁵¹

Analisando os perfis dos diversos contratadores dos dízimos que atuaram entre os anos de 1724 a 1770 podemos constatar que eram todos majoritariamente nascidos nas regiões norte de Portugal, reproduzindo a dinâmica dos grupos mercantis portugueses já identificados por outros autores.¹⁵² Alguns deles residiam no Reino e outros na Bahia, mas todos possuíam ligações com Portugal e invariavelmente com a costa da África.

¹⁴⁷ VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na conjuntura baiana de 1798*. 260f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo, USP, 2012, p.51.

¹⁴⁸ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Decreto do rei D. José nomeando Frutuoso Vicente Viana para o ofício de escrivão da ouvidoria geral do crime da relação da Bahia por tempo de três anos. 7 de maio de 1757. [cx. 131, doc. 10238].

¹⁴⁹ VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Tradução Tasso Gadazanis. São Paulo: Corrupio, 1987, p.106-107.

¹⁵⁰ Idem, p.107.

¹⁵¹ Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa. Livro de Manifesto de 1% (manifesto da Bahia, ano 1754, número do livro 2464, 2465, 2466).

¹⁵² Ver PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia (Especialidade de Sociologia e Economia Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995, e MENZ, Maximiliano. *Contratadores e capitães de navios: notas sobre a participação da*

Isto não quer dizer que os perfis de negócios fossem realmente os mesmos. Apesar de praticamente todos investirem em contratos fora da Bahia, claramente é possível identificar pelo menos dois grupos mais vinculados ao Reino, o liderado por Estevão Martins Torres e o capitaneado por Joaquim Ignácio Quintela, enquanto que os irmãos Marques e Frutuoso Vicente tinham associados que eram mais ligados ao espaço colonial. Talvez em razão dessas ligeiras diferenças na espacialidade das redes é que possamos compreender os motivos de Quintela e dos Torres em se associarem ao contrato de Angola, enquanto que os Marques e Frutuoso Vicente possuíam sólidos investimentos na Costa da Mina.

Eventualmente, essa sucessão de coalizões de mercadores, alternando investidores mais ou menos enraizados no espaço colonial, podem representar rivalidades entre os grupos mercantis. Mas as eventuais disputas seguramente não eram resultado da oposição entre colônia e metrópole, pois claramente todos estavam vinculados aos mercados metropolitanos e coloniais. Além disso, seguidamente alguns investidores transitaram entre as diferentes agrupações, caso do já referido João Francisco e de outros mercadores menos famosos que aparecem entre os nomes dos sócios e fiadores de distintos contratos.

As modificações que ocorreram entre os quatro grandes grupos que comandaram o contrato entre 1724 e 1770 não podem ser interpretadas por essa disputa. Os grupos mercantis são fluidos, sofrem alterações com a mudança de reinados, com as conjunturas políticas, com a readaptação ou criação de novas instituições. Este parece ter sido o caso quando Quintela tomou conta dos dízimos da Bahia, mercê do favoritismo do Marquês de Pombal na sequência das dificuldades pelas quais atravessaram os irmãos Marques primeiro e a família dos Torres depois. Entretanto, a má fortuna destes homens de negócio é uma boa lembrança que os grupos mercantis são marcados constantemente pela instabilidade. No mundo dos contratos os ganhos poderiam ser bem vantajosos assim como os prejuízos que poderiam se caracterizar na ruína do contratador.¹⁵³

Em suma, neste capítulo a análise recaiu sobre a trajetória dos principais contratadores do dízimo e as posições sociais que ocupavam nos seus espaços de atuação, bem como, o envolvimento em mais atividades econômicas, como o tráfico de escravos. Para tanto, fez-se uma cronologia dos grupos que controlavam o arrendamento de contratos na Bahia,

comunidade mercantil de Lisboa no tráfico de escravos em Angola (c.1720-1807). In: COLÓQUIO HISTÓRIAS DA ESCRAVATURA. Anais. Lisboa: BNL. 24 e 25 set. 2015.

¹⁵³ PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia (Especialidade de Sociologia e Economia Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995, p.132.

principalmente o dízimo entre os anos de 1724 a 1770. Levei em consideração as mudanças e permanências de alguns contratadores durante este período, contando um pouco sobre a história desses negociantes. Constatei a existência de pelo menos quatro grupos, dois deles com maiores ligações com Portugal e Angola, dois mais enraizados na Bahia e com negócios na Costa da Mina. Essa separação entre os grupos, contudo, não era tão grande e existiram diversas ligações e pontos de contato entre as redes. A rivalidade entre os mercadores provavelmente existiu, mas a sucessão entre um e outro grupo talvez fosse mais o resultado de dificuldades econômicas e políticas do que de disputas pelos contratos.

CAPÍTULO 3

Contratos reais no período colonial: a arrematação e a conjuntura (Bahia, 1724 c. a 1770)

O objetivo do capítulo consiste em explorar os dados acerca dos valores dos contratos dos dízimos arrematados entre 1724 a 1770, procurando explicar as variações dos valores a luz da conjuntura econômica, nomeadamente a do preço do açúcar e tabaco, assim como de suas exportações. Teoricamente, os arrematadores se influenciavam por esses indicadores comerciais e produtivos e pautavam seus lances com base na expectativa de preços favoráveis e boas safras. Procura-se assim explorar essas relações entre valores arrematados e indicadores econômicos. Entretanto, a análise desses valores mostra que eles não se ligavam exclusivamente a esses cenários. Daí a necessidade de se discutir outros fatores como secas, enchentes e pragas nas plantações, bem como considerações acerca de possíveis disputas jurisdicionais das áreas onde incidiam os contratos. Esses acontecimentos interferiam diretamente nos rendimentos dos dízimos, aumentando ou diminuindo as estimativas de lance do contratador. Além disso, discute-se como a dinâmica entre os grupos mercantis também poderia influenciar os valores.

3.1 As séries dos dízimos

O açúcar foi o principal gênero de exportação do Brasil colonial pelo menos até meados do século XIX. A Bahia, além de ter sido a sede administrativa da América Portuguesa até 1763, tornou-se uma das economias mais significativas na produção açucareira, chegando a ser conhecida como a “capital do açúcar”.¹⁵⁴ A cana era cultivada em diversas partes da colônia, porém a maior produção concentrava-se em Pernambuco e Bahia na primeira metade do século XVIII.¹⁵⁵ Nessa última região, as áreas produtivas localizavam-se na região do Recôncavo, nas capitâncias de Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe Del Rey.

¹⁵⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e cultura, 1978, p.52.

¹⁵⁵ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. Vol. II. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. Ed. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p.557.

Nesse período, o tabaco era outro produto chave da economia da Bahia, chegando a ultrapassar em alguns momentos os rendimentos do açúcar.¹⁵⁶ Além disso, mais de 90 % do fumo produzido no Brasil era cultivado em terras baianas.¹⁵⁷ O tabaco de primeira qualidade era exportado para Portugal enquanto que o de terceira, conhecido como refugo, era utilizado no resgate de escravos.

Açúcar e tabaco proporcionaram grandes riquezas para a metrópole portuguesa na forma de impostos alfandegários e oportunidade de lucro aos súditos interessados, como os comerciantes, senhores de engenho e lavradores de tabaco. A Bahia era o local da América onde essas duas culturas exportadoras se encontravam e interagiam de forma intensa. Contudo, desde o último quartel do século XVII, os dois produtos enfrentaram severa concorrência das regiões produtoras de açúcar no Caribe e em menor medida das plantações de tabaco na América do Norte. O impacto foi maior no setor açucareiro, já que o Brasil de fato perdeu seu posto de primeiro lugar como produtor de sacarose. Produto relativamente novo no Brasil, o tabaco em grande medida foi uma alternativa econômica em resposta a perda de mercado do açúcar.¹⁵⁸ Ademais, talvez o tabaco baiano, considerado de baixa qualidade, não oferecesse tanta concorrência ao congênere da América do Norte.¹⁵⁹

Dois conflitos marcaram sensivelmente a produção e o comércio do açúcar brasileiro no período aqui elegido, a guerra da orelha de Jenkins e de sucessão austríaca (1739-1748) e a guerra dos sete anos (1756-1763). Durante esses acontecimentos, os despachos açucareiros das ilhas caribenhas, nomeadamente de Jamaica e Santo Domingo, foram reduzidos por causa de bloqueios portuários e do aumento da incidência de assaltos em alto mar. Além disso, custos de seguro e frete subiram em decorrência dos crescentes riscos nos circuitos do Atlântico Norte. Enquanto esses embates ocorriam, o açúcar brasileiro ganhou mercado na Europa. Entretanto, quando os conflitos cessavam, o produto da América portuguesa perdia espaço nas praças europeias. Os gráficos abaixo demonstram melhor como esses eventos impactaram nas exportações e preços praticados na Bahia.

¹⁵⁶ BOXER, Charles. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 45.

¹⁵⁷ SCHWARTZ, Stuart. O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e as Periferias. IN: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 2004, p.366.

¹⁵⁸ FLORY, Rae. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: University of Texas [Tese de doutorado], 1978, p. 160 e 206.

¹⁵⁹ Sobre a má qualidade do tabaco brasileiro, ver NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 113.

Gráfico 1. Média trienal das exportações de açúcar e tabaco da Bahia, em arrobas, 1720-1770.

Fonte: Para o açúcar, ver SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 403-404. As exportações de açúcar em Schwartz estão em caixas. Converteu-se as caixas para arroba considerando que cada caixa comportava 39 arrobas, de acordo com as estimativas do próprio Schwartz para a década de 1740 (p. 113). Para o tabaco, ver NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 366-368 e 383-385. Somaram-se os tabacos exportados para Portugal e África.

Gráfico 2. Média trienal dos preços do açúcar (réis por arroba) branco e mascavado, 1720-1770

Fonte: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 403-404.

O gráfico das exportações de açúcar da Bahia entre 1720 a 1770 mostra como as exportações durante todo o período tiveram um viés baixista, de acordo com a linha

tendencial. Entretanto, no momento da guerra da orelha de Jenkins e de sucessão austríaca (1739-1748), os despachos açucareiros da Bahia dão um salto, apesar de caírem novamente já em 1750. Novo crescimento ocorre entre 1756-1764, movimento claramente tributário dos impactos da Guerra dos Sete anos no Caribe. Já a representação gráfica da evolução dos preços, também de viés baixista para todo o período, demonstra um crescimento substancial dos valores entre 1741 a 1746 e um tímido crescimento entre 1756 a 1761. Assim, no que toca aos indicadores do açúcar, os eventos militares que instabilizaram o Caribe, tiveram um impacto, em maior ou menor medida, na praça mercantil da Bahia. Contudo, como será mostrado mais abaixo, essas conjunturas não explicam satisfatoriamente as variações nos valores dos contratos arrematados.

Já o tabaco, ao contrário do açúcar, teve um desempenho bem positivo durante o período sem depender tanto dos conflitos nos centros produtores concorrentes. Contudo, observa-se que em alguns triênios, como entre 1723-1725 e 1732-1734, enquanto que o açúcar obtinha aumentos em exportações, o tabaco se retraía. Isso parece ter ocorrido também no período de 1762-1764. Surpreende que o tabaco tenha tido tão boa performance nos despachos, de vez que, como informa Nardi, os preços do fumo praticamente são estáveis entre 1726 a 1775, ficando na casa do 700 réis por arroba de tabaco, enquanto que de 1716 a 1725 eles estavam em 1.075 réis por arroba.¹⁶⁰ A produção e exportação de fumo brasileiro teria um salto significativo em meados da década de 1770. A guerra de independência dos Estados Unidos, que bloqueou o escoamento do fumo da Virgínia, e mudanças institucionais na Alfândega do Tabaco de Lisboa, assim como a permissão para as remessas de fumo de terceira categoria para a metrópole, impulsionaram as exportações da América portuguesa.¹⁶¹

Mas qual a relação entre esses indicadores produtivos e comerciais com as oscilações nos valores arrematados dos dízimos da Bahia? Existia confluência entre a fiscalidade e os ramos ligados a mercancia e a confecção dos gêneros coloniais? O gráfico da série dos dízimos entre 1720 a 1770 apresenta cinco períodos nos quais os valores oscilam em maior ou menor grau. Vejamo-los.

¹⁶⁰ NARDI, Jean Baptiste. O fumo brasileiro no período colonial. São Paulo: Brasiliense, 1996, 405.

¹⁶¹ NARDI, Jean Baptiste. O fumo brasileiro no período colonial. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 162-163.

Gráfico 3. Valor dos contratos dos dízimos da Bahia, em réis, 1720-1770

Fonte: apêndice A.

O gráfico é nítido em mostrar 1) um momento de alta de 1720 a 1732, que é seguido por um 2) período de severa queda entre 1732 a 1737. 3) De 1737 a 1752 os dízimos apresentam uma longa estabilização que seria interrompida por 4) uma breve alta, de 1753 a 1756, seguida de queda. 5) De 1757 a 1764 volta-se a estabilidade com valores arrematados parecidos com o terceiro período. Ao todo, o gráfico torna visível uma longa depreciação dos valores dos contratos entre 1720 a 1764 acompanhando, portanto, os movimentos retraídos das exportações e dos preços do açúcar. Contudo, ao se observar os períodos isoladamente, outros resultados emergem.

Entre 1720 a 1732, os contratos dos dízimos mostram pequenos aumentos. Nesse mesmo período, a média do preço do açúcar branco ficou em 1.415 réis por arroba e as exportações de açúcar ficaram numa média de 524.824 arrobas por ano. Já entre 1732 a 1737, os contratos exibem acentuada queda. Nesse período de seis anos, a média do valor do açúcar branco ficou em 1.237 réis por arroba enquanto que nos seis anos anteriores, de 1726 a 1731, ficou em 1.409 réis por arroba. Portanto, a baixa dos contratos guarda alguma relação com a baixa do preço do açúcar nesse momento. Em relação as exportações de açúcar, no período de 1732 a 1737 foram despachadas em média 430.062 arrobas por ano. Foram mais arrobas exportadas que o período anterior de 1726 a 1731, que teve uma média de 399.445 arrobas remetidas para Portugal. Assim, houve aumento de exportações a despeito da queda dos dízimos. Isso tem que ser melhor explicado, mas é possível conjecturar que a queda nos preços foi compensada pelo aumento nas exportações.

Após a queda dos dízimos entre 1732 e 1738, segue-se um período de estabilidade entre 1737 a 1752. Os valores ficaram na casa dos 50 a 52 contos de réis, um arrefecimento notável quando comparado com o triênio de maior alta que foram os anos de 1730 a 1732, que apresentaram arrematações de 78 contos de réis. A média do preço do açúcar branco entre 1737 e 1752 ficou em 1.307 réis por arroba e a média anual de açúcar exportado ficou em 432.492 arrobas. Ou seja, apesar do viés de baixa dos contratos, os preços e as exportações de açúcar apresentaram desempenhos um pouco melhores que o período de abrupta queda, que foram os anos de 1732 a 1737. Mas, em compensação, o período de 1738 a 1753 estava longe daquele momento mais eufórico entre 1720 a 1732.

O quarto período é um momento de breve alta, quando os contratos saem do patamar dos 50 contos em 1752 e saltam para mais de 63 contos entre 1753 a 1756. Nesse período, a média do preço do açúcar branco ficou em 1.293 réis por arroba, enquanto que as exportações ficaram na média das 309.767 arrobas de açúcar por ano. Portanto, apesar da alta dos contratos, preços e exportações baixaram em comparação ao período de 1738 a 1753.

Entre 1757 a 1763 os contratos caem novamente e voltam aos patamares do período de 1738 a 1753, rondando a casa dos 53 contos de réis. Mas entre 1757 a 1763, a média do preço do açúcar sobe para 1.347 réis por arroba e as exportações saltam para uma média de 580.073 arrobas anuais. Apesar da baixa do contrato, o açúcar teve desempenho muito melhor que os três períodos anteriores. Tudo indica, portanto, que a estabilidade dos dízimos na maioria dos anos teria sido causada por outros fatores não diretamente ligados as conjunturas externas, muito embora o cenário do comércio internacional jogasse um papel importante na estipulação dos preços do açúcar na colônia brasileira. É possível, portanto, que os preços de contrato representem a ação dos contratadores ao tentar monopolizá-lo e impedir grandes variações entre os valores. Entretanto, havia limites para essa ação, pois a concorrência entre grupos rivais pode ter feito os valores subir em alguns contextos e, em geral, os preços pagos pelos contratadores acompanharam a conjuntura no longo prazo.

Seja como for, na documentação não aparecem muitos sinais de que os contratadores procurassem impedir a concorrência, pois os conluios deveriam ocorrer no segredo das lojas e armazéns. Mas no arrendamento do contrato das baleias na Bahia surgiram acusações, como consta na carta do Provedor-mor da Fazenda Real, Manoel Pegado Lerpa, contra o capitão Manoel Inácio Ferreira, Luís Coelho Ferreira e o Capitão Bernardino Marquez de Arnizão que, segundo o documento, queriam diminuir o preço do contrato. Na mesma carta o Provedor-mor mandou realizar um “auto de devassa” sobre esses contratadores. Nele, registram-se algumas falas dos homens de negócio que foram convocados para testemunhar se

houve ou não crime. Assim, testemunharam os contratadores dos dízimos Antônio Cardoso dos Santos, Clemente José da Costa e outros negociantes como João Dias da Cunha, David de Oliveira Lopes, Agostinho Gomes, Antônio de Silva Pereira, Antônio Pereira de Araújo, Joaquim Inácio da Cruz e outros. Podemos observar a fala do contratador Antônio Cardoso dos Santos,

[...] E perguntando testemunha pelo conteúdo do auto disse em todas as noites que andou o contrato das Baleias em praça, foi a ela, o que se ajustara com o capitão Manoel Ignácio Ferreira por que se este o rematasse lhe larga a posta que quisesse, tanto quando andou o dito contrato por hum ano, como pelos três, e que não sabe que entre os mais lançadores que houveram, tivesse havido conluio, pacto, ou liga, para não subir ao preço, por que tinha sido arrematado na corte de Lisboa [...].¹⁶²

Claro que dificilmente esses homens de negócio, na maior parte das vezes associados em diferentes negociações, iriam entregar seus companheiros. Mas no mesmo ano de 1761 os oficiais da Coroa também apertaram o cerco ao famoso testa de ferro João Francisco. O Conselho Ultramarino simplesmente anulou um leilão dos dízimos em que ele participara. Além disso, deu ordens positivas para que João Francisco fosse excluído do arrendamento do contrato dos dízimos e proibiu a participação de sociedades com negociantes testas de ferro. Segundo as ordens do Conselho Ultramarino.

[...] que da referida arrematação do contrato dos dízimos seja excluído João Francisco proibindo inteiramente debaixo das penas estabelecidas contra os que fazem conluios, e são associados com Companheiros clandestinos, que se não façam arrematações a Testas de ferro, ou lançadores supostos, admitindo se a eles somente os que forem interessados nos contratos e fazendo se declarar nos atos das arrematações tudo o referido. O Conselho Ultramarino o tenha entendido, e faça executar sem embargo de quaisquer Leis, Regimentos, Resoluções, Ordens ou Estilos que sejam em contrário. Nossa Senhora da Ajuda a dezessete de Abril de mil setecentos e sessenta e um.¹⁶³

Eventualmente, um oficial mais zeloso, ou que não estivesse enredado nos esquemas dos negociantes locais, atrapalhava os planos dos contratadores. Talvez tenha sido esse o caso

¹⁶² AHU/ BA Castro de Almeida/ Auto de devassa para averiguar se houve conluio na arrematação do contrato das baleias capitão Manoel Inácio Ferreira, Luís Coelho Ferreira e o Capitão Bernardino Marquez de Arnizão. Bahia, 27 de junho de 1761. [cx.28, doc. 5269-5288].

¹⁶³ AHU / Série Avulsos Bahia/Requerimento de João Francisco ao rei [D. José] solicitando alvará de correr referente à arrematação dos dízimos reais da Bahia. Bahia, 14 de Abril de 1761 [cx. 146, doc. 11210].

dos desembargadores criticados pelo Marquês do Lavradio na missiva citada no primeiro capítulo.¹⁶⁴

Entretanto, esse comportamento dos homens de negócio não era apenas fruto da ganância dos especuladores, mas tinha raiz também no próprio risco da empreitada de coleta de impostos. O recolhimento dos dízimos dependia do desempenho dos ramistas em cobrar as taxas junto aos produtores coloniais e essa atividade esbarrava nas condições climáticas que afetavam a produtividade agrária.

Assim, basta comparar uma estimativa do rendimento dos dízimos com os valores que deveriam ser pagos à Fazenda Real para notar que nem sempre os contratadores lucravam.

Gráfico 4. Valor dos contratos do dízimo da Bahia e estimativa de recolhimento em réis, 1720-1764

Fonte: Gráfico idealizado e elaborado por Maximiliano Menz e Felipe Melo. O gráfico procurou seguir os períodos de arrematação dos contratos, por isso alguns períodos são de um, três e quatro anos. Desse modo, têm-se uma melhor visão do quanto os contratadores estimavam lucrar com o contrato. Para os valores dos contratos, ver apêndice A. As estimativas dizem respeito somente as exportações em réis do açúcar e do tabaco, portanto não estão considerados as arrecadações referentes aos gados e outros gêneros. Para o açúcar, os valores foram coletados de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 403-404. As exportações em réis do tabaco foram extraídas de NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996. Multiplicou-se todas as exportações de tabaco em arrobas para Portugal e África (p. 366-368 e 383-385) com a média geral dos preços na Bahia, dados fornecidos pelo próprio Nardi (p. 405). A estimativa acima se fez por meio da soma de ambas as exportações em réis (açúcar + tabaco), descontando-se 10% que seria o percentual coletado pelos contratadores. Todos esses números se encontram no apêndice A.

¹⁶⁴ Carta ao Conde de Prado do Marquês do Lavradio em 21 de julho de 1768. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Série Publicação nº68). 1972, p. 29.

Entre 1727 e 1740 os valores que deveriam ser pagos a Fazenda Real parecem superar em muito o que foi efetivamente cobrado pelos contratadores. Essa fase, ainda de acordo com o gráfico 4 acima, deve ter sido encerrada por volta de 1743 e 1746, quando a estimativa de arrecadação ultrapassa claramente o valor pago à Fazenda Real. Quais as razões para tamanha discrepância?

A condição climática parece ter sido decisiva no período. As secas eram frequentes não só nas áreas produtivas, mas principalmente na região do sertão, onde se criava gado no interior da capitania. Esses fatores naturais prejudicavam os bons rendimentos das mercadorias-chaves (açúcar, tabaco e gado vacum) de arrecadação do dízimo. Nas palavras de Stuart Schwartz o arrendatário teria uma estimativa da produção, ou seja, de quanto aproximadamente arrecadaria de dízimos por meio de informações sobre a produção da capitania. Porém, não era possível prever fatalidades, como uma guerra ou secas que colocariam em risco os rendimentos do seu contrato.¹⁶⁵ Esta situação foi relatada, por exemplo, no requerimento do contratador Paulo Luís da Costa ao rei D. João V em 1726:

[...] Estando o suplicante na arrecadação do dízimo dele, os dois meses que o rematou, sucedeu entrar naquela cidade sua esterilidade de seca tão rigorosa, caso furtuito nunca já mais visto e nem esperado e em toda a sua Capitania e Recôncavo do sertão que secaram as fontes, faltaram totalmente às chuvas no seu tempo [...] acrescentando-lhe sua praga de bicho a que se chama lagarta levantada do calor e vapor da terra condescendente aos gafanhotos desta [Etiópia] que ainda limitados frutos que quiseram produzir os comeu e consumiu esta maldita praga [...].¹⁶⁶

No mesmo requerimento o contratador apresentou as estimativas do que pretendia arrecadar com a venda dos ramos e o quanto havia sido efetivamente arrecadado. As diferenças são grandes.

Tabela 8. Valores de arrecadação e estimativas dos ramos do contrato do dízimo de Paulo Luís da Costa, 1723-1724

Ramos	Valores de arrecadação	Estimativa
-------	------------------------	------------

¹⁶⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, p.154.

¹⁶⁶ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Requerimento do contratador, rendeiro do contrato dos dízimos, Paulo Luiz da Costa ao rei D. João V solicitando moratória a fim de não pagar os direitos dos dízimos da Fazenda Real. Bahia 17 de janeiro de 1726 [AHU, cx. 25, doc. 2256].

Cachoeira (tabaco)	1.800 arrobas	12.000.000 réis
Capitania de Sergipe Del Rei (gêneros)	2.400.000 réis	6.400.000 réis
Sertão (gado vacum e cavalari)	6.400.000 réis	12.000.000 réis

Fonte: extraída a partir do Requerimento do contratador, rendeiro do contrato dos dízimos Paulo Luiz da Costa ao rei [D. João] solicitando provisão de moratória afim de não pagar os direitos dos dízimos da Fazenda Real. No manuscrito o tabaco de Cachoeira aparece em arrobas, não são informados os valores em réis ou cruzado. AHU/ Série avulsos Bahia/Bahia, 17 de janeiro de 1726 [cx.25, doc.2256].

O contratador não foi bem-sucedido com o arrendamento do contrato. Para o ramo do açúcar, a estimativa de arrecadação era de 1.200 caixas de açúcar branco e mascavado, porém, ele obteve apenas 400, perdendo em torno de 700 caixas. O ramo do dízimo do tabaco de Cachoeira geralmente era arrendado por mais de 12.000.000 réis, mas por conta da seca não foi possível vendê-lo, restando ao contratador fazer a cobrança por conta própria. O ramo da capitania de Sergipe Del Rey regularmente era vendido pelo valor de 6.400.000 réis, mas ele conseguiu apenas 2.400.000 réis. Isso aconteceu também com o ramo do dízimo do gado vacum e cavalari na região do sertão baiano pelo qual arrecadou apenas 6.400.000 réis, quando o seu preço de costume era mais de 12.000.000 réis. No requerimento cita ainda os preços limitados do açúcar e tabaco pela ausência de frotas no ano de vigência do seu contrato, 1723 a 1724. Afirmava, assim, uma perda de mais de 52.000.000 réis.

Domingos Ferreira Pacheco também foi surpreendido com uma grande seca entre 1733 a 1736 que não só prejudicou os seus rendimentos, mas afetou a vida da própria população baiana. Podemos observar os prejuízos que estes problemas naturais causavam ao contratador.

[...] Domingos Ferreira Pacheco, ainda poderá dizer mais sobre os lastimáveis estragos que produziu aquela fatal seca, que ainda durarão quando cheguei a esta capital; pelo que direi somente a V. Majestade que o suplicante, sem embargo da calamidade, que experimentou nos anos do seu contrato, não só satisfaz as obrigações dele com pontualidade, mas com antecipação, pedindo assim algumas ocorrências que se oferecerão do serviço de V. Majestade [...].¹⁶⁷

¹⁶⁷ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Requerimento do antigo contratador dos dízimos reais da capitania da Bahia, Domingos Ferreira Pacheco ao rei. [AHU, cx. 85, D. 6945].

As autoridades reais relatavam recorrentemente em cartas e requerimentos sobre as secas e enchentes, mencionando os grandes prejuízos que esses problemas poderiam causar aos rendimentos da capitania. Assim, os acontecimentos naturais provocavam a morte e o emagrecimento de uma grande quantidade de gado. Mesmos os que sobreviviam ficavam incapacitados de transportar os principais gêneros da economia baiana, o açúcar e o tabaco. Em um ofício de 1754, o Vice-rei, Conde de Autoguia, escrevia para Diogo de Mendonça Corte Real sobre o requerimento do contratador geral do tabaco, José Machado Pinto, relatando uma “lastimável seca” que comprometeu todo o rendimento do açúcar e do tabaco, por conta da impossibilidade de transportá-los ao porto baiano. Diz o ofício:

[...] nesta cidade e vilas do Recôncavo mandei lançar ao que dei motivo a impossibilidade com que deixou aos donos dos engenhos e lavradores de tabaco a grande seca que houve até o mês de maio e que fez um estrago indivisível nos bois que foram poucos os que ficaram vivos, e entrando depois o inverno com tal ímpeto [...] achando magros que deixaram por muito tempo, incapazes de serviço, o que foi impossível com que eles se pusessem nos portos do mar as caixas de açúcar e rolos de tabaco para o tempo o que se lhe tinha ordenado. [...]¹⁶⁸

As secas foram, claramente, decisivas para a quebra nos rendimentos dos contratadores no ano de 1723, no triênio de 1733-1736 e no período de 1753-1756. O gráfico 4 mostra que nesses períodos os preços pagos pelos contratadores à Fazenda Real foram bastante superiores aos valores arrecadados. Contudo, as secas não explicam tudo, pois há um período de “quebras” na cobrança dos dízimos que cobre toda a década de 1730. Detalhe importante, durante esses anos sucessivos os irmãos Marques controlaram o negócio.

Assim, uma outra hipótese para explicar essas dificuldades dos contratadores em levantar rendimentos era a incerteza sobre as áreas em que eram cobrados os impostos. Esses problemas de demarcação territorial eram constantes durante o período colonial, principalmente quando se tratava de regiões de maior valor econômico e que faziam fronteira entre uma capitania e outra. O distrito do Araçuaí, conhecido como Minas Novas, por exemplo, foi palco de disputas entre as autoridades baianas e mineiras durante muitos anos. Desde a descoberta de ouro nesta região em 1727 que a sua jurisdição ficou pertencendo a

¹⁶⁸ AHU/ Série castro de Almeida/ Ofício do Vice-rei o Conde de Autoguia para Diogo de Mendonça Corte Real acerca do requerimento que lhe fizera José do Pinto Machado, Contratador Geral do Tabaco para a partida do Patacho de Nossa Senhora do Rosário que de há muito tempo se achava carregado e informando que a longa seca produzira uma grande mortandade do gado bovino o que prejudicava enormemente os transportes do açúcar e tabaco. Bahia 28 de julho de 1754. [AHU, cx. 8, doc. 1231-1234].

Bahia, mas constantemente o direito era repassado para as Minas Gerais.¹⁶⁹ Conflitos entre as autoridades régias e contratadores passaram a ser comuns. Por conta desta disputa havia anos em que a região do Araçuaí fazia parte do contrato da Bahia e em outros períodos do contrato de Minas. Dois exemplos dão conta de esclarecer essas querelas. Um diz respeito ao contrato arrematado por Antônio Marques Gomes e o outro pelo testa de ferro João Francisco. No primeiro, a região de Minas Novas não estava inclusa no contrato. O item sobre demarcação territorial deixava claro que: “que se não inclui nesta arrematação aquela parte de distrito que se separou e anexou ao território de Minas.”¹⁷⁰ Já no contrato arrematado pelo testa de ferro João Francisco, a região do Araçuaí estava inclusa, pois informa que “nos díizimos deste contrato lhe pertencerão também os díizimos dos descobrimentos do Araçuaí, chamados vulgarmente de Minas Novas.”¹⁷¹ A região foi duas vezes desmembrada e anexada à capitania da Bahia e só foi definitivamente incorporada ao território de Minas Gerais em 1757.¹⁷² O díizimo neste distrito era cobrado principalmente sobre o gado vacum.

Obviamente, quando Minas Novas do Araçuaí estava sob a jurisdição da Bahia ou de Minas Gerais aumentavam as possibilidades de rendimentos das capitanias pela ampliação da área de arrecadação. Ademais, as “fronteiras” se davam justamente pelos valores econômicos e fiscais que cada espaço representava para os poderes locais. Existia, assim, um jogo de interesses nas divisões territoriais.

De todo o modo, a incerteza entre os negociantes fica patente pelos diversos requerimentos enviados ao Rei em torno dessa querela. No ano de 1725 o comerciante André Marques Gomes questionou o desmembramento das Minas Novas. Diz o seu requerimento que ele

rematou no Conselho Ultramarino o contrato dos díizimos reais da Capitania da Bahia em março do ano passado de 1724 por tempo de três anos na forma e com as condições como que sempre andou rematado e algumas mais que novamente se exprimirão nele e vosso contrato lhe ficou pertencendo a percepção e cobrança dos díizimos de todo o distrito da mesma Capitania e no tempo de sua arrematação se incluía nela e se costumava cobrar neste contrato [...] sendo governador e capitão-geral das Minas de Ouro o Conde

¹⁶⁹ BOXER, Charles. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 144.

¹⁷⁰ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Requerimento de Manuel de Almeida Ferreira ao rei D. João V solicitando provisão para poder administrar um dos ramos do contrato dos díizimos da capitania da Bahia. 14 de maio de 1729 [AHU, cx. 33, doc. 3027]. Neste Requerimento contém em anexo a cópia do contrato dos díizimos arrematado por Antônio Marques Gomes.

¹⁷¹ AHU/ Série Avulsos Bahia/Requerimento de Manuel Barbosa Torres ao rei [D. José] solicitando provisão para que possa cobrar executivamente as dívidas procedidas dos contratos dos díizimos da Bahia dos triênios de 1744, 1747, 1750. Bahia, 18 de setembro de 1771[cx.166, doc. 12626]. Neste Requerimento contém em anexo a cópia do contrato dos díizimos arrematado por João Francisco.

¹⁷² CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de Vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região norte. *Varia História*. Belo Horizonte. Vol. 29. N. 51, p. 817 – 845, Set/ Dez. 2013, p.826.

de Assumar, D. Pedro de Almeida, houvesse mandado fazer suas divisões das comarcas das Minas com o distrito da capitania da Bahia e em que se incluíram indevidamente mais de 80 léguas de sertão da capitania da Bahia sem ter ouvido o governo dela, não se havia executado a tal divisão e se achava a capitania da Bahia na antiga, passou que sempre teve da jurisdição e direitos daqueles mesmos sertões de que dando conta o novo Governador das Minas D. Lourenço de Almeida, a Vossa Majestade se lhe escreveu que Vossa Majestade tinha mandado ouvir ao Vice-rei do Brasil e cabido Sede vacante da cidade da Bahia pra que dissessem o que lhe oferecesse sobre a dita divisão [...].¹⁷³

A mesma situação sucedeu com o antigo contratador dos dízimos, Paulo Luís da Costa. Em 1731 ele encaminhou ao rei D. João V um requerimento solicitando liquidação das cabeças do gado vacum e cavalar do seu contrato da região do Rio das Velhas. O negociante havia vendido o dito ramo dos gados por três anos pelo valor de 16.000.000 réis e com a nova demarcação deste espaço fronteiro teve prejuízos com o ramo.

O limite territorial entre Minas e Bahia era dividido pelo curso do Rio Verde. Paulo Luís então advertia que o valor do dízimo do gado do lado da Bahia era vendido geralmente pelo preço de 3.200.000 réis enquanto que o de Minas era um pouco menos, 3.000.000 réis.¹⁷⁴ Assim, o suplicante afirmava um prejuízo de mais de 11.200.000 réis. Já na parte das Minas Gerais (do Rio das Velhas até o Rio Verde) o contrato do dízimo havia sido arrematado por Sebastião Barbosa do Prado.

Os problemas de demarcação territorial aconteciam também nas proximidades da Bahia com Pernambuco. A região de Sergipe Del Rey, anexa à capitania da Bahia fazia fronteira com a comarca de Alagoas que pertencia a Pernambuco. Entre estes dois espaços territoriais existia uma ilha conhecida como Paraúna do Brejo Grande.¹⁷⁵ Por interesses fiscais e/ou por conta da jurisdição das capitanias não serem de fato bem definidas, havia uma confusão de quem tinha direito de cobrar o dízimo nesta ilha.

Em carta ao Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha solicitava ao rei D. José uma nova demarcação do contrato do dízimo em 1757. Em parecer, alude-se que os lavradores e donos de engenhos da região do Brejo Grande pagavam o dízimo aos contratadores da Bahia, sendo que este distrito pertencia na verdade à capitania de Pernambuco.¹⁷⁶ Depois, com uma

¹⁷³ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Requerimento do capitão André Marques ao rei [D. João V] solicitando certidão de provisão em seu favor e do contratador Sebastião Barbosa. 22 de agosto 1725 [AHU, cx. 23, doc. 2123].

¹⁷⁴ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Requerimento do antigo contratador dos dízimos da Bahia Paulo Luís da Costa ao rei D. João V solicitando mandar passar por mais vias as ordens expedidas ao procurador da Fazenda Bahia para fazer a liquidação das cabeças de gado vacum e cavalar dos distritos que fazem parte da arrematação do suplicante. 12 de maio de 1731 [AHU, cx. 39, doc. 3493].

¹⁷⁵ Hoje conhecido como município do Brejo Grande no Estado de Sergipe.

¹⁷⁶ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do Vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha ao rei D. José comunicando que se faça nova demarcação para o contrato dos dízimos da

nova jurisdição, Sergipe Del Rey se tornou vila e a ilha de Paraúna do Brejo Grande passou a fazer parte da sua demarcação territorial, bem como os dízimos da mesma ilha.¹⁷⁷

A indefinição territorial seguramente afetava as decisões dos contratadores e pode ter sido decisiva em um ou outro leilão, mas por si, não podia impactar os rendimentos no longo prazo. Além disso, não explica o já referido total descolamento entre preço do contrato e os rendimentos auferidos pelos contratadores, especialmente durante a primeira metade da década de 1730. Tampouco serve para compreender as razões que levavam os contratadores a seguirem arrematando o contrato dos dízimos, mesmo com prejuízos, pelo menos segundo a estimativa apresentada no gráfico 4.

A primeira explicação que vem à mente é que o problema está na estimativa apresentada no gráfico. De fato, ela não cobre todos os ganhos que os contratadores auferiam, o dízimo sobre o gado, por exemplo, parecia ser um valor importante nos rendimentos do contratador. Como já foi visto, um dos contratadores pretendia ganhar 12.000.000 réis com a venda do ramo do gado vacum e cavalar. Além disso, outros produtos como os molhados, as miunças, o açúcar consumido nos mercados internos e os ofícios também deveriam pagar o imposto, mas simplesmente foram desconsiderados no cálculo, feito exclusivamente sobre o tabaco e o açúcar exportados. Mesmo assim, qualquer correção que possa ser feita sobre a estimativa dificilmente vai mudar a tendência geral para as perdas que parece ter sido a regra pelo menos entre 1727 e 1736.

Sendo assim, a explicação provavelmente reside na rivalidade entre os grupos mercantis para controlar o negócio. Olhando com cuidado o gráfico 4, verifica-se que foi no triênio de 1733-1736, justamente quando o contrato foi arrematado por Domingos Ferreira Pacheco, interrompendo uma série de leilões controlados pelos irmãos Marques, que a diferença entre o preço pago pelo contratador para a Fazenda Real e a estimativa de sua arrecadação foi a maior. E o mesmo, como já foi dito, não foi bem-sucedido, tendo os seus bens confiscados pela Coroa. Examinando uma vez mais o gráfico, nota-se que depois deste triênio os valores que os contratadores passaram a pagar caíram absurdamente, encostando na estimativa de rendimento. Parece claro, portanto, que nesse período entre 1727 e 1736 houve uma disputa pelo contrato entre os irmãos Marques e o grupo liderado por Domingos Ferreira Pacheco. Este último teria claramente superestimado os lucros que poderia obter com o

Bahia para os senhores de engenho da Ilha da Paraúna do Brejo Grande. 20 de abril 1757 [AHU, cx. 130, doc. 10181].

¹⁷⁷ AHU/ Série Avulsos Bahia/ Carta do Vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha ao rei D. José comunicando que se faça nova demarcação para o contrato dos dízimos da Bahia para os senhores de engenho da Ilha da Paraúna do Brejo Grande. 20 de abril 1757 [AHU, cx. 130, doc. 10181].

contrato dos dízimos e levou o leilão a valores irrealistas, fazendo com que os tradicionais arrematadores saíssem do negócio. A seca talvez tenha sido apenas um agravante de uma decisão econômica completamente errada. Depois de sua quebra os Marques voltaram a cena e claramente monopolizaram o contrato, levando a uma tendência para a queda no seu preço, mesmo com alguma recuperação nos preços e na produção do açúcar.

Por sua vez, a insistência dos irmãos Marques em manter os dízimos e aguentar a pressão de seus rivais durante o período de baixa deve ter três razões. Primeiramente, pelo gráfico 4 nota-se que no triênio de 1724-1726, sob o controle dos Marques, a estimativa do rendimento do contrato ultrapassou bastante o preço pago pela Fazenda Real. Sinal de que os lucros obtidos foram altos, o que deve ter-lhes animado a seguir controlando o negócio, na esperança de que os rendimentos baixos depois de 1726 eram passageiros. Em segundo lugar, as perdas durante os anos de baixa eram na verdade absorvidas pelos ramistas: estes compravam o direito de explorar diferentes partes do contrato e eram eles que, de fato, assumiam os riscos da cobrança. Uma vez que falhassem no pagamento aos contratadores estavam sujeitos às execuções judiciais. O mais provável é que os Marques tenham acumulado durante o período grandes dívidas ativas e por isto tinham todo o interesse em manter os privilégios judiciais garantidos pelo contrato. Em terceiro lugar, os dois irmãos estavam envolvidos em diferentes atividades mercantis e em muitos contratos de modo que poderiam aproveitar os rendimentos de outros tratos para cobrir as perdas que estavam acumulando com os dízimos.

Essa estratégia parece ter dado certo durante algum tempo e o fracasso dos seus rivais permitiu manter os preços dos dízimos em valores estáveis. Entre 1747 e 1756, contudo, o acúmulo de dívidas com a Fazenda Real e a oposição aos projetos pombalinos levou à prisão dos irmãos e o fim do seu controle sobre os contratos da Bahia. Tudo indica, portanto, que foram as disputas mercantis da década de 1730 que afetaram sua posição e erodiram as finanças do grupo. O problema, porém, só seria sentido com o maior aperto da Fazenda Real que parece ter ocorrido com a ascensão de D. José I.

O capítulo procurou demonstrar como a série dos dízimos e os valores arrematados estavam sobre a influência de diversos fatores. Primeiramente, constatou-se que os preços do açúcar e do tabaco, os principais produtos de exportações da Bahia determinavam a variação dos valores do contrato apenas no longo prazo. Calamidades naturais e indefinições institucionais em relação aos limites da cobrança também tiveram o seu papel.

Entretanto, ao comparar os preços do contrato com as estimativas da arrecadação dos contratadores, pode-se visualizar que durante um longo período (1727-1736) os contratos deram prejuízo, provavelmente em razão de uma disputa comercial entre os irmãos Marques e outro grupo de mercadores. Depois disso os preços dos contratos permaneceram estáveis, aproximando-se da estimativa de arrecadação, pelo menos enquanto estiveram sob o controle do mesmo grupo. Novas oscilações ocorreram na década de 1750, mas claramente elas foram mais isoladas, sinal, talvez, de uma maior estabilidade dos grupos e da ausência de grandes disputas desde a década de 1740.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o sistema de arrematação dos dízimos na Bahia no século XVIII foi importante para compreender como funcionava a administração e a forma de cobrança de impostos na América Portuguesa. Assim, a pesquisa se propôs realizar um estudo sobre o contrato do dízimo na capitania da Bahia entre os anos de 1724 a 1770. Os tributos eram a fonte de manutenção de toda a malha administrativa dos domínios ultramarinos portugueses. Dentre estes, o dízimo era um dos impostos de maior rendimento pelo menos até início do século XVIII, como já visto, e o direito de sua cobrança era feito por meio de um contrato arrematado em um leilão por agentes privados. Para a realização do leilão, os funcionários régios lançavam editais e deixavam expostos nos principais lugares para que os homens de negócio participassem e dessem o maior lance. A cerimônia demorava dias. Um evento que tinha um sentido simbólico por conta do seu rito tradicional, bem como os acordos celebrados entre a Coroa e o contratador, com algumas especificidades, como vimos nos contratos, com seus respectivos regulamentos e legislações.

Além disso, ao estudar o perfil dos principais contratadores, sócios e fiadores foi possível identificar pelo menos quatro grupos mercantis que controlavam a arrematação dos contratos dos dízimos da capitania baiana por diversos períodos entre anos de 1724 a 1770. Assim, através da história de cada um desses negociantes estabeleceu-se uma cronologia dos grupos e foram identificadas as principais atividades econômicas e os demais contratos em que atuaram. Demonstrou-se ainda que alguns tinham um maior enraizamento na Bahia, enquanto outros eram dirigidos a partir de Portugal, que alguns atuavam na Costa da Mina e outros principalmente em Angola. Esses negócios foram responsáveis pela consolidação e fortalecimento de grupos de mercadores que na maioria das vezes se aventuravam no mundo dos contratos régios em prol de riqueza e status no Império Português.

Os rendimentos do contrato dependiam de vários fatores, já apontado no terceiro capítulo. Para tanto, com base nas fontes, analisamos os valores de arrematação, apontando alguns fatores que influenciavam no aumento, queda e estabilidade dos dízimos. O primeiro fator era a conjuntura econômica, mas os valores do contrato apenas acompanhavam o desempenho das exportações no longo prazo, havendo fortes oscilações de média ou curta duração. Daí a importância de realçar o papel dos conflitos de jurisdições entre contratadores e autoridades régias pela cobrança do dízimo em regiões de limites entre uma capitania e outra, como aconteceu com o distrito das Minas Novas (Bahia e Minas Gerais) e na região do Brejo Grande (Bahia e Pernambuco). Além desses problemas as secas parecem ter um

impacto importante nos preços que os contratadores estavam dispostos a pagar. Finalmente, a existência de conluíus ou então a disputa pelo controle de um contrato entre diferentes grupos mercantis também tivera um impacto importante nas oscilações e mesmo nos eventuais lucros e prejuízos auferidos pelos contratadores.

No entanto, talvez seja possível investigar mais bem outros aspectos relevantes sobre o contrato do dízimo, como os ramos, mapeando todas as freguesias e os produtores destas áreas, além dos gêneros que circulavam no mercado interno. Além disso, seria interessante, caso as fontes permitam, a administração de cada ramo vendido e a identificação dos ramistas. Também poderia fazer uma comparação dos valores dos ramos, pelos menos, das principais capitâneas de maior arrecadação do dízimo analisando as diferenças de valores por espaço e por períodos.

A pesquisa mostrou ainda que por meio das condições contratuais o contratador mesmo possuindo autonomia para administrar o seu respectivo contrato era subordinado as ordens reais, e caso não cumprisse os acordos, além das perdas de todos os bens, corria o risco de ter sua reputação arruinada. A arrematação de contratos régios, em especial o dízimo, foi um dos principais negócios que permitiu aos negociantes o acesso aos principais gêneros de maior exportação para o mercado europeu, o açúcar e o tabaco, se tratando da economia da Bahia. Esses dois artigos foram responsáveis pelas conexões estabelecidas entre diversas partes do Império Português e possibilitou ainda riquezas e privilégios aos homens de negócio nos seus espaços de atuação, bem como de certa forma um maior controle sobre estas mercadorias.

Cabe ressaltar ainda que apesar de buscar as relações de “pactuação” entre a Coroa e as elites, foi possível encontrar também situações de conflito. Em pelo menos uma ocasião, no caso de Domingos Ferreira Pacheco, houve disputa pelo controle do contrato, levando a um aumento nos valores pagos à Fazenda Real e à falência de alguns dos envolvidos. Conflitos entre as elites mercantis, mas também entre os contratadores e os oficiais da Coroa, resultando na prisão de alguns mercadores prestigiosos, como foi o caso dos irmãos Marques, ou então nas diversas falências que teriam sido produzidas pelos desembargadores criticados pelo Marquês do Lavradio.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Projeto Resgate, série avulsos da capitania da Bahia

AHU / CONTRATO arrematado por João Francisco no Conselho Ultramarino no de 1743. Anexo do Requerimento de Manuel Barbosa Torres ao rei [D. José] solicitando provisão para que possa cobrar executivamente as dívidas procedidas dos contratos dos dízimos da Bahia nos triênios de 1744, 1747 e 1750. Bahia 18 de setembro de 1771. [cx. 166, doc.12626].

AHU/ DECRETO do rei D. José facultando ao administrador do contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia, Inácio Pedro Quintela/ 26 de março de 1768. [cx. 161, doc. 12247].

AHU / REQUERIMENTO de João Francisco ao rei [D. José] solicitando alvará de correr referente à arrematação dos dízimos reais da Bahia. Bahia, 14 de Abril de 1761 [cx. 146, doc. 11210].

AHU/ DECRETO do rei D. José nomeando Frutuoso Vicente Viana para o ofício de escrivão da ouvidoria geral do crime da relação da Bahia por tempo de três anos. 7 de maio de 1757. [cx. 131, doc. 10238].

AHU/ CARTA do provedor-mor da Fazenda Real Manuel de Matos Pegado Serpa ao rei [D. João V] sobre o processo de arrematação dos contratos dos dízimos reais. Bahia 2 de setembro de 1757 [cx.132, doc.10314].

AHU/ CARTA do Vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha ao rei D. José comunicando que se faça nova demarcação para o contrato dos dízimos da Bahia para os senhores de engenho da Ilha da Paraúna do Brejo Grande. 20 de abril 1757 [AHU, cx. 130, D. 10181].

AHU/ REQUERIMENTO de Manuel Dantas Barbosa ao rei [D. José] sobre arrematação do contrato dos dízimos reais da Bahia e de seus anexos. 12 de Fevereiro de 1756 [cx. 127, doc. 9890].

AHU/ REQUERIMENTO do contratador dos Dízimos Reais desta capitania, Antônio de Oliveira Guimarães ao rei [D. José I] solicitando provisão para que Francisco Marcelino possa servir de juiz conservador do contrato dos Dízimos Reais da capitania da Bahia. Bahia, 28 de fevereiro de 1753[cx.113, doc.8833].

AHU/ CERTIDÃO de Justificação passada por Antônio Pereira da Silva da petição feita ao vice-rei do Brasil por Estevão Martins Torres, em que pede admitir como procurador do contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia a Manuel Dantas Barbosa. 12 de junho de 1750 [cx. 103, doc. 8109].

AHU/REQUERIMENTO dos contratadores dos dízimos reais da cidade da Bahia Antônio Oliveira Guimarães e Estevão Martins Torres ao rei D. João V solicitando serem ouvidos e haja assistência do procurador da Fazenda Real da cidade da Bahia em qualquer requerimento referente ao dito contrato. Bahia 22 de dezembro de 1749. [cx. 100, doc. 7948].

AHU / CARTA do provedor-mor da Fazenda Real João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João V] respondendo a provisão que manda levantar o sequestro feito pelo antigo provedor-mor da mesma Fazenda Manuel Antônio da Cunha de Souto Maior nos bens de André Marques, administrador de muitos contratos da repartição da capitania da Bahia, sendo cindo deles de dízimos. Bahia, 1 de Julho de 1748 [cx. 95, doc. 7566].

AHU/ CARTA do provedor-mor da Fazenda Real João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João V] informando a revisão das contas dos contratos e das propinas requeridas por Antônio e André Marques Gomes. Bahia, 29 de junho de 1748. [cx. 94, doc. 7563].

AHU/ CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil Manuel Vieira Pedrosa da Veiga ao rei [D. João V] dando parecer sobre o requerimento do sócio do contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia Domingos Ferreira Pacheco, em que pede se levante a penhora e sequestro feito nos seus bens. Bahia 23 de agosto de 1748. [cx. 95, doc. 7626].

AHU / CARTA do Provedor-mor da Fazenda Real Manuel Antônio da Cunha de Souto Maior ao rei D. João V dando conta do descaminho de noventa e um mil cruzados que descobriu na revista feita a dez contratos dos dízimos reais, particularmente na dízima do tabaco e no contrato das baleias. Bahia, 12 de junho de 1747 [cx. 89, doc. 7291].

AHU/ PARECER do Conselho Ultramarino sobre as declarações acerca das condições do arrendamento do contrato dos dízimos da Bahia e do lance que foi feito. 18 de julho de 1746. [cx. 86, doc. 7056].

AHU/ REQUERIMENTO do antigo contratador dos Dízimos Reais da Capitania da Bahia Domingos Ferreira Pacheco ao rei [D. João V] solicitando substatório por um ano para que nesse tempo não proceder contra ele pela quantia que pede em seu libelo. Bahia 3 de março de 1746. [cx. 85, doc. 6945].

AHU / CARTA do Provedor-mor da Fazenda Real Antônio da Cunha de Souto Maior ao rei D. João V dando parecer sobre a impugnação do pagamento das propinas das munições e obras pias pelos contratadores Antônio Marques Gomes e seu irmão André Marques Gomes. Bahia, 12 de maio de 1745 [cx. 82, doc. 6765].

AHU/ CARTA do [provedor da alfândega] Domingos da Costa de Almeida ao rei [D. João V] comunicando que José dos Santos arrematou o contrato do subsídio dos vinhos, aguardentes e azeites doces da cidade da Bahia. Bahia 24 de junho de 1740. [cx.68, doc. 5755].

AHU/ CARTA do provedor-mor da Fazenda Real da Bahia, Luís Lopes Pegado Serpe ao rei sobre o contratador Antônio Marques Gomes. Bahia, 25 de Setembro, 1739 [cx. 66, doc. 5578].

AHU/ CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, Luís Lopes Pegado Serpe ao rei [D. João V] do incidente que causou João Francisco para se fazer a arrematação do contrato dos dízimos do tabaco, aguardente e mais gêneros desta cidade. Bahia, 17 de setembro de 1739. [cx.66, doc. 5564].

AHU/ CARTA do [Vice-rei e capitão general do Estado do Brasil] André de Melo e Castro, [Conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a arrematação dos contratos do estado do Brasil. Bahia, 17 de junho de 1736 [cx.56, doc.4795].

AHU/ CARTA do Provedor-mor da Fazenda Real da cidade da Bahia, Luís Lopes Pegado Serpe ao rei D. João V sobre a letra do contratador dos dízimos reais. Bahia 30 de agosto de 1736 [AHU, cx. 56, doc. 4849].

AHU/ REQUERIMENTO do antigo contratador dos dízimos da Bahia Paulo Luís da Costa ao rei D. João V solicitando mandar passar por mais vias as ordens expedidas ao procurador da Fazenda Bahia para fazer a liquidação das cabeças de gado vacum e cavalar dos distritos que fazem parte da arrematação do suplicante. 12 de maio de 1731 [AHU, cx. 39, doc. 3493].

AHU/ CARTA do Vice-rei e capitão general do Brasil, Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] referente ao despacho da Galera ao contratador dos dízimos Antônio Marques Gomes. Bahia, 16 de Julho de 1730 [cx. 37, doc. 3348].

AHU/ CARTA de Antônio Marques Gomes ao rei [D. João V] estabelecendo as condições para se formar uma companhia de comércio da Bahia e Pernambuco para a Costa da Mina, com o privilégio privativo de comercializar e resgatar escravos da referida Costa para os portos do Brasil. Bahia, 16 de Julho de 1730 [cx. 72, doc. 6040].

AHU/ REQUERIMENTO do contratador do contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia, Antônio Marques Gomes ao rei D. João V solicitando que satisfaça a metade do resto de cada um ano que até agora pagava na Bahia em dinheiro na carga das frotas. Bahia 9 de março de 1730 [AHU, cx. 36, D. 3248].

AHU/ REQUERIMENTO de Manuel de Almeida Ferreira ao rei [D. João V] solicitando provisão para poder administrar um dos ramos do contrato dos dízimos da capitania da Bahia. Bahia, 14 de Maio de 1729 [cx. 33, doc. 3027]. Nesse documento contém a cópia do contrato arrematado por Antônio Marques Gomes.

AHU/ REQUERIMENTO do contratador, rendeiro do contrato dos dízimos, Paulo Luiz da Costa ao rei D. João V solicitando moratória a fim de não pagar os direitos dos dízimos da Fazenda Real. Bahia 17 de janeiro de 1726 [AHU, cx. 25, D. 2256].

AHU/ REQUERIMENTO do capitão André Marques ao rei [D. João V] solicitando certidão de provisão em seu favor e do contratador Sebastião Barbosa. 22 de agosto 1725 [AHU, cx. 23, doc. 2123].

AHU/ CARTA do [Juiz dos feitos da Coroa] Tomás Marciano de Albernaz ao rei [d. João V] dando conta do processo de arrematação do contrato dos dízimos da capitania da Bahia. 15 de julho de 1723 [cx.18, doc.1553].

AHU/ CARTA do [provedor-mor da Fazenda] Bernardo de Sousa Estrela ao rei [D. João V] informando sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais feita por Paulo Luís da Costa. [AHU, cx. 22, D. 2006].

AHU/ REQUERIMENTO do antigo contratador dos dízimos reais da capitania da Bahia, Domingos Ferreira Pacheco ao rei. [AHU, cx. 85, D. 6945].

AHU/ CARTA Patente do rei [D. João V] confirmando a nomeação de André Marques para o posto de capitão de infantaria da ordenança dos moedeiros da Bahia. Bahia, 9 de Agosto, 1720 [cx. 14, doc. 1177].

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Projeto Resgate, capitania da Bahia, série Castro Almeida

AHU/ OFÍCIO do governador Marques do Lavradio para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que se refere à arrematação do contrato dos dízimos, informando que os únicos concorrentes tinham sido os antigos arrematantes pelo preço de 126.000 cruzados. Bahia 1 de maio de 1769 [cx. 43, doc. 7994].

AHU/ AUTO da referida arrematação, adjudicada a Clemente José da Costa e a seus sócios Antônio Cardoso dos Santos e Frutuoso Vicente Viana. Bahia 13 de maio de 1769. [cx. 43, doc. 8006-8007].

AHU/ CARTA RÉGIA sobre o tesoureiro geral da capitania da Bahia, Antônio Cardoso dos Santos, 29 de Dezembro de 1769 [cx.44, doc. 8826].

AHU/ OFÍCIO do governador Marquês do Lavradio para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que se refere à arrematação do contrato dos dízimos, informando que os únicos concorrentes tinham sido os antigos arrematantes pelo preço de 126.000 cruzados. Bahia 1 de maio de 1769. [cx. 43, doc. 7994].

AHU/ AUTO de devassa para averiguar se houve conluio na arrematação do contrato das baleias capitão Manoel Inácio Ferreira, Luís Coelho Ferreira e o Capitão Bernardino Marquez de Arnizão. Bahia, 27 de junho de 1761. [cx.28, doc. 5269-5288].

AHU/ OFÍCIO do Vice-rei Conde de Atouguia para Diogo de Mendonça Corte Real, acerca do Requerimento que lhe fizera José Machado Pinto, Contratador-geral do Tabaco, para a partida do Patacho Nossa Senhora do Rosário que de a muito se achava carregado e informando que a longa seca produzira uma grande mortandade do gado bovino o que prejudicava enormemente os transportes do açúcar e tabaco. Bahia 28 de julho de 1754. [cx.8, doc. 1231-1234].

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Projeto Resgate, coleção códices II.

Mapas Chronológicos dos Contratos Reais do Conselho Ultramarino, códi. 1269.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Diligência de habilitação para familiar do Santo Ofício. Antônio Marques Gomes, maço 72, número 1423, 16 de julho de 1753. Tribunal do Santo Ofício (TSO).

Diligência de habilitação familiar Ignácio Pedro Quintela. Tribunal do Santo Ofício (TSO). Maço 5, número 78, abril de 1740.

Diligência de habilitação familiar Frutuoso Vicente Viana, maço 2, número 19, 28 de outubro de 1753. Tribunal do Santo Ofício (TSO).

Diligência de habilitação familiar Clemente José da Costa, maço 2, número 15, 27 de abril de 1761. Tribunal do Santo Ofício (TSO).

Diligência de habilitação familiar Inocência José da Costa, maço 1, número 8, 13 de outubro de 1767. Tribunal do Santo Ofício (TSO).

Diligência de habilitação familiar Antônio Cardoso dos Santos, maço 15, número 2294, 29 de maio de 1761. Tribunal do Santo Ofício (TSO).

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

APEB, Escritura de Sociedade de Contrato e Companhia que fazem Joseph Francisco da Cruz, Joaquim Ignácio da Cruz e Antônio Cardoso dos Santos. Cartório notarial da Bahia.

Arquivo da Casa de Moeda de Lisboa

Livro de Manifesto de 1% (manifesto da Bahia, ano 1754, número do livro 2464, 2465, 2466).

Banco de Dados

Contratos do Conselho Ultramarino. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). FAPESP, 2012.

Marquês do Lavradio. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Série Publicação nº68). 1972.

BIBLIOGRAFIA

AIDAR, Bruno. *A Vereda dos Tratos: Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. 517f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo, USP, 2012.

_____. Governar a Real Fazenda: composição e dinâmica da Junta da Fazenda de São Paulo, 1765-1808. *História Econômica & História de Empresas*. Vol.16. N. 2, p.163-217, 2013. Disponível:<

<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=308>> Acesso em 21 de agosto de 2016.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. Vol. II. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. Ed. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

ALMEIDA, D. José D', Marquês do Lavradio, *Vice-Reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal – 2º Marquez do Lavradio – 3º Vice-Rei do Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível no site: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/vice-reinado-de-d-luis-dalmeida-portugal-2-marques-do-lavradio/pagina/1>> Acesso em 10 de junho de 2014.

ANTUNES, Cátia. *A história da análise de redes e análise de redes em história*. História: Revista da FLUP Porto, IV Série, Vol. 2, 2012.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *Historiografia: teoria e prática* 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Em nome do rei e dos negócios: Direitos e Tributos Régios Minas Setecentistas (1730-1789)*. Tese (Doutorado em História, área de concentração: História Social). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

_____. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração: História Social) Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002.

BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins fontes, 2009.

_____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Sentir, escrever e governar: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio (1768-1779)*. 384f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – USP, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16042012-164420/pt-br.php>> Acesso em 18 de outubro de 2012.

CARRARA, Ângelo Alves. *A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807. América Latina em la história económica*, n. 35, enero-junio de 2011.

_____. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII: Minas, Bahia, Pernambuco*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

_____. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas, Bahia, Pernambuco*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

_____. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2007.

_____. SANTIRÓ, Ernest Sánchez. *Historiografia Econômica do Dízimo Agrário no Ibero-América: os casos do Brasil e Nova Espanha, século XVIII*.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da história*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *História Tributária do Brasil*. Brasília: ESAF, 1989.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de Vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região norte. *Varia História*. Belo Horizonte. Vol. 29. N. 51, p. 817 – 845, Set/Dez. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a09.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2017.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil, 1700-1807*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento Ultramarino e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*.

DUARTE JÚNIOR, Leovigildo. *Pequeno glossário histórico para conviver no São Paulo do Brasil colonial e melhor entender os documentos da época e os escritos posteriores sobre seus feitos*. Sumaré: Scp, 2003.

ELLIS, Myriam. *Comerciantes e contratadores no passado colonial: uma hipótese de trabalho*. Revista IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), n. 24, 1982. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69710/72368>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4 ed. Porto Alegre, Globo, 1977.

FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: MATTOSO, José; TENGARRINHA, José (Orgs). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

_____. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1993.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *A civilização do açúcar. Tudo é História*, Vol. 88. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FLORY, Rae. *Bahiansociety in the nid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: University of Texas [Tese de doutorado], 1978.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça comercial do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. rev. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Brasil colonial (ca. 1720 – ca. 1821)*. Volume 3, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo. Editora Hucitec, 1999.

GALLO, Alberto. Racionalidade fiscal e ordem colonial. *Colóquio internacional Economia e colonização na dimensão do Império português*, historiografia e perspectiva de pesquisas. São Paulo, 30 de setembro – 3 outubro, Mesa 1 – Fiscalidade e poder Imperial, 30 de setembro, 13h30 – 16h00, 2008.

HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime, v. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

KENNENDY, Jonh Norman. Bahian elites, 1750-1822. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 53, nº 3, 1973.

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial - (1640-1750)*. (Tese de mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1970.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Introdução de Sergio Millet; ilustração de J. Wasth Rodrigues. São Paulo Imprensa Oficial, 2006.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993.

MAXWELL, Kenneth. *Devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e cultura, 1978.

MELO Felipe de Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Universidade de São Paulo [dissertação de mestrado], 2017.

MENZ, Maximiliano M. Domingos Dias da Silva, o último contratador de Angola: a trajetória de grande traficante de Lisboa. *Revista Tempo*. Vol. 23. N. 2, p. 384-407, artigo 10, Mai/ Ago.

2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v23n2/1980-542X-tem-23-02-00383.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

_____. Contratadores e capitães de navios: notas sobre a participação da comunidade mercantil de Lisboa no tráfico de escravos em Angola (c.1720-1807). In: *COLÓQUIO HISTÓRIAS DA ESCRAVATURA*. Anais. Lisboa: BNL. 24 e 25 set. 2015.

_____. Reflexões sobre duas crises no Império português (1688 e 1770). *Varia História*. Belo Horizonte. Vol. 29. N. 49, p. 35 – 54, Jan/ abr. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n49/a03v29n49.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro*. 333f. Tese (Doutorado em História Econômica). Instituto de Economia da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Brasil colonial (ca. 1720 – ca. 1821)*. Volume 3, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estanceiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos no Brasil, nos períodos da colônia e no império*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1964.

PAIVA, André Filipe de Mello e. *O império da fiscalidade: um estudo serial das conjunturas fiscais do Atlântico português (1720-1807)*. São Paulo: Universidade de São Paulo [dissertação de mestrado], 2016.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 624f. Dissertação de doutoramento em Sociologia (Especialidade de Sociologia e Economia Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995.

_____. Tratos e contratos: atividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da Praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*, Vol. XXXI (136-137), 1996.

_____. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Brasil colonial (ca. 1720 – ca. 1821)*. Volume 3, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos*. Rio de Janeiro: UFF, tese de doutorado, 2009.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos and philanthropists: the Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. 1968.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Catarina Madeira. Colonizar: ideologia e conjunturas. In: _____. *Um Governo 'Polido' para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Lisboa/Paris: FCSH/EHESS, (Tese de doutorado), 2005.

SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. Composto pelo padre d. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de S. T. Ferreira, 1789.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Mota – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. O Brasil Colonial, C. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. Vol. II. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. Ed. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

SERRÃO, José Vicente. O Quadro econômico. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime, v. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Texas [tese de doutorado] 1975.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. 402f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo, USP, 2003.

TOMAZ, Fernando. As finanças do Estado pombalino, 1762-1776. In: *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa; Sá da Costa, 1988.

VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na conjuntura baiana de 1798*. 260f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo, USP, 2012.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Tradução Tasso Gadazanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIEIRA, Dorival Teixeira. A política financeira. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. Tomo I (A época colonial) Vol. 2 (Administração, economia, sociedade).

XIMENES, Cristina Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos 1750-1808*. 267f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Exportações e preços do açúcar e tabaco da Bahia, 1720 a 1770

Para o açúcar, ver SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 403-404. As exportações de açúcar em Schwartz estão em caixas. Convertem-se as caixas para arroba considerando que cada caixa comportava 39 arrobas, de acordo com as estimativas do próprio Schwartz para a década de 1740 (p. 113). Para o tabaco, ver NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 366-368 e 383-385. Somaram-se os tabacos exportados para Portugal e África.

	Arrobas	Preço (réis por arroba)		Arroba	Preço (réis por arroba)	Arrobas x preço (réis)			
Ano	Açúcar	Açúcar branco	Açúcar mascavado	Tabaco	Tabaco	Açúcar	Tabaco	Total	10% do total
1720		1.928	1.037	298.962	1.075		321.384.150	321.384.150	3.213.842
1721	774.111	1.215	729	259.558	1.075	731.541.000	279.024.850	1.010.565.850	10.105.659
1722	500.877	1.395	837	239.819	1.075	543.452.000	257.805.425	801.257.425	8.012.574
1723		1.395	837	124.934	1.075		134.304.050	134.304.050	1.343.041
1724	481.650	1.350	810	75.111	1.075	504.781.000	80.744.325	585.525.325	5.855.253
1725	983.775	1.539	923	226.162	1.075	1.630.365.000	243.124.150	1.873.489.150	18.734.892
1726	507.000	1.428	857	297.128	700	453.145.000	207.989.600	661.134.600	6.611.346
1727				219.643	700		153.750.100	153.750.100	1.537.501
1728	359.697	1.497	898	191.696	700	418.793.000	134.187.200	552.980.200	5.529.802
1729	398.658	1.418	851	177.035	700	446.850.000	123.924.500	570.774.500	5.707.745
1730	227.721	1.327	796	261.168	700	235.025.000	182.817.600	417.842.600	4.178.426
1731	504.153	1.377	826	250.912	700	540.400.000	175.638.400	716.038.400	7.160.384
1732	510.900	1.116	670	157.846	700		110.492.200	110.492.200	1.104.922
1733	678.756	1.152	691	139.228	700	608.130.000	97.459.600	705.589.600	7.055.896
1734				94.222	700		65.955.400	65.955.400	659.554
1735	496.548	1.138	683	83.350	700	439.530.000	58.345.000	497.875.000	4.978.750
1736		1.777	1.066	217.396	700		152.177.200	152.177.200	1.521.772
1737	34.047	1.000	500	295.522	700	25.462.000	206.865.400	232.327.400	2.323.274
1738	355.797	959	575	333.198	700	265.342.000	233.238.600	498.580.600	4.985.806
1739	425.295	720	432	297.568	700	238.165.000	208.297.600	446.462.600	4.464.626
1740	429.000	1.000	600	202.899	700	333.662.000	142.029.300	475.691.300	4.756.913
1741	571.779	1.139	683	338.836	700	506.464.000	237.185.200	743.649.200	7.436.492
1742		1.000	600	181.566	700		127.096.200	127.096.200	1.270.962
1743	488.631	1.440	864	196.073	700	547.273.000	137.251.100	684.524.100	6.845.241

1744		1.200	720	281.290	700		196.903.000	196.903.000	1.969.030
1745	524.199	1.800	1.080	211.471	700	733.887.000	148.029.700	881.916.700	8.819.167
1746	322.062	1.800	1.080	334.936	700	450.878.000	234.455.200	685.333.200	6.853.332
1747	346.749	1.800	1.080	335.378	700	485.440.000	234.764.600	720.204.600	7.202.046
1748	783.393	1.364	818	234.515	700	831.041.000	164.160.500	995.201.500	9.952.015
1749		1.365	819	188.114	700		131.679.800	131.679.800	1.316.798
1750	444.522	1.255	753	220.615	700	433.909.000	154.430.500	588.339.500	5.883.395
1751	428.922	1.273	764	246.365	700	424.519.000	172.455.500	596.974.500	5.969.745
1752	468.000	1.400	840	338.549	700	509.600.000	236.984.300	746.584.300	7.465.843
1753	436.722	1.400	840	181.301	700	475.535.000	126.910.700	602.445.700	6.024.457
1754	150.267	1.325	795	187.882	700	154.976.000	131.517.400	286.493.400	2.864.934
1755	252.954	1.188	713	288.157	700	233.745.000	201.709.900	435.454.900	4.354.549
1756	399.126	1.260	756	262.858	700	391.149.000	184.000.600	575.149.600	5.751.496
1757	416.715			372.259	700		260.581.300	260.581.300	2.605.813
1758	450.723	1.439	863	209.782	700	504.412.000	146.847.400	651.259.400	6.512.594
1759	468.000	1.429	858	266.138	700	520.240.000	186.296.600	706.536.600	7.065.366
1760		1.420	850	210.640	700		147.448.000	147.448.000	1.474.480
1761	585.000	1.276	765	389.741	700	580.475.000	272.818.700	853.293.700	8.532.937
1762	663.000	1.296	778	226.381	700	668.377.000	158.466.700	826.843.700	8.268.437
1763	897.000	1.224	734	265.146	700	853.848.000	185.602.200	1.039.450.200	10.394.502
1764	273.000	1.337	802	280.520	700	283.890.000	196.364.000	480.254.000	4.802.540
1765				131.112	700		91.778.400	91.778.400	917.784
1766	544.401	1.194	716	362.194	700	505.502.000	253.535.800	759.037.800	7.590.378
1767		1.224		76.726	700				
1768		1.165		357.146	700				
1769				405.193					
1770				158.019					

APÊNDICE B. Contratadores, sócios e fiadores do contrato do dízimo da Bahia entre os anos de 1720 a 1785

Os valores estão classificados por triênio e anual de alguns períodos. Essas informações foram coletadas das seguintes fontes: Banco de Dados dos Contratos do Conselho Ultramarino. André F. de M. e Paiva. Maximiliano Mac Menz (Orientador). Fapesp, 2012; Mapa dos Contratos Reais do Conselho Ultramarino, Códices 1269, pasta II do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); CARRARA, Ângelo Alves. Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII, 2009, p. 211. (Anexo 13-B) e no AHU/ na Série Avulsos Bahia

Período (Triênio e anual)	Valores de arrematação por triênio	Valores de arrematação por ano	Contratador	Sócio	Sócio	Sócio	Fiador
1720/1723		66.000.000	Paulo Luís da Costa				
1723/1724		74.000.000	Paulo Luís da Costa				
1724/1727	222.000.000	74.000.000	Antônio Marques Gomes	André Marques Gomes			
1727/1730	216.150.000	72.050.000	Antônio Marques Gomes	André Marques Gomes			
1730/1733	235.200.000	78.400.000	Antônio Marques Gomes	André Marques Gomes			
1733/1736	198.300.000	66.100.000	Domingos Ferreira Pacheco	João Ferreira de Souza (sogro)	Caetano Lopes Vilas Boas (cunhado)	Domingos Soares da Franca	
1737/1740	157.200.000	52.400.000	Antônio José Faria				

1740/1743	157.260.000	52.420.000	João Francisco				
1743/1746	157.395.000	52.465.000	João Francisco	Manuel Barbosa Torres	Estevão Martins Torres	Francisco Gonçalves Baltazar	José de Abreu Esteves
1747/1750	150.090.000	50.030.000	Luís de Abreu Barbosa	Estevão Martins Torres			Antônio Marques Gomes
1750/1753	150.090.000	50.030.000	Antônio de Oliveira Guimarães				Manuel Gomes de Campos
1753/1756	189.600.000	63.200.000	José Machado Pinto				João Francisco
1757/1760	150.900.000	50.030.000	Ignácio Pedro Quintela				José do Couto Pereira
1761/1763	150.930.000	50.310.000	João Francisco				José Ferreira da Veiga
1768/1769		54.400.000	Clemente José da Costa	Antônio Cardoso dos Santos			
1769/1772	159.600.000	53.200.000	Clemente José da Costa	Antônio Cardoso dos Santos			
1782/1785	228.060.000	76.020.000	Inocência José da Costa	Frutuoso Vicente Viana			

APÊNDICE C. Descrição dos bens confiscados e lista de créditos do Capitão André Marques Gomes, 1747

Carta do provedor-mor da Fazenda Real, João Luís Cardoso Pinheiro ao rei [D. João V] respondendo a provisão régia que manda levantar o sequestro feito pelo antigo provedor-mor da mesma Fazenda, Manuel Antônio da Cunha de Souto maior nos bens de André Marques Gomes. Nesta carta contém informações sobre todos os bens que foram penhorados. Descrições de alguns acessórios e objetos domésticos como um broxe com três peças de diamantes com esmeraldas verdes, uma gargantilha de diamantes, uma cruz grande de ouro com diamantes, um par de brincos de ouro com diamantes, dois cordões grossos de ouro, dois pares de botões de ouro, oito pares de botões de bico de punhos de ouro, cinco argolas de ouro, um faqueiro de tartaruga de prata e forrado de veludo azul, e com uma dúzia de colheres e uma dúzia de garfos de ouro, doze facas com cabos de ouro, uma dúzia de colheres de ouro (colheres de chá), uma faca grande, um garfo grande e uma colher grande também em ouro. E alguns utensílios de prata, como um talher com cinco peças, treze pratos (um grande e doze menores), dois castiçais, três fruteiras grandes de prata lavrada, uma bacia, seis tigelas, um prato e uma jarra de prata lisa, um faqueiro com uma dúzia de colheres de prata, doze garfos de prata e uma dúzia de facas com cabos de prata, um candeeiro de quatro fogos, todos de prata lisa, dois castiçais e três fruteiras grandes de prata lavrada, entre outros objetos. Além disso, na carta contém uma lista das propriedades do contratador, como cinco casas de sobrado, uma a residência do negociante e mais sete casas de pedra e cal e uma média de onze sobrados também de pedra e cal que eram alugados. Seis fazendas e nelas continham sessenta escravos e o interessante é que no documento cita o nome de cada escravo. Ademais, menciona também uma quantia de 248.080 réis em dinheiro de prata como é escrito no documento e possuía ainda sete sítios e doze navios que faziam navegação para a Costa da Mina. Cita ainda uma lista dos créditos do negociante André Marques, contendo em torno de oitenta nomes e valores de cada crédito e entre esses nomes, alguns religiosos, como padre e cônego. AHU/ Série Avulsos Bahia/1 de julho de 1748 [cx.95, doc. 7566].

Nome	Valor
Valentim [de Fontes]	645\$000 (abono de quatro caixas de açúcar)
José da Costa Brito	49\$040
Antônio da Costa de Medeiros	384\$000
Pedro de Souza Teixeira	1:995\$000 (abono de três caixas de açúcar)
Pedro Cardoso do Amaral	240\$000
Antônio Vás [Cardiga]	50\$000
Francisco Nogueira de Souza	591\$957
Tenente Coronel Antônio Alvarez de Araújo	56\$680
Conego Francisco Miz Pereira	110\$000
Francisco Fellix Barreto e Dona Maria de Vaz	293\$470
Manoel Gonçalves Machado	800\$000
Antônio [de Portugal]	85\$320
Padre Estevam da Silva	108\$000
Teodorio da Silva Soares	193\$370
João dos Santos	64\$920
Francisco Marquez	23\$180
Manuel das Neves Pereira	10:000\$000
Miguel Calmon de Almeida	800\$000
João Lopes da Costa	286\$000
Thomas Guedes Salgado	85\$000
Capitão Alexandre Vaz da Corte	107\$280
Manoel das Neves Pereira	971\$780
Theotônio Monteiro da Rocha	340\$825
Miguel Alvares Franco	225\$200

Capitão Pedro de Souza Machado	290\$000
Capitão Thotonio Teixeira de Magalhães	236\$600
Jose [Suterio] Maciel	2:000\$000
Padre João Reis de Figueiredo	133\$000
Jacinto José Coelho	450\$000
Rafael da Silva Pinto	200\$000
Capitão Antônio Gonçalves Vilaça	1:100\$000
Ignácio Tomé Telles de Menezes	300\$000
José [Roiz] Pinheiro	1:200\$000
Pedro de Araújo Villas Boas	800\$000
Domingos dos Santos	100\$000
Gonçalo de Souza Andrade	180\$910
Capitão Bernardo Franco da Silva	471\$300
Alexandre João de Aragão e seu irmão Jose de Araújo de Aragão	150\$000
Manuel da Silva Pimentel e o vigário Vicente José Coimbra de Andrade	1:693:000
Pedro Gomes de carvalho	1:820\$307
Coronel Sebastião Brito	170\$030
Gaspar Alvares Tavares	172\$000
Lourenço Borges da Cunha	216\$000

APÊNDICE D. Ficha dos contratadores do dízimo da Bahia**CONTRATADOR: JOÃO FRANCISCO**

Origem	Residia em Lisboa
Contratos arrematados	<ul style="list-style-type: none"> -Contrato dos dízimos reais de 1741 a 1744. Valor do contrato de cento e trinta e um mil cruzados por ano e vinte mil livres para Fazenda Real. -Contrato da pesca da baleia de 1741 a 1747. -Contrato do dízimo do tabaco e água ardente e mais gêneros que findou em 1745. -Contrato do dízimo da Chancelaria que foi arrematado no Conselho Ultramarino por tempo de três anos que teve início em primeiro de janeiro de 1742 e findou em último de dezembro de 1744.
Outras atividades na capitania e no reino	
Observações	<ul style="list-style-type: none"> - O capitão André Marques foi caixa e administrador do contrato dos Dízimos Reais de 1741 a 1744, contrato da aguardente e vinhos de mel de 1739 a 1741 e Dízima da Chancelaria e Donativo das caixas de açúcar e rolo de tabaco de 1742 a 1744. - João Francisco arrematou contratos também em outras capitanias, como o contrato dos dízimos no povoado de Santos-São Paulo, no Rio de Janeiro o contrato do subsídio da aguardente do reino e ilhas, no Grão-Pará o contrato dos dízimos, entre outros. Foi um dos maiores arrematadores de contratos régios.

CONTRATADOR: ANTÔNIO MARQUES GOMES

Origem	Natural de Massarelos - freguesia do Porto
Contratos arrematados	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato do donativo das caixas de açúcar, rolos de tabaco em 1724. - Contrato das águas ardentes da terra e vinhos de mel de 1726-1729. - Contrato dos dízimos reais de 1730 a 1733.
Outras atividades na capitania e no reino	Foi Deputado da “Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio” que foi extinta no período pombalino e foi criada no seu lugar a Junta de Homens de Negócios.
Observações	Arrematou contratos no Conselho Ultramarino desde o ano de 1724 e entre os vários contratos que arrematou, cinco são contratos dos dízimos. E seu irmão André Marquês Gomes foi seu sócio, caixa e administrador.

CONTRATADOR: ANDRÉ MARQUES GOMES

Origem	Natural de Massarelos - freguesia do Porto
Contratos arrematados	Contrato dos dízimos em sociedade com seu irmão Antônio Marquês Gomes nos triênios de 1724 - 1727, 1727-1730 e 1730 - 1733.
Outras atividades na capitania e no reino	Chegou a ser escrivão de receita e despesa da Casa da Moeda e foi duas vezes provedor da Santa Casa da Misericórdia na Bahia em 1739 e 1749. Capitão de infantaria da ordenança dos moedeiros da Bahia e foi acionista da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
Observações	<ul style="list-style-type: none"> - Sócio em vários contratos com seu irmão Antônio Marques Gomes e caixa e administrador de vários contratos de outros negociantes como: João Francisco nos contratos dos Dízimos Reais de 1741 a 1744, aguardente e vinhos de mel de 1739 a 1741 e Dízima da Chancelaria e Donativo das caixas de açúcar e rolo de tabaco de 1742 a 1744. - José dos Santos nos contratos da dízima do tabaco, açúcar e aguardente da terra e mais gêneros de 1739 a 1742 e dízima da Chancelaria de 1742 a 1744. - Antônio José Faria no contrato dos Dízimos Reais de 1737-1740.

CONTRATADOR: JOSÉ DOS SANTOS

Origem	
Contratos arrematados	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato do Donativo das caixas de açúcar e rolos de tabaco em 16 de fevereiro de 1739 por tempo de três frotas, no valor de 16:200.000. - Arrematou no Conselho Ultramarino o Contrato das águas ardentes e vinho de mel por tempo de três anos de 1740 a 1742 no valor 2:000.000. - Contrato da dízima da alfândega.
Outras atividades na capitania e no reino	
Observações	André Marquês foi caixa e administrador do contrato da dízima do tabaco, açúcar e aguardente da terra e mais gêneros de 1739 a 1742 e o contrato da dízima da Chancelaria de 1742 a 1744.

CONTRATADOR: ANTÔNIO JOSÉ FARIA

Origem	
Contratos arrematados	- Contrato dos Dízimos Reais por tempo de três anos de 1737-1740. O valor da arrematação foi de 157\$200 mil réis.
Outras atividades na capitania e no reino	
Observações	André Marques foi caixa e administrador do contrato dos Dízimos Reais de 1737-1740.

CONTRATADOR: DOMINGOS FERREIRA PACHECO

Origem	
Contratos arrematados	Arrematou o contrato dos dízimos reais da Bahia no triênio de 1733 a 1736 em sociedade com seu sogro João Ferreira de Souza, seu cunhado Caetano Lopes Vilas Boas e Domingos Soares da Franca.
Outras atividades na capitania e no reino	
Observações	Foi procurador do Tenente Coronel Barnabé Cardoso Ribeiro no contrato do subsídio dos vinhos, águas ardentes do reino e azeites doces em 9 de abril de 1728.

CONTRATADOR: INÁCIO PEDRO QUINTELA

Origem	Freguesia de Julião e morador na freguesia da Encarnação da cidade de Lisboa
Contratos arrematados	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato dos dízimos reais por dois triênios de 1757 a 1763, no valor de 125.000 cruzados e 300\$000 livres para a Fazenda Real. - Contrato dos subsídios dos vinhos, azeites doces, aguardente do reino, por tempo de seis anos e teve como caixa e administrador, Joaquim Caetano do Couto.
Outras atividades na capitania e no reino	- Diretor das companhias de Pernambuco-Paraíba e do Grão-Pará e Maranhão.
Observações	- Arrematou contratos em outras capitanias, como no Rio de Janeiro o contrato do azeite, por um período de três anos, o Estanco do Sal do Brasil por tempo de seis anos, de 1760 a 1765, no valor de 136.000 cruzados cada ano, também obteve o monopólio da pesca da baleia do Brasil por um período de doze anos.

CONTRATADOR: ANTÔNIO CARDOSO DOS SANTOS

Origem	Viana, norte de Portugal e residia em Salvador.
Contratos arrematados	Contrato dos dízimos em sociedade com Frutuoso Vicente Viana e Clemente José da Costa em 1768, por um ano, no valor de 126 cruzados.
Outras atividades na capitania e no reino	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado da Mesa de Inspeção da Bahia e tesoureiro geral da capitania baiana no período pombalino, recebendo um ordenado de 3.000 cruzados. - Comerciante, possuía “casa de comércio” em sociedade com Theodosio Gonçalves Silva. - Procurador dos “Contratadores gerais do tabaco” e dos “Direitos dos escravos, e marfim do Reino de Angola”.
Observações	

CONTRATADOR: CLEMENTE JOSÉ DA COSTA

Origem	Freguesia do Julião da cidade de Lisboa e moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pilar da Praia da capitania da Bahia.
Contratos arrematados	Contrato dos dízimos em sociedade com Frutuoso Vicente Viana e Antônio Cardoso dos Santos, por um ano no valor de 126.000 cruzados.
Outras atividades na capitania e no reino	
Observações	Irmão de Inocêncio José da Costa.

CONTRATADOR: INOCÊNCIO JOSÉ DA COSTA

Origem	Freguesia do Julião da cidade de Lisboa e moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pilar da Praia da capitania da Bahia.
Contratos arrematados	Contrato dos dízimos em 1782-1785 em sociedade com Frutuoso Vicente Viana e Antônio Gonçalves Viana.
Outras atividades na capitania e no reino	
Observações	Irmão de Clemente José da Costa.

CONTRATADOR: FRUTUOSO VICENTE VIANA

Origem	Natural da Vila de Viana, Arcebispado de Braga.
Contratos arrematados	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato dos dízimos em sociedade com Antônio Cardoso dos Santos e Clemente José da Costa em 1768, por um ano, no valor de 126.000 cruzados. - Contrato dos dízimos em sociedade com Inocêncio José da Costa e Antônio Gonçalves Viana, de 1782 a 1785.
Outras atividades na capitania e no reino	<ul style="list-style-type: none"> - Nomeado para o cargo de escrivão da ouvidoria geral do crime da Relação da Bahia por um período de três anos. - Membro da Mesa de Inspeção da Bahia juntamente com Clemente José da Costa.
Observações	

CONTRATADOR: LUIZ DE ABREU BARBOSA

Origem	
Contratos arrematados	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato dos Dízimos Reais por tempo de três anos que iniciou em agosto de 1747. Preço cada ano 50:000.000 e 30\$000 réis livres para a Fazenda Real. - Contrato do Estanco do Sal da América por tempo de seis anos de 1744 a 1749. Preço cada ano de 90.000 cruzados. O fiador da décima foi Estevão Martins Torres.
Outras atividades na capitania e no reino	
Observações	Arrematava contratos régios na Bahia em parceria com Estevão Martins Torres e também com o grupo de André Marques Gomes e Antônio Marques.

ANEXOS

ANEXO A. Transcrição das “Condições do contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia e suas anexas arrematado por João Francisco”

Contrato arrematado no ano de 1743 no Conselho Ultramarino por três anos pelo valor de cento e trinta e um mil cruzados e sessenta e cinco réis livres para Fazenda Real. Deu por fiador a décima a José de Abreu Esteves. [AHU/ Avulsos Bahia, cx. 166, doc. 12626].

1^a

Com condição que este contrato se remata a ele contratador por três anos que hão de principiar no tempo acima declarado, e pelo preço de cento e trinta e um mil cruzados e sessenta e cinco mil réis livres para a Fazenda Real, com declaração que senão inclui nesta arrematação aquela parte do distrito que se separou e anexou ao território de Minas, e por aquela repartição se acha já arrematado.

2^a

Com condição que nos dízimos deste contrato lhe pertencerão também os dízimos dos descobrimentos do Araçuaí, chamada vulgarmente Minas Novas, ou outros qualquer que se descobrirem do governo da Bahia.

3^a

Com condição que o preço deste contrato será pago a Fazenda Real aos quartéis que são aplicados para os filhos da folha secular e Eclesiástica na forma, que até agora se praticou e se está observando.

4^a

Com condição que as fardas para a Infantaria e Artilharia daquela Praça ele contratador, a saber, no ano em que o Conselho mandar panos, o restante das fazendas para aviamento das fardas, no seguinte todas as que forem precisas para os ditos soldados na forma que até agora se praticou.

5^a

Com condição que os vinte mil cruzados para o pão de munição em cada um ano, e aliás para as farinhas, os dará repartidos aos quartéis nos mesmas farinhas pelo preço que correrem para o que se lhe dará todo o adjutório necessário e na falta delas pagará em dinheiro

os quatro mil cruzados de cada quartel em forma que nunca os soldados padeçam como até agora foi feito.

6^a

Com condição que em cada navio se lhe concederão as praças de dez por cento, como se expressa em uma carta de Sua Majestade do ano de mil setecentos e quatorze, quer venham em frota, quer fora dela.

7^a

Com condição que poderá ele contratador por nesta ou naquela parte todos os administradores, feitores e mais oficiais que lhe parecerem tão necessário para a boa arrecadação deste contrato e poderá nomear meirinho ou meirinhos e escrivães que tudo será pago a sua custa e pela nomeação dele contratador, o Provedor da Fazenda mandará passar servirem o tempo deste contrato ou o que parecer a ele contratador e lhe será permitido trazerem armas de fogo quando andarem nas diligências, como se pratica nos mais oficiais de justiça, não sendo das proibidas.

8^a

Com condição que poderá ele contratador cobrar todas as dívidas procedidas dos ditos dízimos executivamente como Fazenda Real, não só dentro do tempo deste contrato, mas também do de três anos de acabado ele, na forma determinada por Resolução de Sua Majestade de vinte e três de dezembro de mil setecentos e trinta e oito, de que procedeu a ordem de doze de janeiro de mil setecentos e trinta e nove que se expediu para todas as capitanias do Brasil para o que será seu Juiz Conservador deste contrato um dos Desembargadores da Relação da Bahia, o qual juiz lhe concedeu Sua Majestade por Resolução sua de treze de abril deste presente ano, com o ordenado de sessenta mil réis pagos a custa dele contratador.

9^a

Com condição que perante o Provedor-mor da Fazenda Real do Brasil poderá ele contratador requerer qualquer condição, ou declaração para melhor arrecadação deste contrato a qual lhe será concedida, sendo de justiça, e lhe passará todas as ordens necessárias e convenientes para subsistência, forma e arrecadação dos ramos que produz esta renda, os quais poderá vender da sorte que a ele contratador lhe parecer.

10^a

Com condição que pagará na cidade da Bahia as propinas que atualmente se pagam por ordem do Conselho Ultramarino por conta dele contratador, salvo o preço do contrato que é livre para a Fazenda Real e não será obrigado a pagar na dita cidade mais do que uma

propina, [ex. vi] da arrematação e esta na forma do Regimento expedido no ano d mil setecentos e nove, e sendo constrangido a pagar outra alguma, se lhe abaterá no preço do dito contrato.

11^a

Com condição que no caso de se ausentarem ou falecerem os procuradores ou administradores este contrato na capitania da Bahia, os ministros e oficiais dos defuntos e ausentes senão intermeterão de nenhuma maneira com efeitos, papéis, livros, dívidas e dinheiro, nem outra alguma coisa que ficar por falecimento dele contratador ou de qualquer dos sobreditos procuradores ou administradores por que de tudo o que lhe tocar tomarão entrega as ausências que ele contratador tiver nomeado para correrem com o dito contrato e ele contratador, seus rendeiros dos ramos, procuradores e oficiais do contrato gozarão de todas os privilégios concedidos aos contratadores gerais das rendas de El Rei e todos os mais que a Ordenação concede aos rendeiros das rendas reais.

12^a

Que estas condições todas se lhe observarão inviolavelmente e se lhe passarão todas as ordens necessárias para o Vice-rei e Provedor-mor da Fazenda Real do Brasil darem ajuda e favor a este contrato.

E sendo visto pelos Senhores Conselheiros do Conselho Ultramarino, presente o procurador da fazenda dele, o conteúdo neste contrato, e condições dele, o houveram por bem, e se obrigarão em nome de Sua Majestade a lhe dar inteiro cumprimento e o dito João Francisco que presente estava e disse o aceitava, e se obrigava a cumprir inteiramente o dito contrato na forma do seu lanço, com todas as cláusula, condições e obrigações nele declaradas, e que não o cumprimento ele em parte ou em todo, pagaria e satisfaria toda a perda que a fazenda de Sua Majestade receber por todos os bens e assim móveis, como de raiz havidos, e por haver, os quais para isso obrigava e por firmeza de tudo mandarão fazer este contrato no livro deles, em que todos assinaram com o dito João Francisco, de que se lhe deu uma cópia assinada pelos Senhores Desembargadores Alexandre Metello de Souza e Menezes, e Thomé Gomes Moreira, Conselheiros do Conselho Ultramarino. Antonio de Cobelos Pereira, Oficial Maior da secretaria do dito Conselho, o fez em Lisboa aos sete dias do mês de agosto de mil setecentos e quarenta e três. O secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever.

Alexandre Metello de Souza e Menezes.

Thomé Gomes Moreira.

Tirada do livro segundo de contratos da Secretaria do Conselho Ultramarino, em que este se acha lançado a folhas [26]. Lisboa 16 de setembro de 1743.

Manoel Caetano Lopes de Lavre

ANEXO B. Transcrição das “Condições do contrato dos dízimos reais da cidade da Bahia e suas anexas” arrematado por Antônio Marques Gomes

Contrato arrematado no ano de 1726 no Conselho Ultramarino por três anos pelo valor de cento e oitenta mil cruzados e cinquenta mil réis livres para Fazenda Real. Deu por fiador a décima a Manoel Soares da Cruz. [AHU/ Avulsos Bahia, cx. 33, doc. 3027].

1^a

Com condição que este contrato arremata por tempo de três anos, que devem principiar acabando o que atualmente está exercitando o Capitão André Marques. Com declaração que senão inclui nesta arrematação aquela parte de distrito que se separou e anexou ao território das Minas e por aquela repartição se acha já arrematado.

2^a

Com condição que o preço deste contrato será pago à Fazenda Real aos quartéis que são aplicados para os filhos da folha secular e Eclesiástica na forma que até agora se praticou e se está observando.

3^a

Com condição que as fardas para a Infantaria e Artilharia daquela Praça as dará ele contratador. Convém a saber no ano em que o Conselho mandar panos o restante das fazendas para aviamento das fardas e no seguinte todas as que forem precisas para os ditos soldados na forma que até agora se praticou.

4^a

Com condição que os vinte mil cruzados para o pão de munição em cada um ano e aliás para as farinhas os dará repartidos aos quartéis nas mesmas farinhas pelo preço que correm para o que se lhe dará todo o adjutório necessário e na falta delas pagará em dinheiro os quarto mil cruzados de cada quartel em forma que nunca os soldados padeçam como até agora foi estilo.

5^a

Com condição que para os fiadores ao preço deste Contrato oferece o arrematante na cidade da Bahia aos mesmo fiadores do Contrato atual que acaba, visto ser este contrato pago aos quartéis e mostrar o arrematante não dever coisa alguma atrasada, antes ter pago com muita prontidão tudo quanto serem vencido, e além dos ditos oferece novamente dois que

serão o irmão do arrematante e o outro a contento do Tesoureiro geral, em tal forma que sendo necessário ratificara os ditos fiadores em cada um dos anos do dito contrato para mostrar a sua segurança.

6^a

Com condição que em cada navio se lhe concederão as praças de dez por cento como se expressa em uma Carta de Sua Majestade do ano de mil setecentos e quatorze, quer venham em frota, quer fora dela.

7^a

Com condição que poderá ele contratador por nesta ou naquela parte todos os administradores, feitores e mais oficiais que lhe parecerem tão necessários para a boa arrecadação deste contrato e poderá nomear meirinho ou meirinhos e escrivães que tudo será pago a sua custa e pela nomeação dele contratador o Provedor da Fazenda mandará passar mandados aos ditos oficiais para servirem o tempo deste contrato ou o que parecer a ele contratador e lhe será permitido trazerem armas de fogo quando andarem nas diligências, como se pratica nos mais oficiais de justiça não sendo das proibidas.

8^a

Com condição que os Provedores da Fazenda serão seus Juizes Privativos, e lhes sentenciaram todas as suas e dependências pertencentes a este contrato e poderá perante eles requerer qualquer condição ou declaração para melhor arrecadação deste contrato que lhe será concedida sendo de justiça e que lhe passaram todas as ordens necessárias e convenientes para subsistência, forma, e arrecadação dos ramos que produz esta renda, os quais poderá vender de [sorte] que ele contratador lhe parecer depois de afiançado este contrato.

9^a

Com condição que não será obrigado a pagar na Bahia mais do que uma propina ex vide arrematação, e esta forma do Regimento expedido no ano de mil setecentos e nove e sendo constrangido a pagar outra alguma se lhe abaterá no preço do dito contrato.

10^a

Que todas estas condições se lhe observarão inviolavelmente e se lhe passarão todas as ordens necessárias para o vice-rei e Provedor-mor da Fazenda dele darem ajuda e favor a este contrato.

E sendo visto pelos Senhores Conselheiros do Conselho Ultramarino presente o procurador da Fazenda dele, o conteúdo neste contrato, condições e declaração dele o houveram por bem, e se obrigaram em nome de sua Majestade que Deus guarde a lhe dar inteiro cumprimento, e o dito Antônio Marques Gomes que presente estava disse o aceitava e

se obrigava a cumprir inteiramente o dito contrato na forma do seu lanço com todas as cláusulas, condições e obrigações nele declaradas e que não o cumprindo ele em parte ou em todo pagará e satisfaria por todos seus bens assim móveis como de raiz havidos e por haver que para isto obrigava a pagar todas as perdas e danos que a Fazenda de sua Majestade receber. E por firmeza de tudo mandarão fazer este contrato no livro deles, que todos assinarão com o dito Antônio Marques Gomes e o fiador à Décima Manoel da Soares da Cruz, do qual se lhe deu esta cópia assinada pelos ditos senhores Antônio Rodrigues da Costa e o Doutor Joseph Gomes de Azevedo Conselheiros do seu Conselho Ultramarino. Miguel de Macedo Ribeiro Oficial Maior da Secretaria do dito Conselho a fez em Lisboa Ocidental a quatro e março de ano do Nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e vinte e seis. O Secretario André Lopes de Lavre o fez escrever.

Antônio Rodrigues da Costa

Joseph Gomes de Azevedo.

Registrado a folhas 324 do livro de contratos da Secretário do Conselho Ultramarino. Lisboa Ocidental. 11 de março de 1726.

André Lopes de Lavre.

ANEXO C. Transcrição da “Cópia de edital de arrematação de contratos régios no Conselho Ultramarino”

Documento anexado a Consulta do Conselho Ultramarino sobre o pagamento dos filhos da folha no ano de espera dos dízimos da Bahia. AHU/ Avulsos Bahia. 20 de novembro de 1750. [cx. 104, doc. 8291].

<p align="center">No Conselho Ultramarino</p> <p align="center">Se hão de rematar no dia 18 de agosto, e nos dias sucessivos os contratos seguintes:</p>	
<p>\$ Dízimos da Bahia</p> <p>\$ Dízimos de Povoados de Santos e São Paulo, e Rio Grande de São Pedro</p> <p>\$ Dízimo do Ceará</p> <p>\$ Dízimos do Rio Grande do Norte</p> <p>\$ Dízimos do Piauí</p> <p>\$ Passagens dos Rio das Mortes</p> <p>\$ Passagem do Rio Verde</p> <p>\$ Passagem do Rio Grande</p> <p>\$ Passagens dos Rios de São Francisco, \$Paracatu, Oracuya, [Gequitahi], Peraupeba e Rio das Velhas</p> <p>\$ Passagens antigas de São Paulo para Cuiabá</p> <p>\$ Passagens para os Goyazes</p> <p>\$ Passagens da Paraíba e Paraibuna</p> <p>\$ Entradas para as Minas Novas da Jacobina</p> <p>\$ Entradas para as Minas do Rio das Contas</p> <p>\$ Passagens para as ditas Minas da Jacobina e Rio das Contas</p> <p>\$ Passagens em Pernambuco do Barco Juazeiro do Rio da jangada, do Rio Grande, do Rio Preto, a Canoa do Rio de São Francisco, a Canoa do Pilão arcado e os Foros das terras</p> <p>\$ Ao direitos de 3500 que paga cada escravo na Alfândega da Bahia</p> <p>\$ Os direitos de 3500 que paga cada escravo na Alfandega de Pernambuco</p>	<p>\$ Os direitos de dez tostões que paga cada escravo na Bahia para a Fortaleza de Ajudá</p> <p>\$ Os direitos de dez tostões que paga cada escravo em Pernambuco para a Fortaleza de Ajudá</p> <p>\$ Os direitos da saída dos escravos da Bahia para as Minas</p> <p>\$ Os direitos da saída dos escravos de Rio de Janeiro para as Minas</p> <p>\$ Os direitos da saída dos escravos de Pernambuco para as Minas</p> <p>\$ O subsídio pequeno dos vinhos no Rio de Janeiro</p> <p>\$ O subsídio grande dos vinhos no Rio de Janeiro</p> <p>\$ O subsídio da aguardente do Reino e Ilhas no Rio de Janeiro</p> <p>\$ O subsídio da Jeribita que se [gasta] na terra do Rio de Janeiro</p> <p>\$ O subsídio da Jeribita que se embarca para fora do Rio de Janeiro</p> <p>\$ O subsídio do azeite doce no Rio de Janeiro</p> <p>\$ O subsídio e novo imposto de Santos</p> <p>\$ O subsídio dos vinhos e aguardente que vem fora em Pernambuco</p> <p>\$ Dízima da Chancelaria da Relação da Bahia</p>
<p align="center">Quem quiser lançar nesses contratos, venha ao Conselho Ultramarino nos dias 18 de agosto e sucessivos fazer os seus lanços. Lisboa 28 de julho de 1749.</p>	